

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.7 - Nível de endividamento	9
3.8 - Obrigações	10
3.9 - Outras informações relevantes	11

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	12
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	26
4.5 - Processos sigilosos relevantes	91
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	92
4.7 - Outras contingências relevantes	93

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.3 - Descrição dos controles internos	94
5.4 - Programa de Integridade	167
5.5 - Alterações significativas	173
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	174

Índice

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	175
6.3 - Breve histórico	176
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	177
6.6 - Outras informações relevantes	178

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	179
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	180
7.9 - Outras informações relevantes	184

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	185
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	186
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	187
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	188

9. Ativos relevantes

9.2 - Outras informações relevantes	189
-------------------------------------	-----

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	190
10.2 - Resultado operacional e financeiro	198
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	200
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	201
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	205
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	206
10.8 - Plano de Negócios	207
10.9 - Outros fatores com influência relevante	210

Índice

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	211
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	212

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	213
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	219
12.7/8 - Composição dos comitês	227
12.12 - Outras informações relevantes	228

13. Remuneração dos administradores

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	229
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	233
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	234
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	235
13.16 - Outras informações relevantes	236

14. Recursos humanos

14.5 - Outras informações relevantes	237
--------------------------------------	-----

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	238
15.3 - Distribuição de capital	240
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	241
15.7 - Principais operações societárias	242
15.8 - Outras informações relevantes	243

16. Transações partes relacionadas

Índice

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	244
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	246
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	247
16.4 - Outras informações relevantes	248
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	249
17.5 - Outras informações relevantes	250
18. Valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	251
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	253
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	254
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	255
18.8 - Títulos emitidos no exterior	256
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	257
18.12 - Outras informações relevantes	258
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	259
20. Política de negociação	
20.2 - Outras informações relevantes	260
21. Política de divulgação	
21.4 - Outras informações relevantes	261

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ROBERTO CORREA BARBUTI

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

JORGE LUIZ COSTA MELO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente declara que reviu o Formulário de Referência, que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto no Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Porto Alegre, 30 de maio de 2019.



Roberto Correa Barbuti
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor Financeiro e de Relação com Investidores declara que reviu o Formulário de Referência, que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto no Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Porto Alegre, 30 de maio de 2019.

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores



2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	705-6
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	AUDILINK & CIA AUDITORES
CPF/CNPJ	02.163.575/0001-50
Data Início	01/02/2016
Descrição do serviço contratado	Serviços regulares e especiais de auditoria independente, a serem realizados na CORSAN, conforme tarefas discriminadas nas Especificações Técnicas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração relativa a serviços de Auditoria no exercício R\$ 437.238,60 Não houve prestação de outros serviços além dos relacionados à auditoria externa.
Justificativa da substituição	Não houve substituição no período.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não foi apresentada razão pelo auditor, pois não houve substituição no período.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Nelson Camara da Silva	01/02/2016	010.953.820-04	Rua Butantã, 461 - 7º andar, Cj 71/72, Pinheiros, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 05424-140, Telefone (011) 38192207, Fax (011) 38192207, e-mail: apoio@audilink.com.br
Roberto Caldas Bianchesi	26/05/2017	380.517.450-00	Rua Butantã, 461 - 7º andar, Cj 71/72, Pinheiros, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 05424-140, Telefone (011) 38192207, Fax (011) 38192207, e-mail: apoio@audilink.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes relativas a Auditores.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)

Exercício social (31/12/2018)

Exercício social (31/12/2017)

Exercício social (31/12/2016)

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

Conforme determina o artigo 193, da Lei n.º 6.404/76, alterado pela Lei n.º 11.638/07, a Corsan irá aplicar 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Após constituição da Reserva Legal e compensação de eventuais prejuízos acumulados, serão calculados os dividendos obrigatórios, de acordo com o artigo 43 do Estatuto Social da Corsan.

O saldo remanescente do Lucro Líquido será destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros para ser aplicado em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos de investimento previstos no orçamento da Corsan.

Os valores aplicados anualmente estão apresentados abaixo:

	2018	2017	2016
Retenções de Lucros	R\$144.757.819,76	R\$230.959.636,32	R\$87.428.327,72

b) regras sobre distribuição de dividendos

A Companhia prevê que do lucro líquido apurado, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. O Estatuto social determina que a ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária e distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Para o exercício de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a destinação aos acionistas como dividendos do valor de juros sobre capital próprio conforme previsto no art. 9º da Lei 9.249/95 e decreto estadual 48.990/2012 e alterações, na proporção das ações que os mesmos possuírem.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

O parágrafo único do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia dispõe que caberá a Assembleia Geral fixar a época e forma de pagamento dos dividendos, sempre, porém, dentro do exercício social em que for declarado.

3.4 - Política de destinação dos resultados

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de destinação de resultado está definida no Estatuto Social da CORSAN em seu artigo 43 tendo sido aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. O Estatuto Social está disponível em www.cvm.gov.br.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	3.074.787.187,07	Índice de Endividamento	1,43515539	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		65.810.921,39	198.950.585,71	103.300.914,73	243.009.348,38	611.071.770,21
Empréstimo	Quirografárias		21.331.538,90	18.914.466,51	0,00	0,00	40.246.005,41
Títulos de dívida	Outras garantias ou privilégio	Garantia contratual de depósito de valor mínimo	9.231.973,37	13.924.465,05	0,00	0,00	23.156.438,42
Total			96.374.433,66	231.789.517,27	103.300.914,73	243.009.348,38	674.474.214,04
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações financeiras julgadas relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

A análise dos fatores de risco é a gestão pelo qual se busca um entendimento do nível e da natureza dos riscos corporativos, a fim de que se planeje o tratamento a partir da estimativa do impacto e probabilidade de ocorrência.

Conforme definido no Manual de Procedimentos de Gestão de Riscos da Companhia, a organização optou pela avaliação de riscos qualitativa (subjetiva), que consiste na utilização de critérios pré-estabelecidos com uma escala de avaliação para a determinação do nível do risco. A metodologia utilizada para a avaliação de riscos possui dois parâmetros claros, que consistem em identificar qual a chance, ou seja, qual a probabilidade dos riscos virem a acontecer e o seu impacto no negócio.

Após a avaliação e cruzamento das informações, a Matriz de Risco da Companhia é apresentada, em ordem de criticidade, com as faixas e níveis de probabilidade e impacto.

Os riscos identificados e classificados na matriz permanecem inalterados do exercício 2018, tendo em vista que nem todos os controles foram implementados e outros não passaram por testes de eficácia, situação que a Companhia projeta realizar em 2019.

		Grau de Probabilidade				
		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Nível de Impacto	Insignificante					
	Leve	23	21	15, 10		
	Moderado	22	17, 20	5, 10		
	Severo		11, 14	8	25	
	Catastrófico			4		1

4.1 - Descrição dos fatores de risco

<input type="checkbox"/>	Sg	Risco	Potencial	Pont. pot.	Real
<input checked="" type="checkbox"/>		#09533 - Passivo trabalhista			Ação Imediata - Intolerável
<input type="checkbox"/>		#09535 - Perda dos Contratos de Programa			Ação Imediata - Intolerável
<input type="checkbox"/>		#09534 - Baixo desempenho dos recursos humanos			Ação Imediata - Intolerável
<input type="checkbox"/>		#09536 - Inviabilidade de fluxo de caixa			Ação Imediata - Intolerável
<input type="checkbox"/>		#09537 - Não atendimento ao RSAE			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09538 - Ausência da política de consequências voltada a resultados			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09539 - Insatisfação do cliente			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09540 - Defasagem tecnológica			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09541 - Inexecução do plano de Investimentos			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09542 - Ineficiência dos processos licitatórios			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09543 - Passivo ambiental			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09544 - Obsolescência das redes de distribuição			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09545 - Critérios e processo de formação Ineficientes para a sucessão das lideranças			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09546 - Dificuldade na emissão de licenças (LP-LI-LO)			Ação Média e Curto Prazo
<input type="checkbox"/>		#09551 - Ineficiência da medição			Monitoramento e Gestão
<input type="checkbox"/>		#09552 - Incapacidade de prestar o serviço de ligação Intradomiciliar do esgoto			Monitoramento e Gestão
<input type="checkbox"/>		#09547 - Ampliação das áreas Irregulares			Monitoramento e Gestão
<input type="checkbox"/>		#09548 - Escassez de recursos para Investimentos			Monitoramento e Gestão
<input type="checkbox"/>		#09549 - Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP			Monitoramento e Gestão
<input type="checkbox"/>		#09550 - Saturação dos sistemas de abastecimento de água			Monitoramento e Gestão
<input type="checkbox"/>		#09554 - Ineficiência da cobrança			Tolerável
<input type="checkbox"/>		#09553 - Perda das licenças de operação			Tolerável
<input type="checkbox"/>		#09555 - Ações de marketing e comunicação Insuficientes			Tolerável

Visando orientar e esquematizar a demanda do item 4.1, elaborou-se o Quadro 1, abaixo, apresentando metodologicamente, os riscos identificados, conforme o Plano Anual de Trabalho de Gestão de Riscos, relacionando a cada um dos fatores demandados. Na sequência, discorreu-se sobre cada risco.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Riscos Corporativos	Fatores de risco (com potencial impacto em investimento) relacionados a...								
	Emissor	Controladas e Coligadas	Acionistas	Fornecedores	Clientes	Setor Econômico	Regulação	Países Estrangeiros	Questões Socioambientais
Ações de marketing e comunicação insuficientes - causas internas	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Ampliação das áreas irregulares - incapacidade de acompanhar o crescimento urbano	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Ausência de política de consequências voltadas a resultados	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Baixo desempenho dos recursos humanos - pessoal próprio	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Critérios e processo de formação ineficientes para a sucessão das lideranças	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Defasagem tecnológica - manutenção e especificações	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Dificuldade na emissão de licenças (LP, LI e LO) - questões internas	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Escassez de recursos para investimentos - decorrente da relação entre receitas e custos operacionais	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Incapacidade de prestar o serviço da ligação intradomiciliar do esgoto - causas internas	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Ineficiência da cobrança	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Ineficiência da medição	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Ineficiência dos processos licitatórios	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Inexecução do plano de investimentos - causas internas	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Insatisfação do cliente - motivações	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Inviabilidade de fluxo de caixa (Companhia)	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Não atendimento do RSAE - equipes próprias	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Obsolescência das redes de distribuição	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Passivo ambiental - motivações internas	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Passivo trabalhista - pessoal próprio	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Perda das licenças de operação - causas internas	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Perda dos Contratos de Programa - riscos emissor	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Saturação dos sistemas de abastecimento de água - motivos internos	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP - fatores internos	X	Aplicada ao acionista						Não se aplica	
Ações de marketing e comunicação insuficientes - diretrizes do acionista		Aplicada ao acionista	X					Não se aplica	
Escassez de recursos para investimentos - respaldo do acionista, como fiador		Aplicada ao acionista	X					Não se aplica	
Inexecução do plano de investimentos - motivações relacionadas ao acionista		Aplicada ao acionista	X					Não se aplica	
Baixo desempenho dos recursos humanos - terceirizados		Aplicada ao acionista		X				Não se aplica	
Incapacidade de prestar o serviço da ligação intradomiciliar do esgoto - fornecedores		Aplicada ao acionista		X				Não se aplica	
Inexecução do plano de investimentos - motivações dos fornecedores		Aplicada ao acionista		X				Não se aplica	
Não atendimento do RSAE - terceiros/contratos		Aplicada ao acionista		X				Não se aplica	
Passivo trabalhista - terceirizados		Aplicada ao acionista		X				Não se aplica	
Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP - fatores externos (fornecedores)		Aplicada ao acionista		X				Não se aplica	
Ampliação das áreas irregulares - crescimento desordenado das áreas urbanas		Aplicada ao acionista			X			Não se aplica	
Incapacidade de prestar o serviço da ligação intradomiciliar do esgoto - adesão de clientes		Aplicada ao acionista			X			Não se aplica	
Insatisfação do cliente - percepções		Aplicada ao acionista			X			Não se aplica	
Passivo ambiental - o papel do cliente		Aplicada ao acionista			X			Não se aplica	
Perda dos Contratos de Programa - riscos clientes		Aplicada ao acionista			X			Não se aplica	
Saturação dos sistemas de abastecimento de água - pressão de demanda		Aplicada ao acionista			X			Não se aplica	
Defasagem tecnológica - comparativamente à evolução do setor		Aplicada ao acionista				X		Não se aplica	
Escassez de recursos para investimentos - políticas governamentais e contexto econômico		Aplicada ao acionista				X		Não se aplica	
Inexecução do plano de investimentos - impacto de fatores externos - setor/economia		Aplicada ao acionista				X		Não se aplica	
Dificuldade na emissão de licenças (LP, LI e LO) - regulação		Aplicada ao acionista					X	Não se aplica	
Perda das licenças de operação - endurecimento de exigências/grau de fiscalização		Aplicada ao acionista					X	Não se aplica	
Perda dos Contratos de Programa - riscos regulação		Aplicada ao acionista					X	Não se aplica	
Inviabilidade de fluxo de caixa (regulação)		Aplicada ao acionista					X	Não se aplica	
Inexecução do plano de investimentos - burocracia ambiental		Aplicada ao acionista						Não se aplica	X
Passivo ambiental - motivado por questões socioambientais		Aplicada ao acionista						Não se aplica	X
Saturação dos sistemas de abastecimento de água - esgotamento de mananciais		Aplicada ao acionista						Não se aplica	X

Quadro 1

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Emissor

I. Ações de marketing e comunicação insuficientes (causas internas)

Constitui um risco para a Companhia a ineficiência dos canais de comunicação, em face dos desafios de esclarecimento aos recursos humanos e à sociedade, relativamente às diversas questões pertinentes ao saneamento e à empresa.

II. Ampliação das áreas irregulares (incapacidade de acompanhar o crescimento urbano)

Na medida em que as cidades crescem, compete à Corsan prover as novas áreas habitadas de sistemas de distribuição e coleta. A consecução deste propósito decorre das capacidades de planejamento e realização da Companhia. A iminência do risco se dá a partir do momento em que exista a possibilidade de um planejamento ineficiente, à luz do crescimento populacional das localidades atendidas.

III. Ausência de política de consequências voltadas a resultados

A difusão de dispositivos normativos que vinculam a situação funcional dos recursos humanos a algum tipo de consequência (positiva ou negativa) é um elemento já constatado como ofensor do propósito de fazê-los ter efetividade.

IV. Baixo desempenho dos recursos humanos - pessoal próprio

A *performance* dos recursos humanos ainda esbarra numa marcante heterogeneidade, decorrente das peculiaridades prevalentes em cada comunidade atendida pela Companhia, bem como as condições gerenciais dos líderes em converter as potencialidades laborativas em resultados. Eventual mau desempenho pode comprometer diversos aspectos da operação, em maior ou menor escala.

V. Critérios e processo de formação ineficientes para a sucessão de lideranças.

A despeito de adventos normativos que propõem qualificar a designação de gestores e suas competências, a aplicação desses elementos não garante a *performance*. Tampouco pode-se afirmar, taxativamente, ser o efetivo processo de indicação de chefias totalmente aderente a critérios técnicos, (sendo suscetível a elementos locais de cunho relacional e/ou político, e influência do Poder Concedente).

VI. Defasagem tecnológica (manutenção e especificações)

Dentre os fatores primordiais que podem determinar eventos onde se manifesta a defasagem tecnológica da Companhia, destaca-se o grau incipiente de maturidade da cultura de avaliação estratégica dos ativos, o que eventualmente poderá ser o pano de fundo para perpetuação de equipamentos obsoletos. A ausência de uma política de inovação na Companhia é outro fator que aumenta este risco. Neste contexto, tanto a prestação de serviços quanto os próprios custos envolvidos poderão ser impactados negativamente.

VII. Dificuldade na emissão de licenças (questões internas)

A expansão dos sistemas operacionais da Companhia depende diretamente de sua homologação por parte dos órgãos competentes, pelo que toda e qualquer ineficiência no âmbito da consecução de tais licenciamentos impactará negativamente na prestação de serviços e no cumprimento dos pactos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

contratuais com as prefeituras municipais. Maximiza este risco o fato de tratar-se de um risco legal, o qual pode trazer consequência ainda maiores.

VIII. Escassez de recursos para investimentos (decorrente da relação entre receitas e custos operacionais).

A despeito do aproveitamento de ondas cíclicas de financiamentos subsidiados pelo poder público, tão mais eficiente será a Companhia quanto puder realizar projetos de expansão de seus sistemas fundeados por capital próprio. Eventual desequilíbrio econômico-financeiro, portanto, tornará a Corsan mais dependente de recursos externos (onerosos ou não) para cumprir com seus compromissos, o que lhe restringe a autonomia de ação.

IX. Incapacidade de prestar serviço de ligação intradomiciliar de esgoto (causas internas)

À medida que a sociedade assim exige, e que as obras de expansão evoluem, compete à Companhia efetivar a conexão dos imóveis aos seus sistemas coletores, pressupondo consequências financeiras e ambientais, que não serão obtidas em caso de incapacidade neste propósito.

X. Ineficiência da cobrança

Sociedade de economia mista, não compete à Corsan qualquer parcela da receita estadual (Fazenda), pelo que sua subsistência decorre, exclusivamente, de receita própria e, portanto, da eficiência de suas estruturas de faturamento e cobrança.

XI. Ineficiência da medição

Em linha com as perspectivas negativas em face de eventual ineficiência da cobrança, também a ineficiência da medição poderá concorrer para a perturbação do equilíbrio econômico-financeiro da instituição.

XII. Ineficiência dos processos licitatórios

A ineficiência dos processos licitatórios poderá determinar eventual engessamento das atividades rotineiras e também da própria expansão das operações da Companhia.

XIII. Inexecução do plano de investimentos (causas internas)

O êxito do plano de investimentos depende de diversos fatores - internos e externos. Os fatores internos que poderão, eventualmente, prejudicar a execução do plano de investimentos são, fundamentalmente, decorrentes de falhas na execução de projetos, na condução de processos licitatórios, licenciamento ambiental e regularização fundiária.

XIV. Insatisfação do cliente (motivações)

Considerando que a satisfação (ou a insatisfação) decorre, necessariamente, da lacuna entre expectativas e percepções dos clientes, compete ao prestador de serviços desenvolver uma cultura organizacional focada em tal propósito. A despeito do advento da Lei 11.445/07, a herança monopolista que permeia considerável parcela do senso comum prevalente junto aos recursos humanos ainda é capaz de resultar em condutas egocêntricas, em que pese tal perspectiva esteja em declínio.

XV. Inviabilidade de fluxo de caixa

A ocorrência de qualquer elemento ofensor à arrecadação ou à economicidade nos custos operacionais poderá comprometer a saúde do *cashflow* da empresa. Como não cabe à Companhia a prerrogativa de fazer aumentar

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tarifas na medida de suas necessidades - e, sim, na medida do que assim o permite o arcabouço legal e regulatório - a eficiência operacional é condição *sine qua non* para perpetuação de fluxos positivos de caixa.

Na hipótese de que municípios não renovem ou renovem os contratos de programas em condições de remuneração diferentes das atuais, a Companhia deverá rever seus processos tarifários, visando o equilíbrio econômico-financeiro do sistema. Na hipótese do município revogar sua concessão, a Corsan terá direito a uma indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados, mas essa indenização poderá sofrer processos em esferas judiciais e mesmo se vencidas, poderá não ser suficiente para que se possa recuperar o valor integral de seus investimentos. A perda de concessões de serviços se refletirá no equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo subsídio cruzado.

As tarifas cobradas pela Corsan poderão não ser elevadas de modo a acompanhar os aumentos da inflação e das despesas operacionais, inclusive tributos, ou não ser elevada em tempo hábil, devido a restrições que impedem a empresa de repassar aos seus clientes os aumentos em sua estrutura de custos.

XVI. Não atendimento do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto (RSAE) (motivado por atuação de equipes próprias)

O RSAE media a relação da Corsan com seus clientes, e prevê direitos e deveres para ambas as partes. Para seu cumprimento, compete à Companhia fazer obedecer seus prazos e condições, muitas vezes contando com o trabalho de seus recursos humanos para tal. Qualquer equívoco neste contexto poderá gerar insatisfação dos clientes, notificações do poder público e condenações judiciais, ameaçando a sustentabilidade econômico-financeira da empresa.

XVII. Obsolescência das redes de distribuição

Presente em 316 municípios, muitos há mais de 50 anos, a Corsan não dispõe de um mapeamento preciso que subsidie adequadamente o planejamento das substituições de redes. Eventualmente, em decorrência disso, outros fatores, não técnicos, poderão ser preponderantes na priorização dos investimentos, com consequências na *performance* dos sistemas e em custos de manutenção.

XVIII. Passivo ambiental (motivações internas)

Empresa essencialmente ligada à questão ambiental, a Corsan potencialmente aumentará o passivo, nesta área, na medida em que sua capacidade operacional não fizer frente ao que lhe couber, nos âmbitos normativo, legal, contratual, ou em outras facetas representativas das expectativas da sociedade contemporânea.

XIX. Passivo trabalhista (pessoal próprio)

A relação da Companhia com seus recursos humanos é complexa por diversos fatores, e vem sendo objeto de crescente tendência de judicialização, repercutindo substancialmente na saúde econômico-financeira institucional (sendo o principal elemento, neste sentido). A capilarização das operações e das lideranças é fator catalisador deste cenário, e tem-se que a condução local dos trabalhos, por parte dos gestores, é elemento que alimenta as demandas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

judiciais (as de boa fé e as de má fé), assim como, eventualmente, a má distribuição ou baixo rendimento dos recursos humanos (impactando na gestão das equipes de diversas maneiras). Paralelamente, a atuação sindical que permeia os quadros da Companhia é particularmente forte, organizada e capilarizada, com notável poder de comunicação e convencimento dos funcionários, chegando, mesmo, a influenciar a atuação das chefias, o que constitui a principal fraqueza da empresa, e grande desafio para gestores de todos os níveis.

XX. Perda das licenças de operação

Absolutamente comprometida com o poder concedente, e à mercê de metas de expansão e de *performance*, eventual perda de licença de operação de estações de tratamento constitui risco que pode colocar em colapso toda a atuação da Companhia em determinado município.

XXI. Perda dos contratos de programa (causas internas)

Deixando de cumprir o que houver sido pactuado nos contratos firmados com o poder público municipal, poderá a Corsan ver-se diante de um distrato promovido pelo poder concedente. Os danos de imagem serão inevitáveis, e os danos econômico-financeiro poderão advir tanto do baixo valor dos ressarcimentos previstos por lei quanto pela subtração de contingente de clientes contribuintes à arrecadação total da empresa, cujo funcionamento pressupõe um equilíbrio financeiro decorrente do subsídio cruzado.

XXII. Saturação dos sistemas de abastecimento de água (motivos internos)

A ineficiência da Companhia em planejar e executar expansões, manutenções ou adequações de seus sistemas de abastecimento poderá propiciar situação em que as demandas locais não serão supridas pela capacidade operacional. Como decorrência, consequências negativas poderão impactar a relação contratual com o poder concedente e com os cidadãos, bem como prejudicar a imagem institucional e, ainda, determinar investimentos emergenciais para fazer frente ao contexto.

XXIII. Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP (fatores internos)

O funcionamento de um sistema corporativo de informações depende da maneira pela qual é especificado e gerido. Isso envolve a adequação do parque tecnológico, inclusive aspectos afeitos à continuidade e eficiência de servidores, capacidade de transmissão de dados, etc. A Corsan, por ser pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é cliente da companhia estadual de processamento de dados (PROCERGS), dependendo desta para diversos fins de manutenção e atualização de seus recursos de TI e comunicação. Eventual má prestação de serviço, incorrendo em ineficiência ou falta de agilidade dos processos, não pressupõe uma adequada reação da Contratante, como naturalmente seria de se esperar no mercado, dadas as restrições institucionais incidentes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b) A seu controlador (para efeitos práticos, incluímos, aqui, o item “a seus acionistas”, ainda que o controlador disponha não de 100%, mas de 99,99% do capital social da Corsan)

I. Ações de marketing e comunicação insuficientes (diretrizes dos acionistas/controlador)

No contexto da expansão dos sistemas de esgotamento sanitário, um dos principais desafios que se impõem às empresas de saneamento consiste em bem esclarecer as populações atendidas a respeito do valor que possui tal serviço. Da mesma forma, o estímulo ao uso racional dos recursos hídricos poderá ser tecnicamente adequado a determinados locais, em determinadas épocas. Quaisquer desvios no foco dos investimentos de comunicação, motivados por entendimentos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ou a partir do Conselho de Administração, poderá restringir, eventualmente, a assertividade de tais esforços.

II. Escassez de recursos para investimentos (respaldo dos acionistas, como fiadores)

A precarização das condições financeiras da Fazenda estadual constitui limitador à potencialidade da Companhia em postular recursos junto a terceiros, posto que o Estado, controlador da Corsan, é seu fiador natural.

III. Inexecução do plano de investimentos (motivações relacionadas aos acionistas)

Pressupondo-se ser tecnicamente adequado o plano de investimentos da Companhia, qualquer eventual interferência na priorização dos esforços, a partir de elementos políticos (e aí, necessariamente, cumpre ressaltar o caráter político do controlador e dos acionistas da Companhia) poderá constituir em prejuízo técnico.

c) A seus acionistas

Incluído no item “b” acima

d) A suas controladas e coligadas

A CORSAN não possui controladas e coligadas

e) A seus fornecedores

I. Baixo desempenho dos recursos humanos (terceiros)

Diversas atividades, não enquadradas estatutariamente como atividades-fim (mas nem por isso menos importantes), são conduzidas pelo trabalho de funcionários terceirizados, cuja relação com as metas de desempenho da Corsan deve ser garantida através da gestão e da fiscalização contratual, e cujo baixo desempenho necessariamente impacta na qualidade de prestação de serviços da Companhia.

II. Incapacidade de prestar o serviço da ligação intradomiciliar de esgoto (fornecedor)

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Para efetivação das conexões dos domicílios ao sistema público de coleta de efluentes, a Corsan contará com o apoio de prestadores de serviços terceirizados, no caso de insatisfação do cliente na aprovação do serviço, a Companhia será subsidiariamente responsável.

III. Inexecução do plano de investimentos (fornecedores)

A execução do plano de investimentos depende da atuação de fornecedores, no que tange a execução, fiscalização dos projetos e da capacidade de gerenciamento. Investimentos em saneamento requerem habilidades técnicas que envolvem profissionais e técnicos das diversas áreas, desta forma a maestria entre elas precisam estar aprimoradas, desde o momento de preparação da área, compra de tubulações e materiais e assentamento dos mesmos. Os processos licitatórios habilitam os prestadores de serviços, mas não constituem garantia de continuidade efetiva dos trabalhos (sem prejuízo aos poderes administrativos da Companhia), pelo que a importância dos fornecedores neste contexto constitui, portanto, um risco em sua essência.

IV. Não atendimento ao RSAE (terceiros/contratos)

Para efetivação de alguns serviços previstos no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, a Corsan conta com o apoio de terceiros na prestação dos mesmos, sendo que esses precisam realizar as demandas de acordo com o regulamento aprovado pelos órgãos reguladores. Como exemplo, podemos citar a exigência de cumprimento de prazo definido para efetuar a ligação do serviço de água e esgoto, nesse caso, em não cumprindo o prazo, a companhia não poderá cobrar o serviço do cliente, o que faz com que se perca esta receita e, caso acabe cobrando equivocadamente, uma vez que o sistema não barra esta cobrança, deverá reparar o indébito em dobro, considerando ser uma cobrança indevida, segundo preconiza o artigo 42 da lei 8.078/90.

V. Passivo trabalhista (terceiros)

Na esteira das atividades elencadas no inciso I, eventual incorreção da relação trabalhista firmada entre trabalhadores e contratantes repercutirá, solidariamente, na Corsan.

VI. Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP (fornecedor)

O grau de dependência (institucional e contratual) verificado na relação da Corsan com seus fornecedores de serviços de tecnologia da informação sugere que eventual descontinuidade ou baixo desempenho só poderá ser contornado com grande dificuldade.

f) A seus clientes

I. Ampliação das áreas irregulares (crescimento desordenado das áreas urbanas)

O crescimento desordenado das áreas urbanas representa, para a Corsan, uma ampliação de seus deveres de prestação de serviço, posto ser serviço básico à sobrevivência humana. Ao mesmo tempo, lhe impõe severos complicadores no que tange o planejamento operacional e comercial.

II. Incapacidade de prestar o serviço da ligação intradomiciliar de esgoto (adesão de clientes)

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O arcabouço legal e normativo que permeia o saneamento não permite ações revestidas de absoluta efetividade para converter imóveis factíveis em clientes ativos. A voluntariedade da adesão, em que pese já possa ser combatida financeiramente, ainda constitui em risco aos propósitos ambientais que motivam os projetos expansionistas dos sistemas de coleta e tratamento de efluentes.

III. Insatisfação do cliente (percepções)

Como já dito, satisfação é resultado de ponderações de valores partidos dos clientes. Seja intenso ou suave o esforço de quem é avaliado, caberá ao cliente sinalizar satisfação ou insatisfação perante qualquer produto ou serviço. Assim sendo, o grau de exigência e os níveis de esclarecimento das populações atendidas pela Corsan é fator essencial nesta equação que, desejavelmente, deve ser positiva em prol da imagem institucional.

IV. Passivo ambiental (o papel do cliente)

Os usuários dos serviços prestados por uma empresa de saneamento poderão ser mais ou menos cuidadosos no uso dos recursos hídricos, bem como têm papel fundamental na senda da universalização dos serviços de coleta e tratamento de efluentes. Uma conduta pouco afeita ao que é recomendável, do ponto de vista ambiental, concorre fundamentalmente para que os propósitos sanitaristas sejam prejudicados.

V. Perda dos contratos de programa (risco clientes)

A ruptura contratual decorrerá não somente de eventuais falhas de execução dos serviços, o que sempre poderá ser relevado perante uma adequada relação institucional entre concessionária e poder concedente. Por outro lado, em não havendo interesse do poder concedente em relevar os deslizos do prestador de serviço, teremos a iniciativa necessária para, respaldada por argumentos objetivos, colocar em risco a permanência da Corsan à frente da prestação de serviços nos municípios.

VI. Saturação dos sistemas de abastecimento de água (pressão de demanda)

O estilo do uso dos recursos hídricos, por parte das populações, bem como as curvas de crescimento urbano que eventualmente subvertam planejamentos pregressos poderão constituir em elementos que ameacem o bom funcionamento dos sistemas de abastecimento, requerendo novas medidas e investimentos por parte da Companhia.

g) A seu setor econômico

I. Escassez de recursos para investimentos (políticas governamentais e contexto macroeconômico)

O custo envolvido com o saneamento não é baixo, e as expectativas da sociedade são altas (inclusive, boa parte de tais expectativas constituem compromissos contratuais que devem ser realizados pela Corsan). Muitas vezes, a inacessibilidade a recursos financeiros a fundo perdido e/ou pouco onerosos poderá comprometer as perspectivas de expansão dos sistemas, e o posicionamento e/ou disponibilidades governamentais (em decorrência ou não do cenário macroeconômico) é um elemento fundamental nesta lógica. A

4.1 - Descrição dos fatores de risco

despeito da expectativa por uma reversão no contexto da disponibilidade de recursos, a manutenção do atual cenário (a última captação de recursos deu-se em 2014) constitui risco para a execução de projetos previamente prometidos aos municípios.

II. Inexecução do plano de investimentos (impacto de fatores externos)

Além do acesso a recursos, já explicado, atualmente, é inegável o crescimento do rol de instituições que, forçosamente, devem manifestar sua anuência perante os projetos de expansão das empresas de saneamento, o que prejudica a previsibilidade do cronograma. É digno de nota que a execução do cronograma depende, em boa parte, da celeridade de instituições externas à companhia de saneamento. Neste contexto, o plano de investimentos da Corsan está sujeito não somente ao risco de incorrer em atrasos, mas, adicionalmente, à perda dos recursos já contratados (e publicizados), repercutindo, negativamente, nas expectativas do poder concedente.

h) A sua regulação

I. Dificuldade na emissão de licenças (endurecimento nas exigências/grau de fiscalização)

A regulação aplicável sobre o saneamento impõe diversos parâmetros para operação e expansão das atividades, e seu cumprimento é tarefa que exige atenção, planejamento e boas práticas às empresas do setor. Eventuais avanços no âmbito regulatório poderão impactar nas atividades e nos projetos.

II. Perda das licenças de operação (endurecimento nas exigências/grau de fiscalização)

Tão complexo quanto obter licenças de operação para sistemas de saneamento é mantê-las. Qualquer alteração nos padrões de exigência preconizados ou praticados pelos órgãos de regulação poderá impactar nas operações ou no planejamento conduzidos pela Companhia.

III. Perda dos contratos de programa (risco de regulação)

No contexto da manutenção dos contratos de programa junto ao poder público dos municípios, os entes regulatórios têm se tornado cada vez mais atuantes, o que atribui maior pressão pela eficiência do negócio, à luz das exigências contratuais.

IV. Inviabilidade do fluxo de caixa (regulação)

A vinculação dos municípios atendidos pela Corsan a diferentes agências de regulação pode afetar a saúde financeira da empresa, uma vez que a homologação das tarifas aplicáveis é atribuição de tais agências. Se as agências tiverem olhar voltado, unicamente, para o(s) município(s) conveniado(s), a política de subsídio cruzado, adotada pela Companhia, será afetada, pondo em risco o equilíbrio financeiro e a modicidade tarifária.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

A CORSAN não atua em países estrangeiros

4.1 - Descrição dos fatores de risco

j) A questões socioambientais

I. Inexecução do plano de investimentos (burocracia ambiental)

Sendo condicionante para expansão e operação dos sistemas de saneamento, as licenças ambientais tornam-se fator crucial para consecução desses propósitos. A burocracia envolvida em tais processos pode se tornar um fator decisivo para inviabilizar ou atrasar os cronogramas, o que pode repercutir, inclusive, num custo de oportunidade, à medida que os compromissos firmados com o poder concedente não são condicionados ao acesso pouco (ou não) oneroso a recursos. A partir do momento que a Corsan assume compromissos com o poder concedente, e o montante desses compromissos excedem o inicialmente contratado, a realização poderá se dar com aditivos financeiros, prejudicando o caixa.

II. Passivo ambiental (motivado por questões socioambientais)

O dimensionamento das estruturas dedicadas ao saneamento pode, eventualmente, tornar-se defasado à medida que sobrevêm determinados fatores externos, como a perda da qualidade dos mananciais, a perda da capacidade aeróbica dos corpos d'água que recebem efluentes e/ou a modificação dos padrões e quantitativos de ocupação humana em determinadas regiões. Tornando obsoleto, o sistema precisará de investimentos para que a mera atividade ordinária da Companhia não seja geradora de um passivo ambiental. Em que pesem todas as ações de gerenciamento de riscos, a Corsan está sujeita à ocorrência de acidentes, tais como vazamentos, rompimentos e contaminações de mananciais que podem resultar na obrigação da empresa de reparar os danos causados, nos termos da legislação ambiental.

III. Saturação dos sistemas de abastecimento de água (esgotamento de mananciais)

Especificamente, o já referido esgotamento dos mananciais, se ocorrido em virtude de questões socioambientais, impacta diretamente na operação da Companhia, eventualmente tornando obsoleto o sistema de distribuição, que poderá precisar de investimentos para contemplar a demanda da população atendida.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A CORSAN está exposta aos riscos de mercado resultantes do curso normal de suas atividades, principalmente em relação a possíveis efeitos adversos que as taxas cambiais ou taxa de juros poderão ter no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e rendimentos, além das políticas tarifárias, inflação e outros.

Risco da taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre dos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado. O risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que diminuam a receita financeira das aplicações financeiras e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

A tabela a seguir apresenta a posição de ativos geradores de receitas e passivos geradores de despesas em 31 de dezembro de 2018.

Em milhares de R\$				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos Geradores de Receitas				
Depósitos Bancários	28.040	-	-	28.040
Aplicações de Liquidez Imediata	38.123	-	-	38.123
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	-	-	6.584	6.584
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	-	-	6.706	6.706
Caixa Econômica Federal Reserva	-	-	50.265	50.265
Total	66.163	-	63.555	129.718
Passivo Geradores de Despesas				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	88.870	267.158	478.460	834.488
Parcelamento de impostos	15.339	51.230	-	66.569
Debêntures	9.713	14.744	-	24.457
Fornecedores	113.736	-	-	113.736
Dívidas Fundação CORSAN	22.603	20.050	-	42.653
Total	250.261	353.182	478.460	1.081.903

Risco de taxas de câmbio: O risco cambial decorre da possibilidade de perda em ativos, passivos e itens não contabilizados no balanço, que são denominados ou indexados em moedas estrangeiras por conta da oscilação nas taxas de câmbio, afetando receita e despesa financeira.

A exposição cambial da CORSAN implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano. A Companhia não possui ativos indexados a moedas estrangeiras.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Em 31/12/18 a dívida de curto e longo prazo em moeda estrangeira era de R\$ 29 milhões. O endividamento em moeda estrangeira consiste em dívidas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Em caso de desvalorização significativa do real em relação ao dólar, a capacidade da Companhia em atender suas obrigações denominadas em moeda estrangeira poderá ser afetada negativamente, pois suas receitas advindas de tarifas e outras fontes de renda são exclusivamente em reais. Além disso, uma desvalorização significativa do real aumentaria as despesas financeiras da CORSAN, em consequência das perdas cambiais que seria obrigada a registrar.

A CORSAN não se utiliza de mecanismos de *hedge* para proteção contra depreciações do real em relação ao dólar norte-americano.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2018 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2018	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(221.554)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(208.859)	(11.663)	(9.719)	(14.578)	(18.223)	(21.868)
Empréstimos	US Dólar	(28.902)	6.081	9.884	375	(6.756)	(13.888)
Debêntures	TJLP	(23.156)	(1.293)	(1.078)	(1.616)	(2.020)	(2.424)
		(482.471)	(6.875)	(913)	(15.819)	(26.999)	(38.180)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,58	4,65	6,98 **	8,73	10,47
	US Dólar	3,85	3,04	2,53	3,80 ***	4,75	5,70

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

*** Focus - Relatório de Mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

AÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTA - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 700.000,00.	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação. É realizado na fase de execução considerando o maior cálculo apresentado considerando os pedidos julgados procedentes, contudo, durante a fase da execução pode haver alteração dos valores decorrente da homologação judicial.	
PROCESSO nº	0000972-51.2012.5.04.0021
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/08/2012
d. partes do processo	SINTEC:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.013.798,20
f. principais fatos	Pagamento de diferenças aos substituídos que recebem ou receberam adicional de periculosidade por enquadramento no Decreto nº 93.412/86, diferenças do adicional em apreço pela consideração da totalidade das parcelas de natureza salarial componentes da remuneração (excluídas horas extras e adicional noturno) em sua base de cálculo, com reflexos nos 13º salários, férias com adicional de 1/3, horas extras, adicional noturno e FGTS, bem assim no aviso prévio e na indenização compensatória de 40% sobre o FGTS para os substituídos que receberam tais parcelas em razão de rescisão do contrato de trabalho.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	16.238.151,57
PROCESSO nº	0115900-81.2004.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	12.880.583,24
PROCESSO nº	0190300-60.2004.5.04.0221
a. juízo	GUAIBA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/02/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	23.428,11
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, DSR, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	9.509.170,21

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº	0029400-35.2004.5.04.0761
a. juízo	TRIUNFO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	03/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.117.477,75
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	8.257.204,83
PROCESSO nº	0000270-29.2013.5.04.0811
a. juízo	BAGE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	08/04/2013
d. partes do processo	DANIEL DE AVILA GONZALES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	67.342,22
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, PROMOÇÃO DE CLASSE COM ANOTAÇÃO DA CTPS, DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO, NULIDADE DO REGIME DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA, HORA EXTRA, DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO, INTEGRAÇÃO E PAGAMENTO DO SALÁRIO-UTILIDADE HABITAÇÃO, DECLARAÇÃO DA INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO FACE AO PROC. Nº 0087900-65.2009.5.04.0811, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.****Requer nos autos as fichas financeiras de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	6.577.647,56
PROCESSO nº	0116800-61.2004.5.04.0026
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	414.626,24
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	4.470.173,84
PROCESSO nº	0189700-51.2004.5.04.0411
a. juízo	VIAMAO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	25/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.251.508,69

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	4.043.118,72
PROCESSO nº	0068600-77.2004.5.04.0008
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	29/07/2004
d. partes do processo	WILSON ALBANO SPODE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	839.212,41
f. principais fatos	ADICIONAL DE TRANSFERENCIA, DIFERENÇA SALARIAL, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, FGTS REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.967.337,73
PROCESSO nº	0114700-09.2004.5.04.0811
a. juízo	BAGE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	09/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	3.580.677,59
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.851.734,88
PROCESSO nº	0000108-36.2014.5.04.0411
a. juízo	VIAMAO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	25/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.727.187,30
PROCESSO nº	0003200-72.2009.5.04.0451
a. juízo	SAO JERONIMO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/01/2009

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	GILMAR PLETZ DIAS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	3.654.079,10
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.673.898,11
PROCESSO nº	0173200-62.2006.5.04.0661
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	05/12/2006
d. partes do processo	AREOVALDO LUIZ GASPARIN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	633.697,25
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL E DIFERENÇAS DECORRENTES, PROMOÇÃO DE CLASSE E DIFERENÇAS, AJG.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.591.473,03
PROCESSO nº	0122400-98.2004.5.04.0661
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	638.700,83
f. principais fatos	Diferenças de adicional noturno e de horas extras, com reflexos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.562.810,33
PROCESSO nº	0135100-03.2006.5.04.0511
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	14/12/2006
d. partes do processo	ADEMAR ZANIN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.312.678,71
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, NOVO ENQUADRAMENTO, FGTS(MULTA 40%).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.030.302,91
PROCESSO nº	0116100-91.2004.5.04.0024
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.026.179,63
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.857.193,81
PROCESSO nº	0150600-76.2006.5.04.0231
a. juízo	GRAVATAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/02/2007
d. partes do processo	ANDERSON LEAO SOLANO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.561.872,19
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, NOVO ENQUADRAMENTO, AUMENTO PECUNIÁRIO, AJG.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.576.960,75
PROCESSO nº	0137800-52.2004.5.04.0371
a. juízo	SAPIRANGA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	19/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	814.621,45
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13° SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.574.349,21
PROCESSO nº	0109600-41.2006.5.04.0702
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	12/12/2006
d. partes do processo	JOSE LUIS VIEIRA PIETRO E OUTROS(20):RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.364.788,67
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, AUMENTO PECUNIÁRIO, FGTS, MULTA 40%.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.571.707,68
PROCESSO nº	0120600-34.2004.5.04.0241
a. juízo	ALVORADA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	5.358,00
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13° SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.529.288,32
PROCESSO nº	0025900-90.2008.5.04.0802
a. juízo	URUGUAIANA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	09/04/2008
d. partes do processo	CARLOS FRANCISCO SARAIVA GOMES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	372.497,58
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO POSTULADO NA FUNÇÃO DE INSTALADOR DE REDES 4, GRUPO 2, NÍVEL 7 COM A RETIFICAÇÃO NA CTPS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.308.597,44
PROCESSO nº	0116000-48.2004.5.04.0021
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	7.485,83
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.244.699,84
PROCESSO nº	0115500-39.1995.5.04.0007
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	26/09/1995
d. partes do processo	MARCO ANTONIO DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.953.225,86
f. principais fatos	Reintegracao e consequencias.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.214.176,83
PROCESSO nº	0011066-84.2012.5.04.0271
a. juízo	TRAMANDAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	07/12/2012
d. partes do processo	ALVAREZ DA ROSA PAZZIM:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	28.660,15
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, PROMOÇÕES COM A NOTAÇÃO NA CTPS, INCORPORAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA E DO VALE-ALIMENTAÇÃO, ALTERAÇÃO DE CLASSE COM REGISTRO NA CTPS, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ***Requer nos autos as fichas financeiras referentes ao ano de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.189.309,95

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº	0010443-49.2014.5.04.0271
a. juízo	TRAMANDAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/04/2014
d. partes do processo	PAULO ROGERIO WENDT:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	184.476,19
f. principais fatos	PROMOÇÃO (RESOLUÇÃO 23/82) PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAS (FERIAS, GRATIFICAÇÕES NATALINAS, GRATIFICAÇÕES NORMATIVAS, LICENÇA PREMIO, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, HORAS ETXRA, SOBREAVISO, PERICULOSIDADE, REPOUSOS, FERIADOAS, FGTS, PPR,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.181.193,96
PROCESSO nº	0099700-90.2004.5.04.0512
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.059.039,23
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13° SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.118.647,56
PROCESSO nº	0031400-84.2006.5.04.0131
a. juízo	ARROIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/12/2006
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	14.797,00
f. principais fatos	PROMOÇÕES.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.106.221,55
PROCESSO nº	0135200-55.2006.5.04.0511
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	14/12/2006
d. partes do processo	MARIA IVETE MANICA E OUTROS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.913.630,10
f. principais fatos	DIF. SALARIAL, ENQUADRAMENTO PROMOCIONAL REF. RESOLUÇÕES 23/82
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.022.515,65
PROCESSO nº	0052300-37.2009.5.04.0211
a. juízo	TORRES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	20/08/2009
d. partes do processo	JOAO IBERICO VILI FERREIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	751.975,26
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO PARA O CARGO DE AUXILIAR TECNICO, PAGAMENTO DAS DIFERENCAS DALARIAIS DECORRENTES,PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS,PROMOCAO DE CLASSE NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001,2003,2004,2005,2006,2007,2008 E 2009:DIFERENCAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOGRAU MEDIO PARA O MAXIMO,BASE DE CALCULO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE,DO SALARIO MINIMO PARA O BASICO,E REFLEXOS,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.999.659,51
PROCESSO nº	0081300-93.2007.5.04.0521
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	20/07/2007
d. partes do processo	ANTONIO LUIS BRANDAO E OUTROS (10):RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	26.852,78
f. principais fatos	PROMOÇÕES
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.959.488,28
PROCESSO nº	0081700-10.2007.5.04.0521
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	20/07/2007
d. partes do processo	JACIR ANTONIO POLLO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.800.625,58
f. principais fatos	PROMOÇÕES: concedidas de 1992, 1993, 1995, 1996, 1998, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, bem como à promoção de classe do ano de dezembro de 2002 e à promoção por antiguidade de junho de 2002.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.800.625,58
PROCESSO nº	0098600-08.1996.5.04.0019
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	20/08/1996
d. partes do processo	NELSON TORRANO SANTOS (SUCESSÃO):RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	15.502,01
f. principais fatos	APOSENTADO - reintegracao ou aviso previo e 40%
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.769.021,53
PROCESSO nº	0048200-80.2008.5.04.0241
a. juízo	ALVORADA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	05/06/2008
d. partes do processo	LUIZ CARLOS DAITX:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	524.260,03
f. principais fatos	Reenquadramento funcional para Montador III

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.745.138,42
PROCESSO nº	0090700-21.2008.5.04.0611
a. juízo	PALMEIRA DAS MISSOES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	16/04/2008
d. partes do processo	LEONEL BREZOLIN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.573.995,33
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR TECNICO DE TRATAMENTO DE AGUA E ESGOTO 2 GRUPO 2, NIVEL 6
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.661.076,34
PROCESSO nº	0177100-25.2000.5.04.0221
a. juízo	GUAIBA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	01/03/2001
d. partes do processo	MARCO CESAR LUCAS DORNELES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	88.101,46
f. principais fatos	HORAS EXTRAS E REFLEXOS, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.643.410,44
PROCESSO nº	0128800-20.1995.5.04.0411
a. juízo	VIAMAO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	26/09/1995
d. partes do processo	JOSE CARLOS AZAMBUJA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	12.311,78
f. principais fatos	CORLAC - Reintegracao ou multa 40%
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.639.060,49
PROCESSO nº	0083400-27.2006.5.04.0013
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	16/08/2006
d. partes do processo	VALTER COMIOTTO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	ver supej
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.577.154,31
PROCESSO nº	0000065-65.2011.5.04.0812
a. juízo	BAGE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	15/02/2011
d. partes do processo	VANDER MIRANDA SEVERO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.371.064,30
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, PROMOÇÃO DE CLASSE, INSALUBRIDADE,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.554.238,49
PROCESSO nº	0128400-98.1995.5.04.0251
a. juízo	CACHOEIRINHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	26/09/1995
d. partes do processo	TALIRIO ROTH (SUCESSÃO DE):RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.114.546,77
f. principais fatos	CORLAC - Reintegracao ou multa 40% e adicional
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.535.590,71
PROCESSO nº	0073700-69.2009.5.04.0741
a. juízo	SANTO ANGELO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/07/2009
d. partes do processo	LUCAS ADALBERTO KRENDOSKI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	493.133,60
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO DO AUTOR COM O PAGAMENTO DAS DIFERENCAS SALARIAIS DAI DECORRENTES PARA O CARGO DE TÉCNICO DE TRATAMENTO DE AGUA E ESGOTO 1 GRUPO II E NIVEL 7 E REFLEXOS, DESVIO DE FUNCAO E REFLEXOS, DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, DIFERENCAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DO GRAU MEDIO PARA O GRAU MAXIMO, DIFERENCAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DECORRENTES DA ALTERACAO DA BASE DE CALCULO DO SALARIO MINIMO PARA O SALARIO BASICO E REFLEXOS, HORAS EXTRAS IMPAGAS, HORAS EXTRAS DAS HORAS LABORADAS EM PREJUIZO DO DESCANSO DE 11 HORAS E 35 HORAS, FGTS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.528.876,62
PROCESSO nº	0000324-03.2011.5.04.0831
a. juízo	SANTIAGO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	11/11/2011
d. partes do processo	CIRINEU DAMASCENO BALBOM:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.429.603,78
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO, PROMOCOES, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.505.801,66
PROCESSO nº	0001037-51.2013.5.04.0202
a. juízo	ALVORADA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	29/07/2013
d. partes do processo	LUIZ CARLOS MONTEIRO DE MATOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	16.367,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PROMOÇÕES + DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇAS DE: AVANÇOS TRIENAIS, COMPLEMENTO SALARIAL, REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS E FERIADOS, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, 13º SALÁRIOS, FÉRIAS + 1/3 E LICENÇAS-PRÊMIO, FUNÇÃO GRATIFICADA, HORAS EXTRAS, HORAS DE SOBREAVISO, FGTS.****Requer a exibição e/ou juntada das Resoluções mencionadas na inicial e o regulamento referente a Participação nos Lucros e Resultados, e a juntada dos registros de horário do autor e das escalas de sobreaviso onde consta o nome do autor e dos demais membros da equipe.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.496.281,29
PROCESSO nº	0000241-33.2013.5.04.0405
a. juízo	CAXIAS DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	04/03/2013
d. partes do processo	SADI ANTONIO VANIN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	32.287,93
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, PROMOÇÕES, COM ANOTAÇÃO NA CTPS, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.****Requer nos autos as fichas financeiras de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.454.938,43
PROCESSO nº	0089600-65.2004.5.04.0451
a. juízo	SAO JERONIMO
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	10/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.023.762,67
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.419.925,38
PROCESSO nº	0000431-13.2012.5.04.0831
a. juízo	SANTIAGO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	23/11/2012
d. partes do processo	VALDENIR BIANCHINI MANGANELI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.244.891,56
f. principais fatos	DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, BASE DE CÁLCULO, PROMOÇÕES COM ANOTAÇÃO NA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS, HORAS DE SOBREAVISO, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS INCIDENTES SOBRE O VALE-ALIMENTAÇÃO, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À FUNDAÇÃO, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.388.178,58

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº	0000377-30.2011.5.04.0751
a. juízo	SANTA ROSA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	25/04/2011
d. partes do processo	ALBERTO ONEIDE ZORZO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	891.154,75
f. principais fatos	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, REENQUADRAMENTO, DIFERENCAS SALARIAIS, HORAS EXTRAS, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO CLASSE, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.376.987,31
PROCESSO nº	0000155-46.2012.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	02/04/2012
d. partes do processo	RUBEN JOSE MARTINS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.373.789,64
f. principais fatos	HORAS EXTRAS, HORAS DE SOBREVISO, ADICIONAL NOTURNO, ADICIONAL DE TRANSFERENCIA, PROMOÇÃO DE CLASSE E SEUS REFLEXOS, DANOS MORAIS, DESVIO DE FUNÇÃO, RESSARCIMENTO PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR, FGTS, DANOS MATERIAIS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.373.789,64
PROCESSO nº	0055200-15.1999.5.04.0511
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	23/07/1999
d. partes do processo	LEONIR SCUSSEL:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.219.575,38
f. principais fatos	HORAS EXTRAS, INSALUBRIDADE, REFLEXOS, REENQUADRAMENTO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.338.362,02
PROCESSO nº	0046800-16.2009.5.04.0461
a. juízo	VACARIA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/07/2009
d. partes do processo	VILSON LUIS REVELLEAU:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.136.551,53
f. principais fatos	DIFERENCAS SALARIAIS ADICIONAL NOTURNO E NAS HORAS EXTRAS,ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, E REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.336.925,56
PROCESSO nº	0134800-47.1996.5.04.0202
a. juízo	CANOAS
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	12/09/1996

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	BRAULINO LACERDA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.260.168,35
f. principais fatos	APOSENTADO - reintegracao ou aviso previo e 40%
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.311.297,04
PROCESSO nº	0111700-52.1995.5.04.0411
a. juízo	VIAMAO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	16/10/1995
d. partes do processo	DANIEL QUEVEDO RIOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	5.916,00
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.310.890,08
PROCESSO nº	0000766-51.2013.5.04.0005
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	04/06/2013
d. partes do processo	JOSE FRANCISCO DOS SANTOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	22.029,76
f. principais fatos	REQUER O REENQUADRAMENTO PARA OS CARGOS DE AGA II OU AG I OU AG II OU AG III OU AG IV, PROMOÇÕES E DIFERENÇAS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.308.803,87
PROCESSO nº	0017800-65.2005.5.04.0281
a. juízo	ESTEIO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	01/03/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	11.706,99
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.307.526,94
PROCESSO nº	0000598-75.2012.5.04.0234
a. juízo	GRAVATAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	14/05/2012
d. partes do processo	ALVARO LUIZ BITTENCOURT DA ROSA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.141.716,79

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, PROMOÇÃO DE CLASSE CONFORME ART. 39 DA RESOLUÇÃO 23/82, ALTERAÇÃO DE CLASSE INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO 14/01, PROMOÇÃO DE CLASSE CONFORME A RESOLUÇÃO 14/2001 COM AS ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO 16/2009, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, FGTS, HORAS EXTRAS, DESVIO DE FUNÇÃO E SUAS DIFERENÇAS SALARIAIS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.273.128,39
PROCESSO nº	0000703-95.2013.5.04.0661
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	26/06/2013
d. partes do processo	JUAREZ ANTONIO DA SILVA PORTO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	25.405,09
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL E DIFERENÇAS SALARIAIS, DESVIO DE FUNÇÃO E DIFERENÇAS, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA - RESOL. 16/09, PROMOÇÕES COM ANOTAÇÃO NA CTPS E DIFERENÇAS, ALTERAÇÃO DE CLASSE, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, REFLEXOS DE TODO O PEDIDO SOBRE O FGTS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.272.902,12
PROCESSO nº	0104600-24.1996.5.04.0019
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	05/09/1996
d. partes do processo	TERESA IARA VEGA BARCELLOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.162.198,68
f. principais fatos	APOSENTADO - Reintegracao ou aviso previo e 40%
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.261.218,01
PROCESSO nº	0000506-20.2011.5.04.0271
a. juízo	OSORIO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	01/06/2011
d. partes do processo	MARIA ISABEL FERRI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	90.741,87
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.239.980,52
PROCESSO nº	0001148-88.2011.5.04.0013
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	29/09/2011
d. partes do processo	LUIZ ERNESTO IGLESIAS DOS SANTOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	23.851,93

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PROMOCOES, DIFERENCAS SALARIAIS, AVANCOS TRIENAIS, COMPLEMENTO SALARIAL, HORAS EXTRAS, SOBREAVISO, REPOUSOS E FERIADOS, 13, FERIAS, FGTS, VALE TRANSPORTE, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.227.986,01
PROCESSO nº	0010121-11.2012.5.04.0332
a. juízo	SAO SEBASTIAO DO CAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/06/2012
d. partes do processo	ELOI JOSE STEFFEN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	22.029,76
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO DE CARGO, DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÃO DE CLASSE, DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS DE SOBREAVISO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.226.123,40
PROCESSO nº	0148600-72.2006.5.04.0403
a. juízo	CAXIAS DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/12/2006
d. partes do processo	MARCIO REBESCHINI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.210.526,93
f. principais fatos	PROMOÇÃO EXTRAORDINARIA, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL, HORAS EXTRAS, FGTS E DEMAIS REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.210.526,93
PROCESSO nº	0001444-20.2010.5.04.0701
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	09/11/2010
d. partes do processo	ANTONIO VITELIO VESTENA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	958.555,83
f. principais fatos	SEJA ANULADA A RESCISAO CONTRATUAL, INDENIZACAO POR DANOS MORAIS, RECONHECIEMTO DO SISTEMA DE SOBREAVISO, HORAS EXTRAS, DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, GASTOS COM COMBUSTIVEL, BENEFICO JUSTICA GRATUITA, JUROS E CORRECAO MONETARIA, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.184.295,47
PROCESSO nº	0070100-48.2004.5.04.0601
a. juízo	IJUI
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	07/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.108.114,80

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13° SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.175.709,80
PROCESSO nº	0000577-50.2012.5.04.0121
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	14/05/2012
d. partes do processo	JOAO RONALDO CARDOZO AMARAL:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	21.174,32
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO DE CARGO CONFORME ARTS. 16 E 17 DA RESOLUÇÃO 23/82 COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÃO DE CLASSE, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, FGTS, DIFERENÇA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO "INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA".
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.164.510,51
PROCESSO nº	0001481-58.2011.5.04.0201
a. juízo	CANOAS
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	28/07/2011
d. partes do processo	FRANCISCO LOPES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	37.080,52
f. principais fatos	INSALUBRIDADE, PROMOCOES, PERICULOSIDADE, HORAS EXTRAS, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.164.211,06
PROCESSO nº	0010151-88.2012.5.04.0512
a. juízo	NOVA PRATA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	09/05/2012
d. partes do processo	JANDIR DURANTE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	819.844,83
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL COM DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÃO DE CLASSE COM A ANOTAÇÃO DA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, INCORPORAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO, FGTS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.131.281,57
PROCESSO nº	0000542-27.2013.5.04.0551
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	30/08/2013
d. partes do processo	RINALDO PEREIRA DE LIMA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	32.851,93

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS CONTROLES DE JORNADA, DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS COM ADICIONAL DE 50% E 100%, INTERVALO INTRAJORNADA, HORAS DE SOBREAVISO, INTERVALO SEMANAL, DIFERENÇA DO GRAU DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, INDENIZAÇÃO REFERENTE A QUILOMETRAGEM REALIZADA COM SEU VEÍCULO PARTICULAR, PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MEREcimento, DIFERENÇAS DE FGTS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.117.908,74
PROCESSO nº	0000200-84.2011.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/05/2011
d. partes do processo	GILBERTO BALESTRIN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	26.392,84
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.113.691,53
PROCESSO nº	0103600-81.2004.5.04.0512
a. juízo	NOVA PRATA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	04/02/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	9.618,00
f. principais fatos	DIF.SALARIAIS, DIF.DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADIC.NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13ºSALARIO, FGTS E REFLEXOS, PROMOÇÕES E PROMOÇÕES EXTRAORDINÁRIAS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.111.866,43
PROCESSO nº	0147200-78.2006.5.04.0611
a. juízo	CRUZ ALTA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/12/2006
d. partes do processo	FERNANDO JOSE JUSTEN E OUTROS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	192.009,75
f. principais fatos	ENQUADRAMENTO FUNCIONAL(PROMOÇÕES), DIF.SALARIAL, FGTS E DEMAIS REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.104.117,18
PROCESSO nº	0000202-79.2013.5.04.0811
a. juízo	BAGE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	20/03/2013
d. partes do processo	JOSE EDISON BENTO LEITE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	24.919,26

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PROMOÇÕES + DIFERENÇAS SALARIAIS, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL OU DESVIO DE FUNÇÃO, SALÁRIO IN NATURA, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, DIFERENÇAS DE: AVANÇOS TRIENNAIS, COMPLEMENTO SALARIAL, ADICIONAL NOTURNO, DE HORAS EXTRAS INCLuíDAS AS DEFERIDAS NA AÇÃO Nº 0114700-09.2004.5.04.0811, REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS E FERIADOS, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, 13º SALÁRIOS, FÉRIAS + 1/3 E LICENÇA-PRÊMIO, FGTS SOBRE OS PEDIDOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.103.504,77
PROCESSO nº	0084400-55.2008.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	20/08/2008
d. partes do processo	LUIS FERNANDO DE ASSIS ALONSO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.035.989,77
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.098.667,15
PROCESSO nº	0191600-33.2006.5.04.0271
a. juízo	OSORIO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	23/01/2007
d. partes do processo	ADRIANO FERNANDES PILAR E OUTROS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.062.781,31
f. principais fatos	PROMOÇÃO E CLASSE, NOVO ENQUADRAMENTO, AUMENTO PECUNIÁRIO E DIFERENÇAS, FGTS (MULTA 40%), AJG.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.073.621,68
PROCESSO nº	0010600-57.2009.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/03/2009
d. partes do processo	GIOVANI SALLES DA SILVEIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	226.297,07
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.072.601,83
PROCESSO nº	0010097-08.2011.5.04.0141
a. juízo	SAO LOURENCO DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	27/05/2011
d. partes do processo	DOUGLAS LIERMANN PRIEBE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	977.136,04
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.067.032,56
PROCESSO nº	0001413-60.2011.5.04.0411
a. juízo	VIAMAO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	05/10/2011
d. partes do processo	ALTACIR SOUSA DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	180.276,51
f. principais fatos	INSALUBRIDADE, PROMOÇÕES, SOBREAVISO, PERICULOSIDADE, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.057.303,74
PROCESSO nº	0010659-78.2012.5.04.0271
a. juízo	TRAMANDAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	31/07/2012
d. partes do processo	JAIR PEDRO DE AGUIAR:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	975.167,06
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO DE CARGO, DESVIO DE FUNÇÃO COM DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, PROMOÇÃO DE CLASSE, DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, QUE A BASE DE CÁLCULO SEJA O SALÁRIO PREVISTO PARA O CARGO INICIAL, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.053.863,04
PROCESSO nº	0001289-32.2012.5.04.0641
a. juízo	TRES PASSOS
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	31/08/2012
d. partes do processo	ILVO INACIO KOCHHANN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	27.772,53
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE COM AS DIFERENÇAS SALARIAIS, CONSIDERANDO A MAJORAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DEFERIDA NO P ROC. Nº 00433-2006-641-04-00-1, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL OU DESVIO DE FUNÇÃO, DIFERENÇAS DE: AVANÇOS TRIENAIS, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, COMPLEMENTO SALARIAL, HORAS EXTRAS PELA INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO, REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS, ADICIONAL DE TURNOS DE REVEZAMENTO, ADICIONAL NOTURNO, HORAS DE SOBREAVISO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, 13º SALÁRIO, FÉRIAS + 1/3 E LICENÇAS-PREMIO, HORAS EXTRAS + ADICIONAIS, FGTS SOBRE AS PARCELAS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.048.654,63
PROCESSO nº	0067300-41.2008.5.04.0202
a. juízo	CANOAS
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/05/2008
d. partes do processo	JOAO BATISTA ALIEVI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	17.919,26
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.045.662,22
PROCESSO nº	0060400-55.2008.5.04.0521
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	08/08/2008
d. partes do processo	GILMAR ANTONIO RIL:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	978.392,88
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.041.303,54
PROCESSO nº	0136500-15.2007.5.04.0512
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	19/05/2007
d. partes do processo	GABRIEL BIER VOLFF:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	11.779,02
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, HORAS EXTRAS, ADIC.NOTURNO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.029.976,83
PROCESSO nº	0020200-27.2014.5.04.0252
a. juízo	CACHOEIRINHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	22/07/2014
d. partes do processo	SANDRA MARIA NUNES DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.007.520,58
f. principais fatos	AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS PATRIMONIAIS E EXTRAPATRIMONIAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE PENSÃO VITALICIA
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.007.520,58
PROCESSO nº	0000479-82.2012.5.04.0471
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	05/11/2012
d. partes do processo	ERASMO CARLOS FORTUNA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	865.710,78
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÕES, DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, BASE DE CÁLCULO, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.006.908,21
PROCESSO nº	0064400-59.2005.5.04.0471
a. juízo	LAGOA VERMELHA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	08/11/2013
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	847.326,69
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS ANTERIOR 10254-2004-461-04-9
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.003.234,80
PROCESSO nº	0020979-82.2014.5.04.0251
a. juízo	CACHOEIRINHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	18/12/2014
d. partes do processo	LUCIO ANTONIO CORREA FLORES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.037.669,17
f. principais fatos	PROMOÇÕES DE CLASSE DIFERENÇAS SALARIAIS, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, HORAS SOBRE AVISO, 13 SALARIO, ANOTAÇÕES NA CTPS, FGTS, INDENIZAÇÃO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.000.846,61
PROCESSO nº	0000213-61.2013.5.04.0471
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	24/05/2013
d. partes do processo	ENIO BETIOLO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	901.996,10
f. principais fatos	NULIDADE DO ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA, HORAS EXTRAS COM ADICIONAL DE 100%, INTERVALO INTRAJORNADA, INTERVALO SEMANAL CONCEDIDO, COM ADICIONAL DE 50%, INTERVALO INTERJORNADA, DIFERENÇA DO ADICIONAL NOTURNO, DIFERENÇAS REFERENTE ÀS HORA EXTRAS, DIFERENÇAS DO GRAU DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS DE SOBREAVISO, PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, DIFERENÇAS DA COMPLEMENTAÇÃO PROVISÓRIA DE PROVENTOS, INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES, DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS, FGTS SOBRE OS PEDIDOS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	989.850,52
PROCESSO nº	0103700-88.2004.5.04.0721
a. juízo	CACHOEIRA DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	961.946,22
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	985.329,50
PROCESSO nº	0000487-06.2011.5.04.0791
a. juízo	ENCANTADO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/12/2011
d. partes do processo	SANDRA MARASCA VOLLSSEN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	27.772,54
f. principais fatos	INSALUBRIDADE, PROMOÇÕES, ALTERAÇÃO DE CLASSE NO PLANO DE CARGOS INSTITUÍDOS PELA RESOLUÇÃO 14/01, HORAS EXTRAS, DOMINGOS E FERIADOS, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	960.093,78
PROCESSO nº	0001332-14.2011.5.04.0411
a. juízo	VIAMAO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/09/2011
d. partes do processo	JOAO PAULO SOUZA DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	798.537,27
f. principais fatos	INSALUBRIDADE, PROMOÇÕES, SOBREAVISO, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	959.043,26
PROCESSO nº	0082500-35.2007.5.04.0522
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/07/2007
d. partes do processo	ANTONIO ADARGILDO BARCELLOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.036.583,54
f. principais fatos	PGTO DAS DIF.SALARIAIS, COM AS DEVIDAS ANOTAÇÕES DA CTPS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	956.041,79
PROCESSO nº	0000461-44.2014.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	25/06/2014
d. partes do processo	LOUREIRO LAGO LIBERALESSO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	26.183,06
f. principais fatos	Requer: Horas extras pela não observância dos intervalos intra e interjornadas, bem como pelo excedente a 6ª ou 10ª diária, 36ª semanais e 152ª mensais, Promoções de 1992 a 2001, Diferenças dos reflexos de praxe, bem como no adic noturno, Revisão do enquadramento inicial na Resolução 14/01-GP face as parcelas concedidas no processo 0000297-16.2013.5.04.0551 e neste.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	953.701,15

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº	0150400-69.2006.5.04.0231
a. juízo	GRAVATAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/02/2007
d. partes do processo	ALEX SANDRO DE MORAES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	728.508,88
f. principais fatos	ADICONAL NOTURNO , HS EXTRAS, REP. REMUNERADO, FÉRIAS, FGTS E DIFS, AJG.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	952.872,32
PROCESSO nº	0010200-74.2009.5.04.0241
a. juízo	ALVORADA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/02/2009
d. partes do processo	ELISABET GRUBER:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	180.923,31
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	951.090,75
PROCESSO nº	0103600-36.2004.5.04.0721
a. juízo	CACHOEIRA DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	673.921,84
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13° SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	945.464,04
PROCESSO nº	0046000-51.2004.5.04.0141
a. juízo	CAMAQUA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	931.257,72
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13° SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	938.428,40
PROCESSO nº	0085600-97.2008.5.04.0122

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	27/08/2008
d. partes do processo	PAULO EDI GOMES DE FREITAS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	335.189,70
f. principais fatos	Reenquadramento funcional para Auxiliar de Laboratório II, sucessivamente, reenquadramento para ATTAE II, sucessivamente, desvio de função, dif. de adicional de insalubridade, pagamento de 1 hora extra diária, promoções de classe. AJG, juros e correção monetária.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	929.511,11
PROCESSO nº	0153100-52.2007.5.04.0661
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	19/07/2007
d. partes do processo	ADEMIR JOSE FELTES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	928.212,66
f. principais fatos	PROMOÇÕES
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	928.212,66
PROCESSO nº	0021671-74.2014.5.04.0221
a. juízo	GUAIBA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	12/12/2014
d. partes do processo	ALEXANDRE MORAES DOS ANJOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	10.000,00
f. principais fatos	CTPS, DIFERENÇAS SALARIAIS, ADICIONAL NOTURNO, FGTS, PPR, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, INSALUBRIDADE, PROMOÇÃO DE CLASSE
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	921.273,88
PROCESSO nº	0129200-18.1986.5.04.0001
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	28/07/1986
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	PGTº DE 11 % AOS SALÁRIOS01292.001/86-0
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	915.102,11
PROCESSO nº	0020568-36.2013.5.04.0522
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	25/11/2013
d. partes do processo	IVO ANTONIO SOBIS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	25.366,10

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL (RESOL. 23/82) COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS, DESVIO DE FUNÇÃO E DIFERENÇAS SALARIAIS, PROMOÇÃO (RESOL. 23/82) COM ANOTAÇÃO NA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, DECLARAÇÃO DA NULIDADE DA ADESÃO AO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS (RESOL. 14/2001), INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, ALTERAÇÃO DE CLASSE, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA (RESOL. 16/09). ****Requer nos autos as fichas financeiras de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	909.776,88
PROCESSO nº	0000751-02.2010.5.04.0292
a. juízo	SAPUCAIA DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	25/11/2010
d. partes do processo	ODEMAR MEYER:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	854.350,86
f. principais fatos	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, HORAS EXTRAS, HORAS DE SOBREVISO, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, JUROS E CORRECAO, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	909.456,49
PROCESSO nº	0001273-05.2010.5.04.0009
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	22/11/2010
d. partes do processo	MARCO ANTONIO BRASIL:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	14.707,65
f. principais fatos	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, REEQUADRAMENTO, DIFERENCAS SALARIAIS, RECONHECIMENTO DO SISTEMA DE SOBREVISO, PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS, HORAS EXTRAS, DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS, DECLARAACO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, JUROS E CORRECAO MONETARIA, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	900.456,43
PROCESSO nº	0000314-56.2010.5.04.0131
a. juízo	ARROIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	14/12/2010
d. partes do processo	EDISON TERRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	45.157,10
f. principais fatos	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, DIFERENCAS SALARIAIS, HORAS EXTRAS, PAGAMENTO EM DOBRO DOS DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS, FGTS, PROMO, AO DE CLASSE, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, JUROS E CORRE, AO MONETARIA, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	891.814,86
PROCESSO nº	0028600-09.2008.5.04.0521
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	26/02/2008

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	PEDRO ROBERTO DOS SANTOS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	16.162,09
f. principais fatos	DIF.SALARIAIS DECORRENTES DESVIO DE FUNÇÃO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	888.460,51
PROCESSO nº	0000448-19.2013.5.04.0571
a. juízo	SOLEDADE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	04/07/2013
d. partes do processo	JOAO CARLOS DOS SANTOS GONCALVES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	32.034,99
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO + DIFERENÇAS SALARIAIS, PROMOÇÕES COM ANOTAÇÃO NA CTPS E DIFERENÇAS, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV + DIFERENÇAS DEREFRIDAS NO PROC. 0064900-82.2006.5.04.0571, DIFERENÇA DA PARCELA MENSAL DEVIDA AO AUTOR + DIFERENÇAS DEFERIDAS NA AÇÃO MENCIONADA, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ****Requer nos autos as fichas financeiras de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	887.758,77
PROCESSO nº	0000438-35.2013.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	24/07/2013
d. partes do processo	JOSE ADEMIR DE SOUZA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	814.562,32
f. principais fatos	RECLAMANTE PLEITEIA DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DOENÇA OCUPACIONAL, DEPOSITOS FGTS ENQUANTO ESTAVA EM AUXILIO-DOENÇA, ~INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, PROMOÇÃO DE CLASSE, QUE ENTENDE DEVIDOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	885.836,52
PROCESSO nº	0020158-83.2015.5.04.0141
a. juízo	CAMAQUA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/05/2015
d. partes do processo	JOSE CANDIDO RIBEIRO DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	820.017,94
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, ADICIONAL NOTURNO, FGTS, PPR, ANOTAÇÕES NA CTPS, HORAS EXTRA
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	884.779,69
PROCESSO nº	0000870-98.2015.5.04.0352
a. juízo	GRAMADO
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	20/08/2015
d. partes do processo	JAIR LUIS STEIGER:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	30.000,89

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, DIFERENÇAS SALARIAIS, ANOTAÇÕES NA CTPS, FGTS, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRA
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	874.766,53
PROCESSO nº	0000247-29.2013.5.04.0732
a. juízo	SANTA CRUZ DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	03/04/2013
d. partes do processo	ELCIO FORATI NUNES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	23.851,93
f. principais fatos	PROMOÇÕES, OBSERVANDO AS PROMOÇÕES JÁ DEFERIDAS NO PROC. Nº 0224900-89.2005.5.04.0733 COM ANOTAÇÕES NA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL OU DESVIO DE FUNÇÃO, DIFERENÇAS DE: AVANÇOS TRIENAIIS, COMPLEMENTO SALARIAL, ADICIONAL NOTURNO, DE HORAS EXTRAS PAGAS E DE HORAS EXTRAS NOTURNAS DEFERIDAS NO PROC. Nº 0224900-89.2005.5.04.0733, REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS E FERIADOS, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, 13º SALÁRIOS, FÉRIAS + 1/3 E LICENÇAS-PRÊMIO, DIFERENÇAS DE FGTS.***Requer a exibição e/ou juntada das Resoluções mencionadas na inicial e o regulamento referente a Participação nos Lucros e Resultados.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	871.212,02
PROCESSO nº	0000643-95.2012.5.04.0261
a. juízo	MONTENEGRO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	04/07/2012
d. partes do processo	NILO EDMUNDO MULLER:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	849.876,49
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO DE CARGO, DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÃO DE CLASSE, DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, BASE DE CÁLCULO SEJA O SALÁRIO PROFISSIONAL PREVISTO PARA O CARGO INICIAL, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	869.083,70
PROCESSO nº	0000749-89.2014.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	22/09/2014
d. partes do processo	AIRTON ZAGO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	35.750,06
f. principais fatos	DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS CONTROLES DE JORNADA NO QUE TANGE AOS REGISTROS DE INTERVALO INTRAJORNADA, FGTS, INTERVALO SEMANAL, PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS, SOBREAVISO, COMPLEMENTAÇÃO PROVISÓRIA, INDENIZAÇÃO POR ADESAO AO PDV,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	867.568,33
PROCESSO nº	0000825-80.2012.5.04.0811
a. juízo	BAGE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	01/10/2012
d. partes do processo	CAMILO ANSELMO LIMA DE ALMEIDA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	22.457,48
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, COM ANOTAÇÃO DA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, DESVIO DE FUNÇÃO, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO "INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA", BASE DE CÁLCULO, CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E FUNDAÇÃO, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	854.166,93
PROCESSO nº	0055900-62.2006.5.04.0020
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	31/05/2006
d. partes do processo	ALCEU BORGES MACHADO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	10.000,00
f. principais fatos	SUPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	852.261,94
PROCESSO nº	0001018-31.2014.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	21/01/2015
d. partes do processo	ZAURI ANTONIO BOTTAN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	890.820,19
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, DIFERENÇAS SALARIAIS, COMPLEMENTO SALARIAL, FGTS, HORAS EXTRA, ADICIONAL NOTURNO, ANOTAÇÕES NA CTPS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	849.646,98
PROCESSO nº	0000315-41.2010.5.04.0131
a. juízo	ARROIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	14/12/2010
d. partes do processo	SIDNEY DUARTE DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	17.540,10
f. principais fatos	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, PAGAMENTO EM DOBRO DOS DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS E TROCADOS POR FOLGA, FGTS, PROMOCÃO DE CLASSE, LICENÇA PREMIO, HORAS DE SOBREAVISO, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, JUROS E CORRECAO MONETARIA, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	842.328,70
PROCESSO nº	0000345-81.2012.5.04.0721
a. juízo	CACHOEIRA DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/05/2012
d. partes do processo	MARCO ANTONIO FERREIRA SCHORNER:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	35.062,32

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E SEUS REFLEXOS, SALÁRIO PROFISSIONAL PREVISTO PARA O CARGO INICIAL, PROMOÇÃO DE CLASSE COM A ANOTAÇÃO NA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, ALTERAÇÃO DE CLASSE, DESVIO DE FUNÇÃO, VALE-ALIMENTAÇÃO, FGTS, HORAS EXTRAS, DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO, DIFERENÇA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO "INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA".
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	839.736,28
PROCESSO nº	0118900-48.2007.5.04.0522
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	21/09/2007
d. partes do processo	HERBERT WALTER KUHN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL PARA TECNICO DE TRATAMENTO E ESGOTO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	834.052,28
PROCESSO nº	0060500-96.2008.5.04.0751
a. juízo	SANTA ROSA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	18/04/2008
d. partes do processo	JAIR ORTIZ DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	319.343,59
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, NO CARGO DE INSTALADOR DE REDES 3, GRUPO 2, NIVEL 6, COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	833.542,90
PROCESSO nº	0020071-55.2013.5.04.0123
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	19/02/2013
d. partes do processo	MAURICIO SOARES CAPUANO:RECLAMADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	823.731,01
f. principais fatos	DIREITO DO TRABALHO / REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	823.731,01
PROCESSO nº	0010135-83.2012.5.04.0141
a. juízo	SAO LOURENCO DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/07/2012
d. partes do processo	ARY ROGERIO DE OLIVEIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	757.204,01
f. principais fatos	REQUER DIFERENÇAS SALARIAIS DO DESVIO DE FUNNÇÃO, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, PROMOÇÕES E TODOS SEUS REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	823.459,36
PROCESSO nº	0000707-20.2012.5.04.0451
a. juízo	SAO JERONIMO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/09/2012
d. partes do processo	PAULO RICARDO ATHANASIO LENZI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	57.402,48
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÃO DE CLASSE, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	814.972,35
PROCESSO nº	0000757-26.2013.5.04.0026
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/06/2013
d. partes do processo	AIRTON JOSE DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	23.851,93
f. principais fatos	REQUER QUE AO FINAL, SEJA CONSIDERADA A REMUNERAÇÃO DEFERIDA NO PROC. Nº 0117800-93.2004.5.04.0027, INTEGRAÇÃO DAS DIÁRIAS PAGAS, PROMOÇÕES + DIFERENÇAS SALARIAIS E ANOTAÇÕES NA CTPS, CONSIDERANDO A REMUNERAÇÃO DEFERIDA NO PROC. CITADO, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL OU SUCESSIVAMENTE DESVIO DE FUNÇÃO E DIFERENÇAS SALARIAIS, HORAS EXTRAS, DIFERENÇAS DE: AVANÇOS TRIENAIIS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, COMPLEMENTO SALARIAL, HORAS DE PRONTIDÃO, HORAS DE SOBREVISO, HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO, HORAS DE PRONTIDÃO PAGAS, HORAS DE SOBREVISO PAGAS, HORAS EXTRAS PAGAS, HORAS REDUZIDAS NOTURNAS PAGAS E ADICIONAL NOTURNO PAGO, REPOUSOS SEMANAIIS REMUNERADOS, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS, 13º SALÁRIOS, FÉRIAS + 1/3 E LECENÇAS-PRÊMIO, DEPÓSITOS DO FGTS SOBRE OS PEDIDOS. ****Requer a exibição e/ou juntada das Resoluções mencionadas na inicial e o regulamento referente a Participação nos Lucros e Resultados.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	811.149,81
PROCESSO nº	0041900-71.2008.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	22/04/2008
d. partes do processo	ELSON LUIZ DE SOUZA DA ROCHA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO POSTULADO NA FUNÇÃO DE INSTALADOR DE REDES 3, GRUPO 2, NIVEL 6.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	809.695,88
PROCESSO nº	0000026-65.2017.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	31/03/2014

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	ROMILDO WALDIR NORBAK:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AGRAVO DE PETIÇÃO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	803.956,12
PROCESSO nº	0000209-41.2014.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	31/03/2014
d. partes do processo	ROMILDO WALDIR NORBAK:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	732.600,80
f. principais fatos	REFLEXOA E AVANÇOS TRIENAI, GRATIFICAÇÕES NATALINAS, GRATIFICAÇÕES NORMATIVAS, FGTS, INDENIZAÇÃO PELA ADESÃO AO PDV,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	803.956,12
PROCESSO nº	0001010-54.2014.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	19/02/2015
d. partes do processo	EMIR CORREA AMARO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	30.000,00
f. principais fatos	DIFERENÇAS SALARIAIS, ADICIONAL NOTURNO, PERICULOSIDADE, PROMOÇÕES, HORAS EXTRAS, HORAS SOBRE AVISO, 13 SALARIO, FGTS, INDENIZAÇÃO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	800.781,64
PROCESSO nº	0033900-09.2008.5.04.0211
a. juízo	TORRES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	29/04/2008
d. partes do processo	GILBERTO AQUILES ROQUE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	371.342,36
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL NO CARGO DE MONTADOR 2, GRUPO 2, NIVEL 7, COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	800.376,99
PROCESSO nº	0067600-32.2008.5.04.0451
a. juízo	SAO JERONIMO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	01/10/2008
d. partes do processo	LUIZ FELIPE OLIBONI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	9,26
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	797.980,43
PROCESSO nº	0000046-44.2013.5.04.0471
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/01/2013
d. partes do processo	ALCIR GRISON:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	713.581,11
f. principais fatos	REQUER REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, PROMOÇÕES DEVIDAS E NÃO PAGAS, DIFERENÇAS SALARIAIS E DE INSALUBRIDADE GRAU MÁXIMO E TODOS SEUS REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	792.075,03
PROCESSO nº	0000163-98.2014.5.04.0471
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	31/03/2014
d. partes do processo	AMAURI LUIZ PICININ CIOATO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	25.451,93
f. principais fatos	PROMOÇÃO (RESOLUÇÃO 14/01), DIFERENÇAS DOS AVANÇOS TRIENAIIS, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRA, REPOUSOS SEMANAIIS, FERIADOS, 13º SALARIO, FÉRIAS, LICENÇA PREMIO, PPR, ADICIONAL DE TURNO DE REVEZAMTNO,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	791.075,84
PROCESSO nº	0000509-37.2013.5.04.0551
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	12/08/2013
d. partes do processo	NELSO ANGELO MARCANTE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	790.955,09
f. principais fatos	HORAS EXTRAS E ADICIONAIS, DIFERENÇAS DE ADICIOANAL NOTURNO, HORAS EXTRAS REFERENTES AOS FERIADOS LABORADOS, DIFERENÇAS DE HORAS DE SOBREVISO, DIFERENÇAS DO GRAU DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, REFLEXOS DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO RCONHECIDAS NO PROC. Nº 0000043-36.2012.5.04.0015, FGTS SOBRE OS PEDIDOS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.****Requer a exibição do contrato de trabalho e dos recibos de pagamento de salário do autor com o cálculo de enquadramento na classe inicial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	790.955,09
PROCESSO nº	0097600-58.1996.5.04.0702
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/09/1996
d. partes do processo	PARAGUASSU GARCIA FLORES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	789.124,77
f. principais fatos	Suplementação de aposentadoria, pagamento de licença-prêmio proporcional, sucessivamente, reintegração com pagamento das parcelas salariais e remuneratórias, com reflexos e FGTS, sucessivamente, aviso-prévio, multa sobre o FGTS e indenização, com juros e correção monetária.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	789.124,77
PROCESSO nº	0000446-75.2014.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/06/2014
d. partes do processo	IVO DE JESUS POMPEU CAMARA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	751.563,78
f. principais fatos	REQUER PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS DE HORAS EXTRAS, INTERVALO INTRAJORNADA, SOBREAVISO, INTERVALO SEMANAL, ADICIONAL NOTURNO, NULIDADE DE CONTROLE DE PONTOS, AVANÇOS TRIENAIIS, REPERCUSSÃO NAS PROMOÇÕES RECONHECIDAS, INDENIZAÇÃO DE ADESÃO AO PDV E DIFERENÇAS DA COMPLEMENTAÇÃO PROVISÓRIA DE APOSENTADORIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	782.453,05
PROCESSO nº	0083500-69.2008.5.04.0511
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	07/08/2008
d. partes do processo	DIOGENES ROGERIO DOS SANTOS FALCAO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	249.653,66
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	780.902,05
PROCESSO nº	0000349-95.2012.5.04.0761
a. juízo	TRIUNFO
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	16/08/2012
d. partes do processo	LUIZ EURICO BLANCO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	780.171,48
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO E DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, PROMOÇÃO DE CLASSE, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO "INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA", DIFERENÇA DO VALOR DA PARCELA MENSAL DEVIDA, DECORRENTE DA INCLUSÃO NA SUA BASE DE CÁLCULO E DIFERENÇAS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	780.171,48
PROCESSO nº	0127600-55.2006.5.04.0002
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	12/12/2006
d. partes do processo	OSVALDO FERNANDO MAI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	677.442,78
f. principais fatos	DIF. NA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADRIA E SEUS REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	779.488,82
PROCESSO nº	0000984-16.2013.5.04.0511
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/08/2013
d. partes do processo	HELENO VICENTE MARCA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	726.928,95
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO + DIFERENÇAS SALARIAIS, PROMOÇÕES COM ANOTAÇÃO NA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA E REFLEXOS, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.****Requer nos autos as fichas financeiras de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	772.507,40
PROCESSO nº	0000030-13.2015.5.04.0571
a. juízo	SOLEDADE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	04/03/2015
d. partes do processo	NILSON LUIZ HEFLER:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	20.959,63
f. principais fatos	HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, 13 SALARIO, FGTS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	771.759,99
PROCESSO nº	0010467-43.2015.5.04.0271
a. juízo	TRAMANDAI
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	14/04/2015
d. partes do processo	ADEMIR ANTONIO GOMEZ:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	8.183,06
f. principais fatos	INCORPORAÇÃO VALE ALIMENTAÇÃO, NULIDADE DA COMPENSAÇÃO DE JORNADA, FGTS, PERICULOSIDADE DE 30% OU INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO, HORAS EXTRAS RELATIVAS AOS DESCANSOS SEMANAIS REMUNERADOS NÃO GOZADOS, INTERVALO INTRA E INTER JORNADA, DESVIO DE FUNÇÃO, ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA, DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO, PERICULOSIDADE, PROCESSO: 0011478-78.2013.5.04.0271.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	770.640,96
PROCESSO nº	0000856-75.2011.5.04.0281
a. juízo	ESTEIO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	01/08/2011
d. partes do processo	CHARLES ROHTEN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	513.286,75
f. principais fatos	INSALUBRIDADE, PROMOCOES, HORAS EXTRAS, SOBREAVISO, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	768.847,72
PROCESSO nº	0010366-26.2014.5.04.0211
a. juízo	CAPAO DA CANOA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	02/05/2014
d. partes do processo	VALDIR LUIS ARGENTA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	225.114,87
f. principais fatos	PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS, ANOTAÇÕES NA CTPS, FGTS, PROMOÇÃO DE CLASSE (RESOLUÇÃO 23/82)
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	762.221,40
PROCESSO nº	0225000-61.2004.5.04.0771
a. juízo	LAJEADO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	15/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	20.254,54
f. principais fatos	INDISPONÍVEL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	761.642,08
PROCESSO nº	0027400-61.2009.5.04.0252
a. juízo	CACHOEIRINHA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	20/03/2009
d. partes do processo	LEANDRO JOSE FERRAZ:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	720.626,37
f. principais fatos	PAGAMENTO DE 1 HORA EXTRA DIÁRIA E REFLEXOS, PREJUÍZO DO DESCANSO DE 11 E 35 HORAS, DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO POR INOBSERVANCIA DO HORÁRIO REDUZIDO, OUTROS PEDIDOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	760.494,89
PROCESSO nº	0001179-78.2011.5.04.0702
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/11/2011
d. partes do processo	ZELINDA MARIA SOARES MEIRELLES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	12.274,59
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO, PROMOCOES, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	754.528,51
PROCESSO nº	0132600-34.2005.5.04.0111
a. juízo	SANTA VITORIA DO PALMAR
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	11/01/2005
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	36.863,89
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	754.005,61
PROCESSO nº	0000958-19.2010.5.04.0383
a. juízo	TAQUARA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/08/2010
d. partes do processo	SERGIO MARTINS:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	716.234,99
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO , PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS, FGTS, PAGAMENTO DO DEPOSITO FUNDIARIO, DECLARACAO DO DIREITO A PROMOCAO DE CLASSE, ANOTACAO NA CTPS, BENEFICIO JUSTICA GRATUITA, HONORARIOS DE ASSISTENCIA JUDICIARIA,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	749.110,18
PROCESSO nº	0000371-83.2011.5.04.0731
a. juízo	SANTA CRUZ DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	13/06/2011
d. partes do processo	ANTONIO ACELIO PEREIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	26.084,63
f. principais fatos	REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, PROMOCOES, INSALUBRIDADE, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	748.049,57
PROCESSO nº	0020332-87.2013.5.04.0521
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	29/07/2013
d. partes do processo	GERSON LUIS CORRADI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	747.851,97
f. principais fatos	DIREITO DO TRABALHO / REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL / PROMOÇÃO.****AGUARDANDO INICIAL PARA MAIORES INFORMAÇÕES.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	747.851,97
PROCESSO nº	0085200-86.2008.5.04.0121
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	27/08/2008
d. partes do processo	CLEBER DIAS DE OLIVEIRA DE AMARAL:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	609.883,45
f. principais fatos	INDISPONÍVEL

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	745.292,35
PROCESSO nº	0000579-17.2012.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	18/05/2012
d. partes do processo	ROSANGELA DA SILVA LEGUISAMO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	269.533,56
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO, PROMOÇÃO DE CLASSE, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, FGTS, DIFERENÇA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO "INCENTIVO Á DEMISSÃO VOLUNTÁRIA".
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	743.609,30
PROCESSO nº	0084300-36.2009.5.04.0811
a. juízo	BAGE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	30/09/2009
d. partes do processo	LUIZ FERNANDO DE CASTRO NETTO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	810.699,01
f. principais fatos	DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DECORRENTES DA ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA O SALÁRIO BÁSICO, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL, HORAS EXTRAS,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	738.509,20
PROCESSO nº	0000237-53.2013.5.04.0871
a. juízo	SAO BORJA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	30/04/2013
d. partes do processo	LUIS ALDAIR NUNES DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	30.002,83
f. principais fatos	Requer: a) Promoções 2007 a 2010, b a d) Reenquadramento funcional, e) diferenças de adic insalubridade, f, g, h) alteração da base de cálculo da insalubridade, i) Diferenças de HE, j) Horas de Sobreaviso, k) diferenças do PDV, l) diferenças do valor da parcela mensal decorrente da alteração da base de cálculo das verbas deferidas nesta ação e nas de n.º 457-2006-871-04-00-9 e 125600-47.1998.5.04.0751, em parcelas vencidas e vincendas, Reflexos de todas as verbas pleiteadas em: férias c/ 1/3, gratif natalinas, gratif normativas de retorno de férias incorporada, licença prêmio, adic por tempo de serviço, HE, adicional noturno, horas de sobreaviso, repousos, feriados, no PPLR e no FGTS, m) Pgto contribuições empregado/empregador a FUNCORSAN, n) AJG, o) Honorários, p) Juros e correção monetária.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	738.387,07
PROCESSO nº	0001404-65.2013.5.04.0561
a. juízo	CARAZINHO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	28/11/2013
d. partes do processo	DILERMANDO MALTA D AVILA:RECLAMANTE ,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	621.019,29
f. principais fatos	PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, RECÁLCULO DO SEU ENQUADRAMENTO NA CLASSE INICIAL (RES. 14/2001), PROMOÇÕES (RES. 23/82), INTEGRAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PAGA - VERBA DE REPRESENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA, FGTS SOBRE OS PEDIDOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	735.162,64
PROCESSO nº	0000835-90.2011.5.04.0381
a. juízo	TAQUARA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	27/06/2011
d. partes do processo	LEANDRO AUGUSTO DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	29.515,59
f. principais fatos	DIFERENCAS SALARIAIS, PROMOCOES, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	734.387,88
PROCESSO nº	0001055-60.2013.5.04.0012
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/08/2013
d. partes do processo	CARLOS EDUARDO MIRANDA DA SILVEIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	17.899,26
f. principais fatos	PROMOÇÃO, COM ANOTAÇÃO NA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, ALTERAÇÃO DE CLASSE, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO PDV, DIFERENÇA DA PARCELA MENSAL DEVIDA AO AUTOR, CONSIDERANDO AS PARCELAS DEFERIDAS NO PROC. Nº 0039600-61.1999.5.04.0831 JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.***Requer nos autos as fichas financeiras de 1988.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	732.884,27
PROCESSO nº	0000421-59.2012.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	10/05/2012
d. partes do processo	JOAO LUIZ LEMOS JORGE:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	20.971,65
f. principais fatos	DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E SEUS REFLEXOS, SALÁRIO PROFISSIONAL PREVISTO PARA O CARGO INICIAL, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, PROMOÇÃO DE CLASSE.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	725.678,43
PROCESSO nº	0000034-93.2014.5.04.0471
a. juízo	LAGOA VERMELHA
b. instância	EXECUTÓRIA - PROVISÓRIA
c. data da instauração	27/01/2014
d. partes do processo	LEOCIR EXPEDITO BOZZA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	298.662,50

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	PAGAMENTOS DE: HORAS EXTRAS COM ADICIONAL DE 100%, REPOUSO SEMANAL, AUXILIO PORTADOR DE DEFICIENCIA, AVANÇOS TRIENAIS, ADICIONAL DE TURNO, INSALUBRIDADE, FERIADOS, FERIAS, GRATIFICAÇÕES NATALINAS, INDENIZAÇÃO DE INCENTIVO A DEMISSÃO, PPR, INTRAJORNADA, SUPLEMENTAÇÃO PROVISÓRIA DE APOSENTADORIA, SOBREAVISO, FGTS, ADICIONAL NOTURNO, PDV, SUPLEMENTAÇÃO NA APOSENTADORIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	720.747,55
PROCESSO nº	0001367-54.2012.5.04.0664
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	29/11/2012
d. partes do processo	MARCO ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE, COM ANOTAÇÃO NA CTPS + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DEPÓSITOS DE FGTS, DESCONTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	717.817,55
PROCESSO nº	0139800-56.2004.5.04.0102
a. juízo	PELOTAS
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	03/12/2004
d. partes do processo	SINDIAGUA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	655.199,80
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE NO MÊS DE JUNHO, NOS ANOS DE 1992,1993,1995,1996,1998,2000,2001, 2003,2004, NOVO ENQUADRAMENTO, PROMOÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2002, AUMENTO PECUNIÁRIO, DIFERENÇAS SALARIAIS, DIFERENÇA DE HABITAÇÃO INCORPORADA, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, 13º SALÁRIO, FGTS E REFLEXOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	711.022,82
PROCESSO nº	0010180-17.2014.5.04.0271
a. juízo	TRAMANDAI
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/02/2014
d. partes do processo	JOSE RAUL BRAZ:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	15.000,00
f. principais fatos	PROMOÇÃO (RESOLUÇÃO 23/82, PAGAMENTO DAS DIFERNÇAS (SALARIAIS, GRATIFICAÇÕES NATALINAS, GRATIFICAÇÕES NORMATIVAS, RETORNO DE FERIAS, LICENÇA PREMIO, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, HORAS EXTRA, ADICIONAL NOTURNO, PERICULOSIDADE, REPOUSOS, FERIADOS, PPR,FGTS)
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	707.591,85
PROCESSO nº	0000618-37.2014.5.04.0512
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	19/05/2014
d. partes do processo	ADEMIR TOZIN:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	25.405,09
f. principais fatos	JÁ AJUIZOU OUTRO PROCESSO ANTERIORMENTE COM OUTROS SERVIDORES (013512006-511-04-00-4), PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS, PROMOÇÃO DE CLASSE (23/82), PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, ANOTAÇÕES NA CTPS, FGTS,
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	707.214,26
PROCESSO nº	0000906-34.2013.5.04.0701
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	16/08/2013
d. partes do processo	ALVONIR TATSCH MOREIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	589.766,44
f. principais fatos	RECONHECIMENTO DO DESVIO DE FUNÇÃO + DIFERENÇAS SALARIAIS, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, RECÁLCULO REFERENTE AO PDV, FGTS NO MPORTE DE 8% SOBRE OS PEDIDOS DEFERIDOS + MULTA DE 40%, PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, MULTA DO ART. 477, §8º DA CLT, CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À FUNDAÇÃO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	704.905,57

AÇÕES JUDICIAIS - CONSUMIDOR - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 100.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	142/1.03.0003204-4
a. juízo	IGREJINHA
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	08/03/2000
d. partes do processo	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação Civil Pública objetivando a SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO, a devolução dos valores . Vila Promorar - COHAB PROMORAR.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	12.033.349,42
PROCESSO nº	141/1.06.0001439-8
a. juízo	CAPAO DA CANOA
b. instância	0
c. data da instauração	21/08/2006
d. partes do processo	CONDOMINIO EDIFICIO RIO GUAIBA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	366.792,72
f. principais fatos	ALEGA ILEGALIDADE COBRANÇA SERVIÇO BÁSICO POR ECONOMIA - CONDOMÍNIO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	366.792,72
PROCESSO nº	052/1.04.0015743-5
a. juízo	GUAIBA
b. instância	RECURSAL STJ

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	25/08/2003
d. partes do processo	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO NA QUAL É REQUERIDA A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO ESGOTO E A DEVOLUÇÃO DOS VALORES PARA OS IMÓVEL DA VILA SÃO JORGE PORQUE NÃO TRATA O EFLUENTE E OUTRS IRREGULARIDADES (FL. 06 DA INICIAL)
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	264.199,67
PROCESSO nº	017/1.16.0003798-9
a. juízo	LAJEADO
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	22/08/2016
d. partes do processo	CONDOMINIO EDIFICIO BIARRITZ:EXEQÜENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	94.112,71
f. principais fatos	CONDOMINIO INFORMA QUE TEVE SUAS ULTIMAS FATURAS COM VALOR MUITO ELEVADO, E QUE APÓS A AFERIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO HIDROMETRO O VALOR TERIA REDUZIDO. ASSIM REQUER A APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO MÉS A MÉS DO CONSUMO E VALORES DESDE MAIO 2011, A REPETIÇÃO DO INDÉBITO CONDENANDO A CORSAN A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS, A JUNTADA DE TODAS AS RECLAMAÇÕES FEITAS PELO CONDOMINIO JUNTO A CORSAN.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	94.112,71
PROCESSO nº	008/1.16.0024075-0
a. juízo	CANOAS
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	12/12/2016
d. partes do processo	LUIZ CARLOS COSTA SOBE:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	CPF DO AUTOR INSCRITO EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possivel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	60.000,00

AÇÕES JUDICIAIS - AMBIENTAL - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 100.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	5012871-82.2011.404.7100
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	11/04/2011
d. partes do processo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação Civil Pública contra o Município de Cidreira por Dano ao Meio Ambiente em razão do despejo irregular de esgoto cloacal no sistema de drenagem pluvial, que desemboca diretamente no mar
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.667.127,20
PROCESSO nº	027/1.05.0017393-4
a. juízo	SANTA MARIA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	16/05/2001
d. partes do processo	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	659.342,04
f. principais fatos	AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA VISANDO A REMOÇÃO DOS OCUPANTES DA APP LOCALIZADA NO ENTORNO DA BARRAGEM DO DNOS, EM SANTA MARIA, REASSENTAMENTO-OS EM ÁREA PRÓPRIA PARA MORADIA, COM POSTERIOR RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL DA REFERIDA ÁREA
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	659.342,04
PROCESSO nº	026/1.16.0003913-1
a. juízo	SANTA CRUZ DO SUL
b. instância	RECURSAL TJ/TRF
c. data da instauração	19/05/2016
d. partes do processo	MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.000,00
f. principais fatos	REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA REFERENTE AO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO LAGODOURADO, EM SANTA CRUZ DO SUL.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	153.366,76
PROCESSO nº	026/1.16.0001896-7
a. juízo	SANTA CRUZ DO SUL
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	17/03/2016
d. partes do processo	MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CRUZ DO SUL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	153.366,76
f. principais fatos	O MINISTÉRIO PÚBLICO INTERPÕE AÇÃO DE EXECUÇÃO EM FACE DA EXECUTADA POR DESCUMPRIMENTO DOS AJUSTES DO TAC.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	153.366,76
PROCESSO nº	023/1.12.0011179-0
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	RECURSAL TJ/TRF
c. data da instauração	22/11/2012
d. partes do processo	ALICE COZZA OLIVEIRA E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Alega a parte autora que sofre danos decorridos da instalação da ETE NAVEGANTES NO PARQUE MARINHA. Sustenta ter sofrido diversos danos, tais como proliferação de moscas, mosquitos e intenso mau cheiro. Requereu a condenação da corsan por ter sofrido danos morais.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	142.644,35
PROCESSO nº	023/1.11.0014426-3
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	05/11/2012
d. partes do processo	CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Alega a parte autora que sofre danos decorridos da instalação da ETE NAVEGANTES NO PARQUE MARINHA. Sustenta ter sofrido diversos danos, tais como proliferação da moscas, mosquitos e intenso mau cheiro. Requereu a condenação da corsan por ter sofrido danos morais
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	142.644,35
PROCESSO nº	015/1.18.0013322-9
a. juízo	GRAVATAI
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	08/11/2018
d. partes do processo	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - GRAVATAI:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO ANULATÓRIA DO AUTO DE INFRAÇÃO 021/2014, APLICADO PELA FMMA DE GRAVATAÍ PELO EXTRAVASAMENTO DOS EFLUENTES DA ETA DAQUELA CIDADE PARA APP, EM RAZÃO DE "BIS IN IDEM" COM O AUTO DE INFRAÇÃO 485/2014 APLICADO PELA FEPAM, EM RAZÃO DO MESMO MOTIVO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	126.888,63
PROCESSO nº	023/1.10.0000468-0
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	15/01/2010
d. partes do processo	PEDRO MARIA BITTENCOURT:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	102.291,58
f. principais fatos	DANOS MORAIS.MAU CHEIRO.ETE NAVEGANTES.PARQUE MARINHA
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	102.291,58
PROCESSO nº	023/1.10.0000488-5
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	09/02/2010
d. partes do processo	FABIANA MORAIS DA SILVA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	104,51
f. principais fatos	INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	100.437,90

AÇÕES JUDICIAIS - CÍVEIS - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 100.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	035/1.15.0006548-2
a. juízo	SAPUCAIA DO SUL
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	23/09/2015
d. partes do processo	SÉRGIO MARTINS DE SOUZA QUEIROZ:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	AÇÃO POPULAR. QUESTIONA A INEXISTÊNCIA DE METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO CONTRATO DE PROGRAMA. PEDE A NULIDADE DO MESMO OU ADITIVO CORRIGINDO O PROBLEMA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	301.459.815,00
PROCESSO nº	031/1.11.0003252-2
a. juízo	SAO GABRIEL
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	07/10/2011
d. partes do processo	MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	REFERENTE A CONTRATO DE CONCESSÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO (COBRANÇA DE VALORES)
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	5.641.564,87
PROCESSO nº	001/1.18.0002056-3
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	AGUARDA BAIXA
c. data da instauração	11/01/2018
d. partes do processo	ECO PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação de cobrança de multas administrativas e reembolso de multas aplicadas pelo município de Santa Rosa.Processos adm. n.º 000744-22.87/14-0, 000745-22.87/14-3 e 001459-22.87/14-9.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.789.930,39
PROCESSO nº	001/1.10.0254315-1
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	25/11/2010
d. partes do processo	COSATE CONSTRUÇOES SANEAMENTO E ENGENHARIA LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	875.000,00
f. principais fatos	A AUTORA E A RE FIRMARAM CONTRATOS PARA IMPLEMENTACAO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO E OBRAS DE SANEAMENTO NO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL.COM ESSA FINALIDADE A RE ESTABELECEU CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO MENSAL PARA EXECUCAO DAS OBRAS, NO QUAL SE FIXARAM AS ETAPAS DA OBRA MENSAIS BEM COMO A RESPECTIVA COMPENSACAO FINANCEIRA.OCORRE QUE DESDE O INICIO DA EXECUCAO DA OBRA A AUTORA IDENTIFICOU DIFICULDADES NA EXECUCAO :DEMORA NA EXPEDICAO DE ORDENS DE SERVICO,PROBLEMAS DE MEDICAO DOS SERVICOS E NECESSIDADE DE REALIZACAO DE SERVICOS ALEM DAQUELES CONSTANTES DO CONTRATO .TAIS FATOS OBSTACULIZARAM O REGUALR ANDAMENTO DAS OBRAS,FAZENDO COM QUE A INFRAESTRUTURA INSTALDA PELA AUTORA POR DETERMINACAO DO CRONOGRAMA DE OBRA ESTABLECIDOS PELA CORSAN FICASSE OCIOSA.COMA FINALIDADE DE INFORMAR A RESPECTIVA CONTRATANTE DOS FATOS ACIMA CITADOS A AUTORA PROTOCOLOU JUNTO A RE SEGUIDAS PETICOES, NAO HAVENDO MANIFESTACAO DA COMPANMHA , VIU-SE A AUTOIRA OBRIGADA A PROTOCOLAR UMA NOTIFICACAO EXTRA-JUDICIAL A RE ,APRESENTANDO FATURAS REFERENTES AO DESEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO BEM COMO A SOLICITACAO DA IMEDIATA RESILICAO DO CONTRATO EM DECORRENCIA DOS PREUIZOS SOFRIDOS E DA INERCIA DA ADMINISTRACAO EM RESOLVE-LOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.500.000,00
PROCESSO nº	037/1.17.0005567-0
a. juízo	URUGUAIANA
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	17/07/2018
d. partes do processo	LUIZ CARLOS FERNANDES:CREADOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Cumprimento de sentença de desapropriação
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provavel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.379.154,85
PROCESSO nº	026/1.18.0001175-3
a. juízo	SANTA CRUZ DO SUL
b. instância	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
c. data da instauração	01/03/2018
d. partes do processo	ADELINUS OVERBECK E OUTROS:IMPUGNADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	IMPUGNAÇÃO À FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DO PROCESSO Nº 026/1.10.0002333-1 (DESAPROPRIAÇÃO AFORADA CONTRA ADELINUS OVERBECK E OUTROS. PROCESSO Nº 026/1.03.0005765-9).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possivel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	2.116.121,15
PROCESSO nº	001/1.05.0325654-8
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	31/07/2003
d. partes do processo	MAGNA ENGENHARIA LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. BUSCA A RECOMPOSIÇÃO DE VALORES FATURADOS E PAGOS PELA RÉ À AUTORA, ALEGADAMENTE EM ATRASO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.440.340,81
PROCESSO nº	018/1.17.0002684-5
a. juízo	MONTENEGRO
b. instância	INDISPONÍVEL
c. data da instauração	11/08/2017
d. partes do processo	JOÃO CARLOS PILGER:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Desapropriação
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	940.000,00
PROCESSO nº	027/1.13.0010474-0
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	POSTULATÓRIA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	18/07/2013
d. partes do processo	MUNICIPIO DE SANTA MARIA:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO DE COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA DE IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	801.509,87
PROCESSO nº	048/1.16.0003342-0
a. juízo	FARROUPILHA
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	31/10/2016
d. partes do processo	HOSPITAL BENEFICENTE SÃO CARLOS:DEVEDOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	COBRANÇA DE FATURAS VENCIDAS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	550.662,40
PROCESSO nº	073/1.14.0001732-9
a. juízo	TRAMANDAI
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	28/02/2014
d. partes do processo	JONAS SOUZA DOS SANTOS:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Desapropriação do Imóvel matrícula 25.336 destinado à instalação da Estação de Bombeamento de Esgoto nº 4 do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tramandaí
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	451.737,83
PROCESSO nº	001/1.05.2385842-0
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	14/09/2005
d. partes do processo	EDISON MEDEIROS PALMA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE OCORRIDO NA AVENIDA IPIRANGA, EM PORTO ALEGRE.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	337.548,85
PROCESSO nº	1,1119E+12
a. juízo	CRUZ ALTA
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	27/08/2015
d. partes do processo	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE:IMPUGNANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	COBRANÇA DAS FATURAS ATRASADAS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	241.179,75
PROCESSO nº	048/1.18.0002323-2
a. juízo	FARROUPILHA
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	16/07/2018
d. partes do processo	DORVAL BISTROT E ESPOSA:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação de desapropriação movida pela Corsan em face de Dorval Bristot e esposa
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	235.792,02
PROCESSO nº	008/1.14.0009939-6
a. juízo	CANOAS
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	07/07/2015
d. partes do processo	DESPACHO DA 2ª VARA CIVIL DE CANOAS:AGRAVADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Embargos de Terceiro Interessado
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	180.000,00
PROCESSO nº	001/1.15.0163175-7
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	27/01/2016
d. partes do processo	LUIZ OTO NUNES CONCEIÇÃO E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação Indenizatória por danos materiais e moais
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	175.000,00
PROCESSO nº	070/1.15.0001297-4
a. juízo	TAQUARA
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	30/04/2015
d. partes do processo	SUCESSAO DE MARIONO LUCAS BRAUN:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação de Desapropriação
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	155.000,00
PROCESSO nº	020/1.15.0000570-9
a. juízo	PALMEIRA DAS MISSOES
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	11/03/2015
d. partes do processo	NEI ANTONIO UNGARATTI:IMPUGNADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PREFERIDA NO PROCESSO 020/1.07.0002373-7
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	151.960,47
PROCESSO nº	031/1.11.0000872-9
a. juízo	SAO GABRIEL
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	29/03/2011
d. partes do processo	ESPOLIO DE ALFIO DA SILVA BICCA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	O autor alega que a Corsan apropriou-se indevidamente de sua propriedade.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	137.748,81
PROCESSO nº	070/1.15.0001519-1
a. juízo	TAQUARA
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	25/06/2015
d. partes do processo	DORLY BENDER BEZZI, LUIZ PAULO GRUBER, LIEGE MARIA GRUBER LEITE E OUTROS:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	2.900,00
f. principais fatos	Ação de Desapropriação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	127.000,00
PROCESSO nº	008/1.10.0023996-4
a. juízo	CANOAS
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	16/12/2010
d. partes do processo	SUCESÃO DE ARI PEREIRA DE MELO E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO DE USUCAPIÃO DE ÍMÓVEL SITUADO NA RUA SANTO ISODÓRIO, Nº 167, EM CANOAS - RS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	113.569,68

AÇÕES - ADMINISTRATIVAS - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 100.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	001/1.05.2265616-5
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	30/05/2005
d. partes do processo	MUNICIPIO DE BAGE:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	A CORSAN COBRA VALORES RELATIVOS AO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA O MUNICÍPIO DE BAGÉ, EFETUADO ATRAVÉS DO DAEB DURANTE O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1980 E 1998, FRUTO DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS PELAS PARTES. COBRA TAMBÉM VALORES RELATIVOS A EMPRÉSTIMOS EFETIVADOS JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, AO LONGO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS NOTICIADOS, BEM COMO CEDÊNCIA DE SERVIDOR E DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ.SERVIÇO DA DÍVIDA + SERVIÇOS PRESTADOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	21.610.299,98
PROCESSO nº	001/1.16.0124873-4
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	19/09/2016
d. partes do processo	MARCO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela empresa MARCO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA contra a CORSAN referente ao TC nº. 149/09 (CN nº. 909/09), que teve por objeto a execução das obras coletoras, elevatórias e linhas de recalque - Lote 1 - p/ adm. do sistema de esgoto sanitário dos municípios de Esteio e Sapucaia/RS. Tal contrato foi objeto de uma série de Termos Aditivos, tanto em razão de alteração de serviços inicialmente contratados, liberação do DNIT, alteração de local de elevatória, alteração de projeto, ordem de suspensão de pagamento pela Justiça Federal. Em razão de atraso no repasse de recursos alguns pagamentos do contrato foram atrasados. Em síntese, a parte autora requer a condenação da CORSAN em razão de diferenças de pagamento em relação ao item administração direta (relativo ao tempo de prorrogação do contrato) e correção de valores por pagamentos realizados em atraso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	7.328.068,07
PROCESSO nº	001/1.16.0095286-1
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	11/08/2016
d. partes do processo	MARCO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela empresa MARCO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA contra a CORSAN referente ao TC nº. 194/09 (CN nº. 918/09), que tem por objeto a execução de obra da estação de tratamento de esgoto no município de Alvorada/RS. Tal contrato foi objeto de uma série de Termos Aditivos, tanto em razão de alteração de prazos, liberação de projetos elétricos, ordem de paralisação e retomada da obra em razão de falta de desembolso dos Agentes Financeiros, com desmobilização/mobilização. Em razão de atraso no repasse de recursos alguns pagamentos do contrato também foram atrasados. Em síntese, a parte autora requer a condenação da CORSAN em razão de diferenças de pagamento em relação ao item administração direta e CIENTEC (relativo ao tempo de prorrogação do contrato), indenização pelas despesas decorrentes da paralisação das obras e correção de valores por pagamentos realizados em atraso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	7.032.611,47
PROCESSO nº	001/1.15.0202177-4
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	INSTRUTÓRIA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	01/12/2015
d. partes do processo	SUPERQUIMICA COMERCIO E TRANSPORTE LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	A autora firmou o termo de contrato n°. 719/13 para fornecimento de ácido sulfúrico. Em sede administrativa, alegou desequilíbrio econômico-financeiro. Foi concedido o reequilíbrio apenas em parte, mas para isso ela teria que dar quitação. Insatisfeita, não concordou e ingressou com a ação a fim de rescindir antecipadamente o contrato e receber indenização por perdas e danos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	5.400.000,00
PROCESSO nº	013/1.12.0009343-6
a. juízo	ERECHIM
b. instância	AGUARDA BAIXA
c. data da instauração	05/11/2012
d. partes do processo	ALCIDES FRONZA, ALCIDES ZONIN, ANTONINHA CHARNOSKI, MARIA GUARESCHI E OTÍLIA RIBEIRO DOS SANTOS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AVÓS DAS VÍTIMAS DO ACIDENTE OCORRIDO NA BARRAGEM DE ERECHIM EM 2004 BUSCAM INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS SOFRIDOS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	5.385.445,55
PROCESSO nº	026/1.13.0007133-1
a. juízo	SANTA CRUZ DO SUL
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	21/08/2013
d. partes do processo	ENC EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA:IMPUGNADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	IMPUGNAÇÃO À FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PROFERIDA NO FEITO 026/1.03.0001236-1 E DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA CADASTRADA COM O NÚMERO 026/1.06.0003391-7 (SEGUNDA IMPUGNAÇÃO E QUE VERSA SOBRE AS DIFERENÇAS COBRADAS EM RELAÇÃO AO PAGO NA PRIMEIRA IMPUGNAÇÃO, CADASTRADA COM O NÚMERO 026/1.10.0001106-6).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	4.668.125,56
PROCESSO nº	013/1.12.0009342-8
a. juízo	ERECHIM
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	05/11/2012
d. partes do processo	ANGELINA CORRADIN E OUTROS (03):AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	INDENIZAÇÃO PLEITEADA PELAS AVÓS DE VÍTIMAS DO ACIDENTE OCORRIDO NA BARRAGEM DE ERECHIM EM 2004.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.231.267,33
PROCESSO nº	041/1.12.0001400-9
a. juízo	CANELA
b. instância	0
c. data da instauração	01/08/2012

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	NORCI JUREMA RODRIGUES DA SILVA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	194,02
f. principais fatos	FAMILIARES BUSCAM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM FACE DE ATROPELAMENTO COM MORTE DE FAMILIAR. TAMBÉM BUSCA A FIXAÇÃO DE PENSÃO VITALÍCIA PARA OS MESMOS BENEFICIÁRIOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.697.015,61
PROCESSO nº	013/1.12.0009737-7
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	03/12/2012
d. partes do processo	MARTINA FÁTIMA FRANCESCHI E RONNIE CÁSSIO FRANCESCHI:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	3.156,04
f. principais fatos	INDENIZATÓRIA PELO ACIDENTE NA BARRAGEM DE ERECHIM (IRMÃOS DA VÍTIMA BUSCAM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS)
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.332.136,87
PROCESSO nº	042/1.10.0002171-7
a. juízo	CANGUCU
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	23/03/2010
d. partes do processo	ARY TIMM:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.051.650,00
f. principais fatos	A PRESENTE ACAO FOI AJUIJADA COM A FINALIDADE DE LEGALIZACAO DAS AREAS DE TERRAS DESTINADAS A BARRAGEM DO ARROIO PANTANOSO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possivel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.051.650,00
PROCESSO nº	013/1.16.0005062-9
a. juízo	ERECHIM
b. instância	RECURSAL TJ/TRF
c. data da instauração	18/08/2016
d. partes do processo	TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	A autora requer os pagamentos referente à ociosidade de mão de obra técnica previstos no contrato nº. 172/12 (CN nº. 014/12), mas não nos respectivos aditivos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	903.531,20
PROCESSO nº	001/1.16.0026038-2
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	AGUARDA BAIXA
c. data da instauração	03/03/2016
d. partes do processo	MD SERVICOS DE SEGURANCA LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação de cobrança.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	398.602,15
PROCESSO nº	002/1.11.0006076-3
a. juízo	ALEGRETE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	05/12/2011
d. partes do processo	SUZANA BORGES MEDEIROS:EXEQÜENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	A EXEQÜENTE BUSCA RECEBER DA EXECUTADA R\$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS) PELA VENDA DO IMÓVEL MATRICULADO SOB O NÚMERO 16.013, ONDE HOJE LOCALIZA-SE A SURFRO. A CORSAN COMPROU O IMÓVEL DA EXECUTADA POR R\$ 900.00,00 (NOVECIENTOS MIL REAIS) E SALDARÁ A DIFERENÇA EXECUTADA, ABATENDO TAL VALOR DO MONTANTE DE R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) DESTINADOS AO MESMO. A DIFERENÇA, CASO HAJA, SERÁ DEVOLVIDA À ROSA MARIA ASTRAR BORGES.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	331.231,26
PROCESSO nº	097/1.15.0001576-6
a. juízo	FLORES DA CUNHA
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	30/10/2015
d. partes do processo	SANTOS GOTARDO GILIOLI:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	69.103,80
f. principais fatos	DESAPROPRIAÇÃO. ETE DE FLORES DA CUNHA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	306.755,23
PROCESSO nº	016/1.13.0009270-8
a. juízo	IJUI
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	12/12/2013
d. partes do processo	MARLA FABIANA COPETTI:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO DAQUELE MUNICÍPIO. REQUER AINDA CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. LIMINAR INDEFERIDA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	300.000,00
PROCESSO nº	001/1.10.0201697-6
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	10/08/2010
d. partes do processo	DANIEL SCHNEIDER CHAIDER CHAIEB:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	COMO A EMPRESA RE TINHA INTERESSE EM PROCEDER NO LEILAO DE SEUS VEICULOS INSERVIVEIS,FOI ENCAMINHADO AO AUTOR CARTA CONVITE, TENDO ESTE APRESENTADO PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.ESTE VEIO A RECEBER COMUNICADO DANDO-LHE CIENCIA DE QUE HAVIA SAGRADO-SE VENCEDOR E AINDA SOLICITOU FOI SOLICITADO AO MESMO,PELA SRA.MIRIAN DAISE L. DURGANTE, QUE FOSSE REALIZADA A AVALIAÇÃO DOS VEICULOS.TENDO REALIZADO A REFERENTE SOLICITAÇÃO,PARA SURPRESA DO AUTOR, EM 27 DE MAIO DE 2010 O MESMO RECEBEU E-MAIL DA SRA.MIRIAN DURGANTE, DANDO CONTA DE QUE EM VIRTUDE DE NOVA PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DO LEILAO ,DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA PRESIDENCIA, ESTE NAO SERIA MAIS EFETUADO PELA EMPRESA DOA UTOR.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	290.632,58
PROCESSO nº	001/1.17.0138390-0
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	10/08/2010
d. partes do processo	DANIEL SCHNEIDER CHAIDER CHAIEB:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	COMO A EMPRESA RE TINHA INTERESSE EM PROCEDER NO LEILAO DE SEUS VEICULOS INSERVIVEIS,FOI ENCAMINHADO AO AUTOR CARTA CONVITE, TENDO ESTE APRESENTADO PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.ESTE VEIO A RECEBER COMUNICADO DANDO-LHE CIENCIA DE QUE HAVIA SAGRADO-SE VENCEDOR E AINDA SOLICITOU FOI SOLICITADO AO MESMO,PELA SRA.MIRIAN DAISE L. DURGANTE, QUE FOSSE REALIZADA A AVALIAÇÃO DOS VEICULOS.TENDO REALIZADO A REFERENTE SOLICITAÇÃO,PARA SURPRESA DO AUTOR, EM 27 DE MAIO DE 2010 O MESMO RECEBEU E-MAIL DA SRA.MIRIAN DURGANTE, DANDO CONTA DE QUE EM VIRTUDE DE NOVA PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DO LEILAO ,DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA PRESIDENCIA, ESTE NAO SERIA MAIS EFETUADO PELA EMPRESA DOA UTOR.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	290.632,58
PROCESSO nº	70077584449
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	10/08/2010
d. partes do processo	DANIEL SCHNEIDER CHAIDER CHAIEB:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	COMO A EMPRESA RE TINHA INTERESSE EM PROCEDER NO LEILAO DE SEUS VEICULOS INSERVIVEIS,FOI ENCAMINHADO AO AUTOR CARTA CONVITE, TENDO ESTE APRESENTADO PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.ESTE VEIO A RECEBER COMUNICADO DANDO-LHE CIENCIA DE QUE HAVIA SAGRADO-SE VENCEDOR E AINDA SOLICITOU FOI SOLICITADO AO MESMO,PELA SRA.MIRIAN DAISE L. DURGANTE, QUE FOSSE REALIZADA A AVALIAÇÃO DOS VEICULOS.TENDO REALIZADO A REFERENTE SOLICITAÇÃO,PARA SURPRESA DO AUTOR, EM 27 DE MAIO DE 2010 O MESMO RECEBEU E-MAIL DA SRA.MIRIAN DURGANTE, DANDO CONTA DE QUE EM VIRTUDE DE NOVA PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DO LEILAO ,DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA PRESIDENCIA, ESTE NAO SERIA MAIS EFETUADO PELA EMPRESA DOA UTOR.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	290.632,58
PROCESSO nº	013/1.07.0006056-3
a. juízo	ERECHIM
b. instância	EXECUTÓRIA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data da instauração	11/02/2008
d. partes do processo	SERGIO JOSE VEZARRO E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	216.913,38
f. principais fatos	AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS (ACIDENTE NA BARRAGEM DE ERECHIM EM 2004).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	216.913,38
PROCESSO nº	021/1.12.0020554-7
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	18/12/2012
d. partes do processo	ANTONIO DOS SANTOS PIRES:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	INDENIZATÓRIA EM QUE O AUTOR ALEGA TER SIDO FECHADO POR UM VEÍCULO OCASIONANDO SUA QUEDA ENQUANTO PILOTAVA UMA MOTO. EM DECORRÊNCIA DESSE ACIDENTE, FICOU COM A PERNA PRESA EM UM BUEIRO O QUE LHE CAUSOU LESÕES GRAVES.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	177.943,82
PROCESSO nº	137/1.05.0001435-6
a. juízo	CERRO GRANDE DO SUL
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	04/10/2005
d. partes do processo	MUNICIPIO DE CERRO GRANDE DO SUL:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	VISA SUSPENDER PAGAMENTO DE VALOR PREVISTO EM CONTRATO (CAUTELAR INOMINADA).PROCESSO 137/1.04.0001641-1 (AÇÃO DE COBRANÇA: MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE DO SUL X CORSAN).PROCESSO 137/1.06.0000097-7 (RECONVENÇÃO: CORSAN X MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE DO SUL - COBRANÇA DE ÁGUA).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	133.407,33
PROCESSO nº	001185-22.87/13-0
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	ANALISE
c. data da instauração	24/10/2017
d. partes do processo	POLIERG INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA:DEVEDOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Cobrança de multa - Processo: 0011-22.87/13-0
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	126.985,03
PROCESSO nº	042/1.16.0000561-5
a. juízo	CANGUCU
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	13/04/2016
d. partes do processo	JOÃO AIRES PEREIRA E OUTROS:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Ação de desapropriação referente a área de terra, parte da matrícula n° 3.691, do Registro de Imóveis da Comarca de Canguçu. A área desaproprianda foi apontada seguindo a orientação de estudos técnicos elaborados por profissionais competentes e é de suma importância para implantação de RESERVATÓRIO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	113.000,00
PROCESSO nº	001/1.15.0184570-6
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	RECURSAL STJ
c. data da instauração	09/11/2015
d. partes do processo	ENCOPAV ENGENHARIA LTDA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	A autora requer a anulação da multa de R\$ 103.083,60 que lhe foi aplicada em processo administrativo (SPI 000359-22.87/14-3) referente ao contrato n°. 394/11, decorrente da Concorrência n°. 247/11.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	103.083,60

AÇÕES - RESPONSABILIDADE CÍVEL - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 100.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	002/1.17.0000959-9
a. juízo	ALEGRETE
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	24/03/2017
d. partes do processo	GUANE BANDEIRA MOREIRA E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação indenizatória aforada em decorrência de acidente de trânsito no qual faleceu GUSTAVO ANACLETO MOREIRA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.574.470,45
PROCESSO nº	041/1.17.0001571-3
a. juízo	CANELA
b. instância	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
c. data da instauração	27/03/2019
d. partes do processo	NORCI JUREMA RODRIGUES DA SILVA:IMPUGNADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Impugnação de sentença.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	617.034,67
PROCESSO nº	001/1.17.0023157-0
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	0
c. data da instauração	03/03/2017
d. partes do processo	TCC SANEACON - SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA E OUTRO:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO REGRESSIVA - ACIDENTE. PRESTADORA DE SERVIÇOS. DANO MORAL. DANO MATERIAL E PENSIONAMENTO VITALÍCIO.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	478.795,63
PROCESSO nº	013/1.13.0011024-3
a. juízo	ERECHIM
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	10/12/2013
d. partes do processo	FERMINA STRAPASSON:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	DANOS MORAL ACIDENTE NA BARRAGEM DA CORSAN. 600 SALÁRIOS MINIMOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	467.210,39
PROCESSO nº	074/1.08.0001848-7
a. juízo	TRES DE MAIO
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	14/10/2008
d. partes do processo	GESSI RIFFEL VIANNA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	365.000,00
f. principais fatos	AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	365.000,00
PROCESSO nº	005/1.14.0005573-0
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	08/08/2014
d. partes do processo	ILSON ZANATTO:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação de reparação de Danos Materiais e Morais. Danos materiais provocados ao imóvel do autor, por exemplo, fissuras, rachaduras... por motivo de detonação efetuada pela empresa Bripaza, próxima a residência do autor.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	300.000,00
PROCESSO nº	037/1.11.0010165-4
a. juízo	URUGUAIANA
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	03/10/2011
d. partes do processo	JOSÉ ANSELMO DA ROSA GARCIA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	O AUTOR POSTULA INDENIZAÇÃO PELA COLISÃO EM RETROESCAVADEIRA OPERANDO EM OBRA DA CORSAN. O MESMO ALEGA QUE FICOU TETRAPLÉGICO APÓS A COLISÃO. PEDE PENSIONAMENTO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	274.853,60

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº	008/1.11.0012438-7
a. juízo	CANOAS
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	07/07/2011
d. partes do processo	JOAO PAULO MIRANDA DA TRINDADE:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	O AUTOR PLEITEIA CONSERTO DO PISO DE SUA RESIDÊNCIA EM VIRTUDE DE VAZAMENTO. ESTE DECORRERIA DE CANOS QUE PASSAM SOB O IMÓVEL E SERIAM DE RESPONSABILIDADE DA CORSAN.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	193.506,62
PROCESSO nº	005/1.12.0001643-9
a. juízo	BENTO GONCALVES
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	23/03/2012
d. partes do processo	LORENI DA SILVA DOS SANTOS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	4.808,61
f. principais fatos	Autora busca indenização em decorrência de danos por acidente de trânsito.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	181.407,49
PROCESSO nº	113/1.16.0000322-6
a. juízo	NONOAI
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	08/04/2016
d. partes do processo	MAURÍCIO POGLIA:REQUERIDO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Cumprimento da Sentença proferida no processo 113/1.08.0001215-8.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	165.915,88
PROCESSO nº	023/1.15.0008694-5
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	23/07/2015
d. partes do processo	MARCIA PEREIRA COELHO:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	O autor alega que caiu em um buraco entre as Ruas Francisco Marques com Marechal Floriano (sobrado dos azulejos), por isso ficou impossibilitada de trabalhar por dois meses, desde 30/04/2015 , perdendo H.E. de R\$ 2.000,00 mensais - REQUER: danos materiais de R\$ 4.064,28 + danos morais de 100 SM = total de R\$ 161.664,28.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	161.664,28
PROCESSO nº	027/1.13.0006048-4
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	25/04/2013

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	MARIA MOREIRA VIEIRA:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	A AUTORA REQUER QUE A CORSAN E O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA FAÇAM OBRAS DESTINADAS A EVITAR PREJUÍZOS NA SUA RESIDÊNCIA, EIS QUE SEGUNDO ALEGA, UM MURO PODE RUIR EM FACE DE PROBLEMAS NAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	154.607,17
PROCESSO nº	001/1.15.0143230-4
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	18/08/2015
d. partes do processo	AGUINELO LUIS BARBOSA E OUTROS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ROMPIMENTO DE ADUTORA. ALAGAMENTO DE RESIDÊNCIA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	150.000,00
PROCESSO nº	072/1.13.0001903-0
a. juízo	TORRES
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	24/04/2013
d. partes do processo	TEREZINHA COSTA MARTINS:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	A AUTORA RELATA PROBLEMAS EM SUA RESIDÊNCIA/ESTABELECIMENTO (RACHADURAS, TRINCAMENTO DO PISO E OUTROS) EM FACE DE OBRA DE ESGOTO REALIZADA PELA CORSAN EM FRENTE AO MESMO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	138.946,89
PROCESSO nº	028/1.14.0002124-0
a. juízo	SANTA ROSA
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	26/03/2014
d. partes do processo	FRANCISCO FUHR DA SILVA E OUTROS 2:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO COMINATÓRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS EM FACE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA, CRESOL SANTA ROSA E CORSAN, EM VIRTUDE DE OBRAS DE LOTEAMENTO QUE CAUSARAM TRANSTORNOS A MORADORES DA TRAVESSA PEREIRA, BAIRRO CRUZEIRO DAQUELE MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	112.732,44
PROCESSO nº	042/1.16.0000941-6
a. juízo	CANGUCU
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	21/06/2016
d. partes do processo	DIEGO PEREIRA BOHM:REQUERENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PREFERIDA 042/1.07.0001870-2.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	105.725,54

AÇÕES - PREVIDENCIÁRIA - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 700.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	0114000-44.1996.5.04.0122
a. juízo	RIO GRANDE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	06/08/1996
d. partes do processo	ARNO DOS REIS JUNQUEIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	16.132,10
f. principais fatos	13o salario,ferias,avancos trienais,reintegracao
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	13.655.949,91
PROCESSO nº	0000476-76.2012.5.04.0003
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	23/04/2012
d. partes do processo	JUAREZ CARLOS PASQUALI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.903.993,48
f. principais fatos	PROMOÇÃO DE CLASSE COM A ANOTAÇÃO DA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, REENQUADRAMENTO FUNCIONAL COM A RETIFICAÇÃO DA CTPS, DESVIO DE FUNÇÃO COM DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, INCORPORAÇÃO DO VALE-ALIMENTAÇÃO, DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO "INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA", CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À FUNDAÇÃO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.954.449,31
PROCESSO nº	0000603-19.2012.5.04.0551
a. juízo	FREDERICO WESTPHALEN
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	16/11/2012
d. partes do processo	MAURO VIEIRA:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.468.700,57
f. principais fatos	HORAS EXTRAS, HORAS DE SOBREAVISO E REFLEXOS, ADICIONAL NOTURNO E REFLEXOS, INTERVALO SEMANAL, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE OU POR MERECIMENTO + DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, DIFERENÇAS DE FGTS COM MULTA DE 40% SOBRE OS PEDIDOS, UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR, DANOS MORAIS, DANOS MATERIAIS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, DIFERENÇAS DE SUPLEMENTAÇÃO PROVISÓRIA DE PROVENTOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.603.821,02
PROCESSO nº	0000938-52.2011.5.04.0008
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/08/2011

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	SECUNDINO ROSA MARQUES:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	336.110,30
f. principais fatos	HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE, PROMOÇÕES, DESVIO DE FUNCAO, REFLEXOS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.499.364,22
PROCESSO nº	0010192-55.2012.5.04.0512
a. juízo	NOVA PRATA
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	17/05/2012
d. partes do processo	LUCIANO ANTONIO RIGON:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	20.714,42
f. principais fatos	DESVIO DE FUNÇÃO COM AS DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, PROMOÇÃO DE CLASSE CONFORME ART. 39 DA RESOLUÇÃO 23/82 COM A ANOTAÇÃO NA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E SEUS REFLEXOS, INCORPORAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE ACORDO COM ART. 67 DA RESOLUÇÃO 23/82 COM O REGISTRO NA CTPS E DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS, RECÁLCULO DO BENEFÍCIO DE SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.272.381,56
PROCESSO nº	0000674-56.2011.5.04.0001
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	16/06/2011
d. partes do processo	RUBENS MARQUES DE CENO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	20.000,00
f. principais fatos	suplementacao de aposentadoria, reflexos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.066.270,80
PROCESSO nº	0067400-23.2004.5.04.0012
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	27/07/2004
d. partes do processo	ALCIBIO MACIEL SEVERO:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	892.745,67
f. principais fatos	PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE SUPLEMENTAÇÃO AUXILIO-DOENÇA, PAGAMENTO DIFERENÇA DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	926.312,91
PROCESSO nº	0088900-17.2005.5.04.0011
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA - DEFINITIVA
c. data da instauração	05/09/2005
d. partes do processo	EDEMAR JACOB LOTTI:RECLAMANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	4.883,74

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	RECONHECIMENTO DA EXISTENCIA DE DIF. NA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA, ABONO ANUAL E FUNDO SUPLEMENTAR DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE OCNTRIÇÃO PELA CONSIDERAÇÃO PARA EFEITOS DE DEFINIÇÃO DE SEU VALOR DAS PARCELAS RECONHECIDAS E PAGAS NO PROC 00975.751/97-2
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	814.069,42

AÇÕES - TRIBUTÁRIA - Informações dos processos judiciais ativos com valores provisionados acima de R\$ 100.000,00	
Observação: O item "e" refere-se ao valor da provisão atualizada da ação.	
PROCESSO nº	5010210-67.2010.404.7100
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	08/06/2010
d. partes do processo	UNIAO:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	não incidência de contribuição sobre 13ª - auxílio acidente -
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	51.881.611,58
PROCESSO nº	027/1.05.0022779-1
a. juízo	SANTA MARIA
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	15/10/1999
d. partes do processo	MUNICIPIO DE SANTA MARIA:EXEQUENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	31.226,98
f. principais fatos	ISSQN.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	17.000.000,00
PROCESSO nº	11080.730.926/2012-49
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	01/10/2012
d. partes do processo	UNIAO:AUTUANTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	IRPJ e PIS/COFINS - autuação referente aos valores devidos à FUNCORSAN MPF 10.1.01.00-2011-01273-7
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	6.471.821,85
PROCESSO nº	5046599-75.2015.4.04.7100
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	30/07/2015
d. partes do processo	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DA UNIÃO:IMPETRADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	6.231.173,49
f. principais fatos	PIS E COFINS
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	6.231.173,49
PROCESSO nº	11080.720.814/2017-94
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	07/02/2017
d. partes do processo	UNIAO:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL TRÂNSITADA EM JULGADO
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	3.661.201,63
PROCESSO nº	001/1.13.0129439-0
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	24/05/2013
d. partes do processo	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE:EXECUTADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	EXECUÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA JUNTO AO PROCESSO 001/1.11.0102943-0
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.977.375,02
PROCESSO nº	001/1.13.0229975-2
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	EXECUTÓRIA
c. data da instauração	31/05/2013
d. partes do processo	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE:EXECUTADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	EXECUÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO 001/1.11.0102943-0
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.782.066,91
PROCESSO nº	001/1.11.0102943-0
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	ANALISE
c. data da instauração	30/05/2011
d. partes do processo	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - IPTU E ITBI
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possivel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.747.132,64
PROCESSO nº	142/1.10.0004196-8
a. juízo	IGREJINHA
b. instância	ANALISE
c. data da instauração	01/01/2010

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes do processo	MUNICIPIO DE IGREJINHA:EXEQÜENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	utilização faixa domínio bens imóveis municipais- 2006, 2007, 2008 E 2009
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.655.934,45
PROCESSO nº	1448680
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	INSTRUTÓRIA
c. data da instauração	08/06/2010
d. partes do processo	UNIAO:RECORRENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	AÇÃO ORDINÁRIA, COM PEDIDO DE COMPENSAÇÃO.RECOLHIMENTO POR ESTIMATIVA A MAIOR. COMPENSAÇÃO DA DIFERENÇA.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	1.112.131,03
PROCESSO nº	5050326-13.2013.404.7100
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	24/09/2013
d. partes do processo	UNIAO:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO - PAFS 11080.725.079/2010-39 e 11080.725.125/2010-08 DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA - DITRS NIRF 2.113.784-7
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	922.755,69
PROCESSO nº	5035187-45.2018.4.04.7100
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	AGUARDA CITAÇÃO
c. data da instauração	18/06/2018
d. partes do processo	UNIAO:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	trata-se de ação anulatória do processo n. 11080.921.321/2011-84 (processo de crédito n. 11080.919.065/2011-65).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possivel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	665.591,97
PROCESSO nº	5,0745E+19
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	INDISPONÍVEL
c. data da instauração	13/10/2014
d. partes do processo	CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	ANULAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELO CRQ
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	ProvAvel
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	661.861,94
PROCESSO nº	0024618-37.1999.4.04.7100
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	02/03/2001
d. partes do processo	UNIAO:RECORRIDO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	Ação Ordinária
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	230.000,00
PROCESSO nº	11080-925.778/2016-72
a. juízo	PORTO ALEGRE
b. instância	ANALISE
c. data da instauração	09/12/2016
d. partes do processo	UNIAO:CONSULTADO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	HOMOLOGAÇÃO DE PEDIDO FISCAL
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	225.213,81
PROCESSO nº	021/1.11.0016307-9
a. juízo	PASSO FUNDO
b. instância	ANALISE
c. data da instauração	28/09/2011
d. partes do processo	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO:EXEQUENTE ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	iptu dos exercícios de 2009 e 2010. Imóvel matriculado sob os n 84566.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	220.023,88
PROCESSO nº	012/1.14.0002063-0
a. juízo	DOM PEDRITO
b. instância	INDISPONÍVEL
c. data da instauração	16/12/2014
d. partes do processo	SANTA CASA DE CARIDADE DE DOM PEDRITO:AUTOR ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	INTIMAÇÃO INICIAL COM PEDIDO LIMINAR
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	160.422,21
PROCESSO nº	012/1.15.0000428-9
a. juízo	DOM PEDRITO
b. instância	RECURSAL
c. data da instauração	16/12/2014
d. partes do processo	SANTA CASA DE CARIDADE DE DOM PEDRITO:RECONVINDO ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	INTIMAÇÃO INICIAL COM PEDIDO LIMINAR

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	160.422,21
PROCESSO nº	137/1.17.0000060-8
a. juízo	TAPES
b. instância	POSTULATÓRIA
c. data da instauração	03/01/2017
d. partes do processo	MUNICIPIO DE TAPES:RÉU ,
e. valores, bens ou direitos envolvidos	0,00
f. principais fatos	ÍMUNIDADE TRIBUTÁRIA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores contingenciados, abatendo-se os valores já depositados a título de garantia do Juízo.
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver.	140.505,08

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

A Superintendência Jurídica da CORSAN não trata qualquer processo como sigiloso. Todos os processos relevantes em que o emissor é parte estão descritos no item 4.3.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

O emissor não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

5.3 - Descrição dos controles internos

1

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

(Exercício Social de 2018)

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, esta etapa do trabalho contemplou a elaboração do Relatório de Recomendações da Auditoria, relativa ao exercício social de 2018, com propostas de melhorias nos controles internos e procedimentos contábeis e fiscais.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria aplicáveis no Brasil, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, realizados no exercício de 2018.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações.
- (1.4) O presente relatório destina-se, exclusivamente, ao gerenciamento interno, por essa Companhia, dos assuntos apresentados, não sendo autorizada a sua utilização para quaisquer outros fins.

5.3 - Descrição dos controles internos

2

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(2.1) PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs, vigentes, aprovados e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

Essas normas têm, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

3 DISPONIBILIDADES

(3.1) CAIXA, E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição dos saldos das disponibilidades em 31/dez./18 era a seguinte:

CONTAS	VALOR
Caixa	990,22
Depósitos Bancários à Vista	835.757,67
Banrisul Conta Pagamentos	1.998.919,32
Banrisul Conta Recebimentos	9.178.883,31
Banrisul Conta Sistema Integrado - Siac	10.000.000,00
Bancos Contas Vinculadas	15.901.197,14
Outras Contas	126.099,98
Aplicações de Liquidez Imediata	28.122.569,42
TOTAL	66.164.417,06

5.3 - Descrição dos controles internos

3

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(3.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros existentes em 31/dez./18 são: disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos e parcelamentos de impostos e contribuições, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares.

A Companhia não realizou até 31/dez./18 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08 e Pronunciamento Técnico CPC nº 38 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 604 de 19/nov./09.

(3.3) DEPÓSITOS BANCÁRIOS À VISTA

As contas de Bancos de Livre Movimentação estão devidamente conciliadas e os saldos adequados aos extratos fornecidos por eles.

As contas de Bancos Contas Pagamentos mantidas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul estão devidamente conciliadas com os saldos dos respectivos extratos.

Nas contas de Bancos Contas Recebimentos são lançados os valores informados como pagos pelos usuários nos 3 últimos dias do final do mês registrados nos extratos no início do mês subsequente, os bancos não fornecem extratos dessas contas.

Na conta do Banrisul, conta sistema integrado, são lançados os depósitos conforme Decreto-lei nº 33.958, onde são centralizados os recursos dos órgãos da administração direta e indireta no Tesouro Estadual.

5.3 - Descrição dos controles internos

4

(3.4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se aos fundos de investimentos administrados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

(3.5) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos das disponibilidades foram os seguintes:

(3.5.1) Depósitos Bancários à Vista

- Exame das conciliações bancárias com a avaliação da idade e natureza das pendências;
- Circularização dos saldos bancários na data-base de 31/dez./18;
- Para as circulares não respondidas, efetuamos procedimentos alternativos para a conferência dos extratos bancários;
- Para as circularizações respondidas com divergências, efetuamos procedimentos alternativos para avaliação das divergências e conferência com os extratos bancários.

(3.5.2) Aplicações Financeiras

- Para as aplicações financeiras na Caixa Econômica Federal, efetuamos a circularização para a data-base de 31/dez./18;
- Adotamos o procedimento alternativo de conferência com os extratos de aplicações financeiras para a data-base de 31/dez./18;
- Para a data-base de 31/dez./18 efetuamos revisão analítica dos saldos das disponibilidades, examinamos as conciliações e não observamos variações significativas.

5.3 - Descrição dos controles internos

5

4 ESTOQUES

(4.1) COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

A composição dos saldos dos estoques em 31/dez./17 era a seguinte:

CONTAS	VALOR
Materiais de Almoarifado	80.035.604,09
Materiais em Trânsito	2.225.283,16
TOTAL	82.260.887,25

(4.2) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na Corsan os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos.

Os estoques são controlados física e financeiramente pelas US as quais são subordinadas ao Departamento Administrativo e Financeiro.

As compras para estoques são efetuadas através de licitações e são centralizadas na Superintendência de Suprimentos (Susup). A Companhia adota custo médio centralizado para todas as regionais.

As compras são efetuadas com o objetivo de manter um estoque de segurança para eventuais transferências para as regionais, tendo como objetivo as manutenções de rede e eventuais obras.

Os departamentos efetuam compras somente se forem emergenciais, mediante cotação de preços para três fornecedores na localidade onde estão estabelecidas.

Todos os materiais adquiridos para manutenção e/ou investimento deverão ser movimentados em almoxarifado através da nota fiscal e baixados na aplicação por requisições de materiais ou notas fiscais de transferências.

O encerramento e a remessa da documentação anexa ao movimento de almoxarifado ao Departamento de Conciliação - Deconc / Sucont deverá ser feita obrigatoriamente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês de competência da movimentação realizada.

5.3 - Descrição dos controles internos

6

Os materiais destinados à aplicação em obras, classificados no Estoque Imobilizado foram transferidos para a conta de obras em andamento e montam a R\$ 37.499.002,42.

(4.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos dos estoques foram os seguintes:

Testes Efetuados

- Teste de compras por amostragem efetuada sobre os itens relevantes selecionados nas contagens físicas dos estoques;
- Contabilização na conta de estoques e no relatório da posição física e financeira dos estoques;
- Teste de custo médio das aquisições selecionadas.

(4.4) CONTAGEM FÍSICA DOS ESTOQUES

Efetuamos contagens físicas dos estoques de alguns almoxarifados das Regionais, mais representativos, objetivando avaliar o grau de confiabilidade sobre os estoques da Companhia.

5 CRÉDITOS

(5.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A composição do saldo de créditos em 31/dez./18 era a seguinte:

CONTAS	VALOR
Contas a Receber de Usuários	353.110.601,81
Perdas no Recebimento de Créditos	(3.774.152,99)
TOTAL	349.336.448,82

5.3 - Descrição dos controles internos

7

(5.2) CONSIDERAÇÕES GERAIS

As contas a receber englobam 91% de consumidores particulares e 9% de empresas públicas.

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

Quanto à obrigatoriedade de ajuste a valor presente das operações ativas de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, requeridos pela Instrução CVM nº 469/08 - Ajustes a Valor Presente e alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 480/09, não foram identificadas operações de efeitos significativos. As operações da Companhia estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

A Corsan atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 295 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 284 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2018, há 12 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa. A administração prevê que os contratos em andamento, resultarão em novos contratos ou prorrogações, afastando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto.

O saldo com o Poder Público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos dos poderes federal, estadual e municipal. Estes valores referem-se principalmente a faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e historicamente têm sido liquidados através de encontro de contas.

5.3 - Descrição dos controles internos

8

(5.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de créditos foram os seguintes.

Conferência dos relatórios de contas a receber emitidos pela Procergs, com os registros contábeis:

- Conferência do controle subsidiário de contas a receber com os registros contábeis;
- Conferência do Relatório de Contas a Receber por idade de vencimento com os registros contábeis;
- Circularização de clientes para a data-base de 30/set./18;
- Para as circulares não respondidas, efetuamos testes alternativos de auditoria;
- Conferência da provisão para riscos de créditos com base no relatório de idade de saldos por vencimento para títulos vencidos há mais de 180 dias.

6 OUTROS CRÉDITOS

(6.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A composição do saldo de outros créditos em 31/dez./18 era a seguinte:

CONTAS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Impostos a Compensar	10.918.888,90	0,00
Créditos ICMS Prefeituras	416.786,82	422.236,18
Rendimentos SIAC	0,00	6.915.030,40
Acordos por Reclamações e Rescisões	0,00	6.845.049,31
Créditos fiscais diferidos	0,00	659.125.868,29
Depósitos Judiciais	128.063.025,41	269.274.986,70
Outros Créditos	2.142.279,05	3.930.652,88
Adiantamentos a empregados	4.080.429,37	0,00
Bloqueios judiciais	1.274.489,15	0,00
TOTAL	146.895.898,70	946.513.823,76

5.3 - Descrição dos controles internos

9

(6.2) CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia vem apropriando mensalmente os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, bases negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e diferenças temporárias, quando aplicável.

O valor reconhecido no Ativo Não Circulante refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos calculados com base nos valores das diferenças temporárias, tributáveis e/ou dedutíveis em exercícios futuros.

Tendo como base o estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia apropriou a totalidade dos créditos em 2018.

Os depósitos judiciais estão sendo efetuados nos bancos do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Federal e referem-se às contingências cíveis e trabalhistas.

(6.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de outros créditos a curto prazo foram os seguintes:

- Exame das conciliações de outros créditos;
- Verificação da documentação suporte e conferência com os registros subsidiários;
- Exame de liquidação subsequente.

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos dos créditos a longo prazo foram os seguintes:

Exame das conciliações de outros créditos:

- Verificação da documentação suporte e conferência com os registros subsidiários;
- Exame dos relatórios individualizados dos depósitos judiciais e conferência com os extratos dos bancos depositários.

5.3 - Descrição dos controles internos

10

O procedimento de auditoria utilizado para a validação dos saldos de Créditos Tributários Diferidos foi o seguinte:

- Exame da parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real quanto aos ajustes pelas diferenças temporárias.

7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(7.1) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas 10 anos
- Veículos 5 anos
- Demais bens móveis 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

5.3 - Descrição dos controles internos

11

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

(7.2) INTANGÍVEL

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período estabelecido nos contratos de concessão.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

5.3 - Descrição dos controles internos

12

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o tempo padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

(7.3) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em atendimento a Lei nº 6.404/76 e ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e alterações posteriores a Companhia avaliou a existência de qualquer indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no exercício de 2018, mesmo sem qualquer evidência de desvalorização, efetuou o teste de *impairment* dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses

5.3 - Descrição dos controles internos

13

bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a ser registrada.

Os materiais destinados à aplicação em obras, classificados no Estoque foram transferidos para a conta de obras em andamento no Imobilizado e montam a quantia de R\$ 37.499.002,42.

(7.4) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos do Ativo Imobilizado e Intangível foram os seguintes:

Exames Efetuados

- Exame das aquisições e movimentações relevantes;
- Exame na contabilização e registros no sistema de controle patrimonial;
- Exame das baixas de bens patrimoniais;
- Teste global de depreciações e amortização.

(7.5) ENCERRAMENTO DE OBRAS EM ANDAMENTO

Para documentar o encerramento das obras em curso, as regionais devem remeter à Diretoria de Expansão o Relatório de Informação de Obra Concluída e esta diretoria para o Departamento de Contabilidade. Estão ocorrendo atrasos na remessa destes relatórios para o Departamento de Contabilidade, bem como em muitos relatórios, não consta a data de encerramento da obra.

Considerando que os atrasos no recebimento desses relatórios ocasionam demora na contabilização do encerramento das obras em curso, bem como postergação no registro das depreciações, recomendamos:

- Que os Departamentos Regionais enviem à Diretoria de Expansão e ao Departamento de Contabilidade uma via do relatório de Informação de Obra Concluída, nas datas em que essas forem concluídas;
- Que somente sejam liberados pelos departamentos, relatórios completos com as datas de início e encerramento das obras.

(7.6) SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os riscos envolvidos em suas operações, por não comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade operacional da prestação dos serviços.

5.3 - Descrição dos controles internos

14

Objetivando proteger a Companhia contra eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens imóveis, equipamentos e veículos, sugerimos estudar a possibilidade de contratar um seguro para a cobertura desses bens.

8 FORNECEDORES

(8.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

O saldo da conta de fornecedores e prestadores de serviços em 31/dez./18 era a de R\$ 113.736.636,96.

(8.2) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os controles sobre os fornecedores são efetuados, com base em relatório emitido pelo sistema de contas a pagar e conciliação contábil.

Quanto à obrigatoriedade de ajuste a valor presente das operações passivas de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeitos relevantes, requeridos pela Instrução CVM nº 469/08 ajustes a valor presente, e alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 480/09 não foram identificadas operações de efeitos significativos. As operações da Companhia estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização.

(8.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de Fornecedores foram os seguintes:

- Conferência dos relatórios de Fornecedores emitidos pelo setor financeiro, com os registros contábeis;
- Circularização de Fornecedores para a data-base de 30/set./18;
- Para as circulares não respondidas, efetuamos testes alternativos de auditoria;
- Exame de liquidação subsequente por amostragem dos fornecedores selecionados na circularização.

5.3 - Descrição dos controles internos

15

9 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(9.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A composição do saldo de Instituições Financeiras em 31/dez./18 era a seguinte:

CONTAS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
Caixa Federal	9.977.042,20	189.777.702,76	199.754.744,96
BNDES	38.944.736,25	321.673.567,91	360.618.304,16
Banrisul - Pró-Guaíba	14.761.739,60	14.137.819,55	28.899.559,15
Prefeituras OGU	2.127.403,33	19.671.758,61	21.799.161,94
TOTAL	65.810.921,38	545.260.848,83	611.071.770,21

(9.2) CONSIDERAÇÕES GERAIS

O financiamento com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Banrisul foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os demais empréstimos e financiamentos têm como objetivo a ampliação e modernização do sistema de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Foram também contratados empréstimos com a Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da Corsan realizada pelas instituições financeiras.

(9.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de Instituições Financeiras foram os seguintes:

- Examinar as planilhas de controle dos empréstimos quanto às apropriações de juros e atualizações monetárias;
- Examinar por amostragem os pagamentos realizados a título de Principal e Juros;
- Verificar se os encargos a título de Juros e Atualizações Monetárias estão de acordo com o contrato;
- Conferir os saldos dos empréstimos com os extratos fornecidos pelas instituições financeiras;
- Examinar os critérios da divisão entre curto e longo prazo, conforme os contratos.

5.3 - Descrição dos controles internos

16

Circularização dos saldos de instituições financeiras a curto e a longo prazo na data-base de 31/dez./18.

Para as circulares não respondidas efetuamos testes alternativos de auditoria.

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

(10.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A composição dos saldos relevantes dos Impostos e Contribuições em 31/dez./18 era a seguinte:

CONTAS	VALOR
INSS	12.856,715,97
FGTS	4.145.470,82
Fundação Corsan	3.783.094,28
IPÊ	4.233.655,60
Pasep	3.208.144,71
Cofins	14.776.727,02
INSS sobre serviços	1.355.310,11
ISSQN	1.307.073,32
Consignações a Recolher	5.785.241,84
TOTAL	51.451.433,67

(10.2) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de outros impostos e contribuições foram os seguintes:

- Exame das conciliações de impostos e contribuições;
- Conferência dos saldos contábeis com as planilhas de parcelamentos fornecidas pela Receita Federal e Previdência Social;
- Verificação da documentação suporte e conferência com os registros subsidiários;
- Exame de liquidação subsequente.

5.3 - Descrição dos controles internos

17

11 JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

(11.1) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO / DIVIDENDOS

O valor dos juros sobre o capital próprio no total de R\$ 133.791.790,56, registrado na conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$ 69.678.723,09, calculados na forma da lei, aos dividendos obrigatórios, e o restante no valor de R\$ 64.113.067,47, será pago a título de dividendos complementares.

(11.2) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

No exercício foram registradas provisões no valor de R\$ 28.463.824,40 para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

(11.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos desses saldos foram os seguintes:

- Conferência da base de cálculo dos juros sobre o capital próprio;
- Conferência da base de cálculo dos dividendos a pagar de acordo com o estatuto social;
- Conferência dos relatórios de participações no resultado individualizado por funcionários.

5.3 - Descrição dos controles internos

18

12 PROVISÕES

(12.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A composição do saldo de Provisões em 31/dez./18 era a seguinte:

CONTAS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
Provisão para Férias e Encargos	23.918.774,36		23.918.774,36
Dívidas com a Fundação Corsan	21.331.538,90	18.914.466,51	40.246.005,41
Provisão para benefícios pós-emprego		982.863.738,18	982.863.738,18
Provisão para I. Renda Diferido		142.387.985,17	142.387.985,17
Provisão para Contr. Social Diferida		52.203.754,71	52.203.754,71
Provisão para Cofins Diferida		6.168.261,00	6.168.261,00
Provisão para Pasep Diferido		1.339.161,89	1.339.161,89
Provisão para o Imposto de Renda			0,00
Provisão para Contribuição Social			0,00
Provisão convênio SENAI/Corsan	183.234,49		183.234,49
Provisão para Contingências Trabalhistas	122.092.179,56	553.218.347,70	675.310.527,26
Provisão para Contingências Cíveis / Fiscais	22.503.503,41	134.534.132,14	157.037.635,55
TOTAL	190.029.230,72	1.891.629.847,30	2.081.659.078,02

(12.2) CONSIDERAÇÕES GERAIS

A provisão para férias e encargos sociais foi constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

As provisões para Imposto de Renda Diferido e Contribuição Social Diferida foram constituídas com base, em diferenças temporárias controladas na parte "B" do Lalur, sendo que os impostos originários da Reserva de Reavaliação e Ajustes de Avaliação Patrimonial tiveram como contrapartida o Patrimônio Líquido.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o Lucro Real, cujo valor a pagar foi liquidado ainda no exercício de 2018.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social.

O valor reconhecido no Passivo Não Circulante refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação.

5.3 - Descrição dos controles internos

19

As provisões para contingências foram constituídas com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, impetrados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no Passivo Não Circulante, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável. Estes valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda provável, com base na opinião dos administradores e da assessoria jurídica.

As principais contingências provisionadas são:

- Ações Trabalhistas

- a) Processo 01292.001/86-0 241/93 Sindiágua - A origem do processo foi em decorrência da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, decorrente do imperativo legal que implantou o plano. O sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou esta. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou estando atualmente em fase de liquidação. Em 31/dez./18 esta provisão totaliza R\$ 92.609.000,00.
- b) Outras Reclamatórias Trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.424 ações. Em 31/dez./18 a provisão referente a Outras Reclamatórias Trabalhistas totaliza R\$ 553.984.000,00.

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais em 31/dez.2018 a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 253.307.000,00.

5.3 - Descrição dos controles internos

20

- Ações Cíveis e Fiscais

As ações cíveis referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, ajuizados tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações cíveis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.101 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 146.035.000,00.

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, R\$ 295.836.000,00.

Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda no montante de R\$ 4.668.000,00.

Fundação Corsan

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo benefício definido e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no Passivo Não Circulante, os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Desde 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 - Benefício a Empregados.

5.3 - Descrição dos controles internos

21

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

(12.3) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de Provisões foram os seguintes:

- Conferência do relatório de férias e encargos com os saldos contábeis;
- Teste por amostragem das férias dos funcionários com base no período aquisitivo;
- Teste dos encargos sobre a provisão de férias;
- Conferência do cálculo da realização da reserva de reavaliação mediante as depreciações e baixas dos bens reavaliados;
- Cálculo da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação;
- Verificação dos valores considerados como perdas prováveis com base nas circularizações obtidas dos advogados;
- Conferência dos relatórios enviados pelos advogados como perdas prováveis com os saldos contábeis;
- Validação do saldo da dívida com a Fundação Corsan e Provisão Pós-Emprego com base no DRAA emitido pelo atuário Mercer Gama Mirador Consultores Associados contratado pela Fundação.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(13.1) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A composição do saldo do Patrimônio Líquido em 31/dez./18 era a seguinte:

5.3 - Descrição dos controles internos

22

CONTAS	VALOR
Capital Social	1.635.145.665,74
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	47.182.687,63
Reservas de Capital	17.148.335,72
Reserva de Reavaliação	67.429.443,66
Reserva Legal	121.500.359,08
Reserva de Incentivos Fiscais	2.336.101,49
	375.717.465,08
Outros Resultados Abrangentes	(123.983.204,23)
TOTAL	2.142.476.845,17

(13.2) CAPITAL AUTORIZADO

A Companhia está autorizada, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar seu Capital Social até o limite de R\$ 2.657.350.608,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

(13.3) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O valor dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 133.791.790,56, para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi registrada a débito da conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

(13.4) RESERVAS DE CAPITAL

As Reservas de Capital compreendem doações de redes de água e hidrômetros de particulares e órgãos públicos.

A Lei nº 11.638/07 revogou o dispositivo da Lei nº 6.404/76 que estabelecia que as Doações e Subvenções para Investimento deveriam ser classificadas como Reserva de Capital. Dessa maneira, a partir do exercício de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício. As doações de órgãos públicos, após transitarem pelo resultado, foram destinadas para Reserva de Incentivos Fiscais, conforme determina a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09.

O saldo das Reservas de Capital no valor de R\$ 17.148.335,72, permanecerá no Patrimônio Líquido até a sua utilização conforme determina a Lei das Sociedades por Ações.

5.3 - Descrição dos controles internos

23

(13.5) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A reserva de reavaliação apresenta um saldo líquido de impostos de R\$ 67.5455.593,07, sendo o saldo da reserva R\$ 102.356.959,22 e de imposto de renda e contribuição social sobre a reserva R\$ 34.801.366,15. No exercício foi realizada transferindo-se para lucros acumulados, o montante de R\$ 1.649.014,00 líquidos do Imposto de Renda e Contribuição Social, sendo que sua realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens do Ativo Permanente. Em cumprimento à Deliberação CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Passivo Não Circulante.

A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. A Deliberação CVM nº 565/08 faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/jan./08 poderia ser mantido nesta conta até a sua efetiva realização ou ser estornado até o final do exercício de 2008. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva que monta em 31/dez./2018 o total de R\$ 67.555.5493,07.

(13.6) REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

O estatuto da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que eles possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, que relativamente ao exercício de 2018 atingiu R\$ 292.087.042,39 conforme demonstrado abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Lucro líquido do exercício	292.087.042,39
Ajustes	1.814.296,05
Reserva legal	(14.604.352,12)
Reserva para incentivos fiscais	(582.093,95)
Base de cálculo de dividendos	278.714.892,37
Dividendos obrigatórios 25%	69.678.723,09
Dividendos Complementares (estatuto)	64.113.0367,47

5.3 - Descrição dos controles internos

24

(13.7) PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JCP

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou em 2018 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 133.791.790,56 utilizando como base a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observando o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi contabilizada diretamente na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou a parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos, dessa forma, segue demonstrativo dos dividendos propostos:

DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS	Nº DE AÇÕES	DIVIDENDOS	DIVIDENDOS POR AÇÃO
Ações ordinárias	306.756.816	63.710.376,46	0,20769
Ações preferenciais	306.756,816	70.081.414,10	0,22846
TOTAL	613.513.632	133.791.790,56	

(13.8) RESERVA LEGAL

Constituída no montante de R\$ 14.604.352,12 em 31/dez./18, conforme a Lei das Sociedades por Ações, à base de 5% do lucro líquido, até o limite de 20% do capital social.

(13.9) RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS

A Reserva de Incentivos Fiscais compreende as doações de redes de água e hidrômetros feitas por órgãos públicos. Em 2018, o montante recebido a título de doações de órgãos públicos foi de R\$ 582.093,95.

5.3 - Descrição dos controles internos

25

(13.10) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$ 144.757.819,76 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos.

Os recursos serão aplicados na construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto, de forma a atender aos projetos de investimentos previstos no orçamento da Companhia.

(13.11) PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de auditoria utilizados para avaliação dos controles internos e a validação dos saldos de Patrimônio Líquido foram os seguintes:

- Teste por amostragem da documentação suporte das subvenções e auxílio para obras;
- Exame das atas do conselho de administração, conselho fiscal e das reuniões da diretoria;
- Exame do estatuto quanto à destinação dos resultados;
- Conferência da realização da reserva de reavaliação mediante cruzamento com as depreciações e baixas dos bens reavaliados do Ativo Imobilizado;
- Teste de reversão da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação.

**14 REVISÃO CONTÁBIL E CONTROLES
INTERNOS BALANCETE-BASE DE
31/MAR./18**

(14.1) DEPÓSITOS JUDICIAIS

O sistema de controle interno Tedesco, utilizado pelo Jurídico da Companhia, em relação ao saldo contábil, acusa uma diferença a menor de R\$ 10.876.995,73 que o saldo contábil.

5.3 - Descrição dos controles internos

26

DESCRIÇÃO	MAR./18
Saldo Contábil	366.828.893,35
Sistema Tedesco	355.951.897,62

Cabe destacar que os saldos apresentados nos extratos bancários estão atualizados com taxas semelhantes à Selic, e os saldos contábeis estão registrados a valores originais, motivo pelo qual entendemos que a diferença apresentada entre os dois saldos não é real.

Quando comparado os registros contábeis com os efetuados no Sistema Tedesco somente no 1º trimestre de 2018, foi identificada uma diferença registrada a maior na contabilidade no montante de R\$ 5.656.531,86 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	1º TRI./2018
Movimentação Contábil	33.014.325,27
Movimentação Sistema Tedesco	27.357.793,41

Por se tratar de valor relevante, nas demonstrações contábeis, recomenda-se que a contabilidade em conjunto com Departamento Jurídico efetue conciliação periódica das movimentações da referida conta.

Tal medida visa fortalecer os controles e acompanhamento efetivo da movimentação dos respectivos valores.

Considerações da área / departamento:

Foi apresentada à Auditoria conciliação do trimestre apontando diferenças entre GEM e TEDESCO. Estamos modelando conciliação que contemple e evidencie o fechamento dos saldos. Divergências serão conduzidas à SUPEJ para correção. Realizamos reunião evidenciando o problema da alteração no Sistema TEDESCO de movimentos já findos.

(14.2) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Conforme Ata de Reunião de Diretoria nº 16/2018 realizada em 04/abr./2018, foi autorizado um acordo relativo ao processo nº 0010121-11.2012.5.04.0332, tendo como reclamante Elói José Steffen no montante de R\$ 991.323,02.

5.3 - Descrição dos controles internos

27

Conforme relatório fornecido pela Superintendência Jurídica para o mesmo processo foi contingenciado contabilmente como perda provável, em 31/mar./2018, o valor de R\$ 159.777,71. Portanto, um contingenciamento a menor no total de R\$ 831.545,31.

Salientamos ainda que para o processo em referência existe um Depósito Recursal registrado contabilmente no valor de R\$ 7.058,11.

Cabe destacar que em 27/abr./2018 foi efetuado um Depósito Judicial de valor incontroverso no montante de R\$ 267.725,57.

Face ao acima mencionado, objetivando evitar discrepâncias como estas julgamos importante que a Superintendência Jurídica revise os procedimentos adotados para o contingenciamento de suas reclamatórias trabalhistas.

Considerações da área / departamento:

A responsabilidade da extração do arquivo passará para a Superintendência Jurídica, que irá regrar ação de trabalho para que se reduza ao máximo os erros de digitação, bem como análise mensal das variações mais discrepantes. A contabilidade está apoiando na criação deste procedimento para que futuramente cessem estas ocorrências.

(14.3) ESTOQUES - TRANSFERÊNCIAS

Analisando as movimentações dos Estoques, "Registro de Inventário-Almox Trânsito", verificamos que constam "Declaração de Transferência" em aberto, em 31 de março de 2018, que totalizam o montante de R\$ 2.739.407,76, conforme quadro abaixo.

EXERCÍCIO/MÊS	DEZ./16	DEZ./17	MAR./18
2014	134.179,91	0,00	0,00
2015	127.445,02	0,00	0,00
2016	4.128.492,90	640.137,59	0,00
2017	0,00	2.283.236,48	433.870,93
2018	0,00	0,00	2.335.536,83
TOTAL	4.390.117,83	2.923.374,07	2.769.407,76

Quanto às pendências das ordens de transferências de 2016, que datavam de julho daquele ano, foram regularizadas no primeiro trimestre de 2018.

5.3 - Descrição dos controles internos

28

Quanto às pendências de 2017, no montante de R\$ 433.890,73, as mesmas ainda estão sendo investigadas pela contabilidade.

Recomendamos aos responsáveis envidar esforços na busca da origem das pendências e efetivar a sua regularização com brevidade, a fim de ajustar os controles e atualizar o acompanhamento das movimentações físicas ocorridas nos diversos almoxarifados da Companhia.

Considerações da área / departamento:

Estamos em constante contato com a SUSUP e verificamos que foram tomadas providências no sentido de regularizar a situação. Também estamos acompanhando o andamento da "Demanda #118285 - 218265 - SUSUP - atividade - Relatório que contenha todas as TRFs que se encontram na situação de não confirma" a fim de que tenhamos um relatório do Sistema GEM que possibilite o acompanhamento rotineiro das transferências sem aceite.

Ao acompanharmos o andamento da demanda, verificamos que a mesma se encontra na situação de "em análise".

(14.4) CIRCULARIZAÇÃO

Objetivando testar a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, que em 31/mar./2018 apresenta em saldo de R\$ 31.524.299,82, aplicamos o procedimento de confirmação externa, previsto na Resolução CFC nº 1.219/2009 NBCTA 505 e preparamos correspondência ao acionista majoritário, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Caso a resposta contiver alguma divergência o assunto será reportado à área responsável.

15 REVISÃO CONTÁBIL E CONTROLES INTERNOS BALANCETE-BASE DE 30/JUN./18

(15.1) DEPÓSITOS JUDICIAIS

O sistema de controle interno Tedesco, utilizado pelo Jurídico da Companhia, em relação ao saldo contábil, continua apresentando diferença a menor de R\$ 9.310.011,25 que o saldo contábil em 30 de junho de 2018.

5.3 - Descrição dos controles internos

29

DESCRIÇÃO	JUN./18
Saldo Contábil	382.700.936,73
Sistema Tedesco	373.390.925,48

Cabe destacar que os saldos apresentados nos extratos bancários estão atualizados com taxas semelhantes à Selic, e os saldos contábeis estão registrados a valores originais, motivo pelo qual entendemos que a diferença apresentada entre os dois saldos não é real.

Quando comparado os registros contábeis com os efetuados no Sistema Tedesco somente no 1º semestre de 2018, foi identificada uma diferença registrada a maior na contabilidade no montante de R\$ 3.185.129,17 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	1º SEM./2018
Movimentação Contábil	48.886.368,65
Movimentação Sistema Tedesco	45.701.239,48

Por se tratar de valor relevante, nas demonstrações contábeis, recomenda-se que a contabilidade em conjunto com o Departamento Jurídico efetue conciliação periódica das movimentações da referida conta.

Tal medida visa fortalecer os controles e acompanhamento efetivo da movimentação dos respectivos valores.

Considerações da área / departamento:

A partir do início do segundo trimestre mudamos a forma de conciliação destas contas, passando a cruzar as informações do contábil em relação ao TEDESCO e bancos, como também conciliar o próprio TEDESCO buscando informações de ajustes de períodos anteriores que estejam afetando estas diferenças. Esperamos reduzir ao máximo as diferenças de 2018 e posteriormente trabalhar nos períodos anteriores.

5.3 - Descrição dos controles internos

30

(15.2) PRECATÓRIOS

Conforme decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a Companhia fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/dez./98.

Em 14/dez./98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a Companhia detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado Município em indenizar a Corsan, tendo sido expedido o competente precatório para pagamento da respectiva dívida, o qual foi deferido para inclusão no orçamento de 2019.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, este não representa, necessariamente, aquele que será ao final pago e tampouco a requisição judicial do precatório permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado, diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, o ativo contingente ainda não foi reconhecido contabilmente, pois no instante do trânsito em julgado ou da expedição do precatório estão ausentes a disponibilidade econômica e jurídica da renda, porquanto não haveria liquidez e certeza acerca do recebimento do crédito, nem do seu valor efetivo.

Considerando o acima mencionado e com o objetivo de verificar a situação dos precatórios emitidos em favor da Corsan, recomendamos ao seu Departamento Jurídico solicitar, o mais breve possível, ao tribunal de justiça do Rio Grande do Sul cópia de todos os precatórios ainda não recebidos pela Companhia.

(15.3) CIRCULARIZAÇÃO

Objetivando verificar os precatórios emitidos a favor da Corsan pelo Município de Novo Hamburgo-RS, até 30/jun./2018, aplicamos o procedimento de confirmação externa, previsto na Resolução CFC nº 1.219/2009 NBCTA 505 e preparamos correspondência ao Município de Novo Hamburgo no Estado do Rio Grande do Sul.

5.3 - Descrição dos controles internos

31

Caso a resposta contiver alguma divergência o assunto será reportado à área responsável.

Considerações da área / departamento:

Foi enviada circularização à prefeitura de Novo Hamburgo para a qual estamos aguardando retorno.

16 REVISÃO CONTÁBIL E CONTROLES INTERNOS BALANCETE-BASE DE 30/SET./18 - CONTROLES INTERNOS

(16.1) DEPÓSITOS JUDICIAIS

O sistema de controle interno Tedesco, utilizado pelo Jurídico da Companhia, em relação ao saldo contábil, continua apresentando diferença a menor de R\$ 12.955.846,98 que o saldo contábil em 30 de setembro de 2018.

DESCRIÇÃO	SET./18
Saldo Contábil	410.751.590,51
Sistema Tedesco	397.795.743,53

Outrossim, quando comparada a movimentação registrada na contabilidade com os registros efetuados no Sistema Tedesco, nos nove meses de 2018, fica evidenciada uma diferença registrada a maior na contabilidade no montante de R\$ 6.031.182,63 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	JAN. A SET./18
Movimentação Contábil	76.937.022,43
Movimentação Sistema Tedesco	70.905.839,80

Por se tratar de valor relevante, nas demonstrações contábeis e considerando que o suporte fático é o mesmo para ambos os registros, recomenda-se que a Contabilidade em conjunto com o Departamento Jurídico efetue conciliação periódica das movimentações da referida conta.

Tal medida visa fortalecer os controles e acompanhamento efetivo da movimentação dos respectivos valores.

Conhecimento que Gera Valor

5.3 - Descrição dos controles internos

32

Considerações da área / departamento:

Com a falta de suporte ao Sistema TEDESCO, este deixou de integrar os depósitos recursais e de garantias efetuados no GEM fazendo com que as inserções sejam feitas manualmente. Também temos o resgate de ações anteriores a 2018 que o DECAF/SUPEJ vem recuperando, e que já foram reconhecidos em momentos passados pela Contabilidade, gerando distorção na comparação. Estamos incrementando a baixa dos depósitos no Sistema GEM, com vistas a igualar as saídas com as garantias do TEDESCO.

(16.2) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia adota o procedimento de constituir provisão para contingências, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, que com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia, tem uma probabilidade de perda "provável".

Porém, no exame do arquivo dos processos contingenciados, identificamos alguns processos com probabilidade de perda possível e remota que também foram contingenciados, cujos valores relativos à data-base de 30/set./18 e 31/out./18, demonstramos no quadro a seguir:

CONTINGÊNCIA	PROBABILIDADE DE PERDA	30/SET./18	31/OUT./18
TRABALHISTA			
Provável	50,00%	40.000,00	30.000,00
Provável	75,00%	660.981.902,84	687.530.608,87
Possível	50,00%	0,00	35.681,65
CÍVEL			
Possível	50,00%	13.252.987,64	13.162.611,17
Possível	75,00%	2.650,23	2.650,23
Possível	100,00%	4.387,91	4.426,02
Provável	50,00%	513.452,63	515.914,34
Provável	75,00%	139.845.670,99	140.316.381,34
Provável	100,00%	154.793,60	157.361,55

5.3 - Descrição dos controles internos

33

Remota	0,00%	1.865,94	11.068,44
Remota	1,00%	4,00	6,00
Remota	20,00%	52.578,16	53.046,11
Remota	25,00%	1.565.767,04	1.597.660,98
	TOTAL BASE TEDESCO	816.416.060,98	843.417.416,70
	Outras contingências	1.218.122,44	1.218.122,43
	SALDOS CONTÁBEIS	817.634.183,42	844.635.539,13

Considerando que a Companhia adota o procedimento de reconhecer apenas os processos contingentes com probabilidade de perda provável, recomendamos a contabilidade e aos assessores jurídicos da Companhia, revisar os arquivos dos dados disponibilizados para o nosso exame, pois esse está incompatível com o procedimento de contabilização adotado pela Companhia.

Considerações da área / departamento:

O Sistema TEDESCO não automatiza entrada ou saída de garantias com a respectiva probabilidade. Atualmente o advogado responsável pela ação é que pode alterar a probabilidade. Quando o DECAF/SUPEJ efetua baixa para zeramento de uma garantia precisa solicitar ao advogado da causa a alteração manual desta garantia, no que pode acarretar em valores prováveis com garantia zero. Ao contrário, poderá ocorrer entrada de garantia estando a causa ainda no status "possível". Em virtude a estes acontecimentos, a contabilidade adota como provável todos os valores dados em garantia e mais os valores provisionados, independente da nomenclatura adotada. Após, é solicitada ao Departamento Jurídico a análise e posterior adequação a estes processos relacionados.

A partir do 2º semestre, esta análise já está sendo monitorada pelo setor administrativo da SUPEJ para atenuar estes problemas.

(16.3) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

a) Probabilidade de perda com valor zero

Nos exames dessas contingências, relativo ao mês de outubro de 2018, identificamos que os processos a seguir relacionados, apesar de indicar a probabilidade de perda como provável, o valor contingenciado é R\$ 0,00 (zero), sendo, conforme arquivo disponibilizado para o nosso exame, que todos estão na fase executória definitiva.

5.3 - Descrição dos controles internos

34

Nº DO PROCESSO	RECLAMANTE	PROBABILIDADE DE PERDA	%	VALOR
0000370-92.2011.5.04.0733	ÁLVARO MOISÉS SILVEIRA JACOBSEN	Provável	75	0,00
0098000-8.2008.5.04.0341	CELIO MIGUEL ROSTIROLLA	Provável	75	0,00
0097000-42.2008.5.04.0241	DANILO HENRIQUE PEDRO	Provável	75	0,00
1067500-18.2008.5.04.0271	LUIZ ANTONIO DA SILVA SANTOS	Provável	75	0,00
0000535-48.2011.5.04.0731	PEDRO RENATO ALVES	Provável	75	0,00

Cabe destacar, que quando consultado o processo de Danilo Henrique Pedro, no site do TRT4, <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/sistema/consulta-processual/pagina-processo?numeroProcesso=0097000-42.2008.5.04.0241>, em 30/nov./18 o mesmo indica, como pode ser observado na tela a seguir, estar na fase de cadastramento, da liquidação e execução.

Número Antigo do Processo na Vara	00970-2008-241-04-00-0
Natureza	Reclamatória-Ordinário
Classe	RTOrd - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
Vara do Trabalho	1ª VARA DO TRABALHO DE ALVORADA
Nro. de Reclamantes	1
Reclamante Principal	Danilo Henrique Pedro
Procurador Rte. Princ.	015540/RS - Pedro Luiz Correa Osorio
Nro. de Reclamadas	2
Reclamada Principal	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Procurador Rda. Princ.	008761/RS - Jorge Sant' Anna Bopp
Autuado em	24/10/2008
Município Origem	ALVORADA
Ata(s) de Audiência	10/12/2008 Download
	08/06/2010 Download
Próxima Audiência	-
Sentença(s)	31/08/2010 Download
	28/03/2011 Download
Informações atualizadas até 30/11/2018 às 02:09.	

Movimentos nos Últimos 60 Dias mostrar todos		
Data	Origem	Descrição
11/10/2018	VARA	PROCESSO CADASTRADO NO PJE • Forma: CLE - Cadastramento da Liquidação e Execução
08/10/2018	VARA	AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO PELO TRT/TST

5.3 - Descrição dos controles internos

35

b) Probabilidade de perda com valor incompatível.

Nos exames dessas contingências, relativo ao mês de outubro de 2018, identificamos alguns processos, que apesar de indicar a probabilidade de perda como provável, o valor contingenciado é ínfimo, sendo que, conforme arquivo disponibilizado para o nosso exame, todos estão na fase executória. Como exemplo, no quadro a seguir apresentamos 3 dos casos citamos.

Nº DO PROCESSO	RECLAMANTE	PROBABILIDADE DE PERDA	%	VALOR
0000851-37.2013.5.04.0102	FLAVIO KURZ ADAMOLI	Provável	75	8,01
0094700-12.2007.5.04.0381	OSVALDIR RIBEIRO ALLIX	Provável	75	0,01
0059800-27.2009.5.04.0512	WANDERLEI LEMES	Provável	75	7,24

Recomendamos revisar os controles existentes sobre estes processos, bem como verificar a possibilidade de existir outros processos nas mesmas condições, pois o valor indicado como probabilidade de perda, é incompatível quando comparado com o valor pedido pelo reclamante.

5.3 - Descrição dos controles internos

36

Considerações da área / departamento

Nº DO PROCESSO	RECLAMANTE	PROBABILIDADE DE PERDA	%	VALOR	ESCLARECIMENTOS
0000370 92.2011.5.04.0 733	ÁLVARO MOISÉS SILVEIRA JACOBSEN	Provável	75	0	Em SET/2018 a execução foi extinta, porém o reclamante recorreu dessa decisão, o que gerou a necessidade de o status do processo ser retornado para "ativo". Atualmente a contingência está igualada ao valor das garantias face incerteza quanto ao cabimento do incremento de provisão.
0098000 8.2008.5.04.03 41	CELIO MIGUEL ROSTIROLLA	Provável	75	0	A contingência estava vinculada às garantias, tendo sido zerada após a liberação das mesmas. O processo aguarda extinção da execução. Corrigimos a probabilidade de perda pois entende-se que não há mais valores a serem despendidos.
0097000 42.2008.5.04.0 241	DANILO HENRIQUE PEDRO	Provável	75	0	Foi determinada a abertura da liquidação, porém não houve elaboração de cálculo de liquidação. Ante a ausência de certeza quanto ao valor a ser provisionado o valor da contingência foi igualado à soma dos depósitos recursais realizados no processo. Com a elaboração dos cálculos de liquidação o valor será atualizado.
1067500 18.2008.5.04.0 271	LUIZ ANTONIO DA SILVA SANTOS	Provável	75	0	Foi determinada a abertura da liquidação, porém não houve imediata elaboração de cálculo de liquidação. Com a posterior elaboração dos cálculos de liquidação o valor foi atualizado.
0000535 48.2011.5.04.0 731	PEDRO RENATO ALVES	Provável	75	0	Em SET/2018 a execução foi extinta, porém o reclamante recorreu dessa decisão, o que gerou a necessidade de o status do processo ser retornado para "ativo". Atualmente a contingência está igualada ao valor das garantias face incerteza quanto ao cabimento do incremento de provisão.

Informamos que o cadastramento da liquidação e execução que consta na movimentação processual se refere ao início da tramitação do processo em meio eletrônico, em razão da interposição de recurso por parte do reclamante contra a decisão que extinguiu a execução. Tais processos são digitalizados e passam a tramitar na plataforma de processo eletrônico da Justiça do Trabalho, encerrando-se a tramitação em autos físicos.

5.3 - Descrição dos controles internos

37

Esclarecemos que a classificação de risco e o registro dos valores de contingência que são considerados para provisões contábeis são informados manualmente em cada processo, em campos independentes, sendo possível a ocorrência de inconsistências pontuais em razão das limitações do sistema informatizado e do volume de processos em andamento. Como forma de minimizar tais inconsistências o DETRAB/SUPEJ realiza conferência semanal e correção das mesmas, além de realizar a análise e correção sempre que solicitado esclarecimento pela SUCONT.

Nº DO PROCESSO	RECLAMANTE	PROBABILIDADE DE PERDA	%	VALOR	ESCLARECIMENTOS
0000851 37.2013.5.04.0102	FLAVIO KURZ ADAMOLI	Provável	75	8,01	<i>Em OUT/2018 processo estava em fase recursal. A probabilidade estava cadastrada incorretamente, tendo sido corrigida quando da abertura da liquidação em JAN/2019.</i>
0094700 12.2007.5.04.0381	OSVALDIR RIBEIRO ALLIX	Provável	75	0,01	<i>Os débitos do processo em questão já foram quitados em relação aos reclamantes, porém segue discussão quanto às contribuições previdenciárias. Na pendência de cálculo do valor ainda devido, a cargo da União, não há valor determinado capaz de compor provisão. O valor está atrelado às garantias, que foram levantadas por determinação do Juízo.</i>
0059800 27.2009.5.04.0512	WANDERLEI LEMES	Provável	75	7,24	<i>Em razão da garantia do Juízo por depósito judicial o valor da provisão foi igualado ao valor das garantias registradas. Consta saldo de depósitos no sistema Tedesco no valor atual de R\$ 10.006,89 e provisão de R\$ 10.580,28 (consulta 20/03/2019), não sendo possível identificar a origem do valor de provisão de R\$ 7,24.</i>

Esclarecemos que é possível a ocorrência de inconsistências pontuais entre o levantamento de depósitos e a atualização das informações do sistema jurídico, uma vez que os lançamentos são realizados de forma manual e o volume de processos é muito alto. Como já informado, o DETRAB/SUPEJ realiza conferência semanal para identificação dessas potenciais inconsistências, além de realizar a análise e correção sempre que solicitado esclarecimento pela SUCONT.

5.3 - Descrição dos controles internos

38

(16.4) CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

Nos exames dessas contingências, relativo ao mês de outubro de 2018, identificamos alguns processos, que apesar de indicar a probabilidade de perda como provável, o valor contingenciado é ínfimo, sendo que, conforme arquivo disponibilizado para o nosso exame, todos estão na fase executória, como exemplo, no quadro a seguir apresentamos 7 dos casos citamos.

Nº DO PROCESSO	AUTOR	PROBABILIDADE DE PERDA	%	VALOR
008/1.10.0020824-4	MARCELO LOGUE DA SILVA	Provável	75	0,88
039/1.12.0004628-3	MARCO ANTONIO PEREIRA DA ROCHA	Provável	75	0,44
046/1.11.0001057-7 (*)	NELSON BRANDÃO	Possível	50	0,80
046/1.12.0001385-3	PAULA CRISTINA TRINDADE DA SLVA	Provável	75	0,01
065/1.11.0001242-6	ROGERIO RAMOS DE OLIVEIRA	Provável	75	1,47
026/1.15.0007076-2 (**)	SÉRGIO MARTINS DE SOUZA QUEIROZ	Provável	75	0,01
073/1.11.0008420-9	VALDIRIA DA SILVA	Provável	75	1,52

(*) Apesar do valor ser imaterial, recomendamos rever essa situação uma vez que está indicado com probabilidade de perda possível.

(**) Baixa definitiva em 03 de abril de 2018.

Reiteramos nossas recomendações indicadas no item "2.4" desse relatório, no sentido de que o valor indicado como probabilidade de perda, é incompatível quando comparado com o valor pedido pelo autor.

5.3 - Descrição dos controles internos

39

Considerações da área / departamento

Nº DO PROCESSO	AUTOR	PROBABILIDADE DE PERDA	%	VALOR	Justificativa
008 1.10.0020824-4	MARCELO LOGUE DA SILVA	Provável	75	0,88	Foi realizada a baixa do processo, haja vista que houve o pagamento integral da dívida.
039 1.12.0004628-3	MARCO ANTONIO PEREIRA DA ROCHA	Provável	75	0,44	Foi realizada a correção da provisão, para R\$ 3.000,00.
046 1.11.0001057-7 (*)	NELSON BRANDÃO	Possível	50	0,8	Foi realizada a baixa do processo, haja vista que houve o pagamento integral da dívida.
046 1.12.0001385-3	PAULA CRISTINA TRINDADE DA SLVA	Provável	75	0,01	Foi realizada a baixa do processo, haja vista que houve o pagamento integral da dívida.
065 1.11.0001242-6	ROGERIO RAMOS DE OLIVEIRA	Provável	75	1,47	Foi zerada a contingência, haja vista que já realizado o pagamento integral da dívida. Resta, apenas, a decisão judicial sobre a extinção do processo.
026 1.15.0007076-2 (**)	SÉRGIO MARTINS DE SOUZA QUEIROZ	Provável	75	0,01	Foi realizada a baixa do processo, sendo que a decisão foi favorável à CORSAN.
073 1.11.0008420-9	VALDIRIA DA SILVA	Provável	75	1,52	Foi realizada a baixa do processo, sendo que a decisão foi favorável à CORSAN.

(16.5) PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na revisão dos cálculos do IRPJ e da CSLL, de competência dos meses de julho a setembro de 2018, verificamos que não foi adicionado na determinação da base de cálculo o montante de R\$ 3.845.686,06, referente a ajustes nos estoques (baixa), decorrentes de diferenças de inventário realizado em jul./18, sem as formalidades legais para que tal despesa fosse considerada como dedutível.

As condições para que o valor de perdas e quebras em estoques seja dedutível estão previstas no artigo 303 do RIR/18, aprovado pelo Decreto 9.580/2018 que revogou o Decreto 3.000/1999:

5.3 - Descrição dos controles internos

40

Art. 303. O custo será integrado pelo valor (Lei nº 4.506, de 1964, art. 46, caput, incisos V e VI):

I - das quebras e das perdas razoáveis, de acordo com a natureza do bem e da atividade, ocorridas na fabricação, no transporte e no manuseio; e

II - das quebras ou das perdas de estoque por deterioração, obsolescência ou ocorrência de riscos não cobertos por seguros, desde que comprovadas:

a) por laudo ou certificado de autoridade sanitária ou de segurança, que especifique e identifique as quantidades destruídas ou inutilizadas e as razões da providência;

b) por certificado de autoridade competente, nas hipóteses de incêndios, inundações ou outros eventos semelhantes; e

c) por meio de laudo de autoridade fiscal chamada a certificar a destruição de bens obsoletos, invendáveis ou danificados, quando não houver valor residual apurável.

O Conselho de Contribuintes tem afirmado que os ajustes no estoque por quebras não convenientemente comprovadas, são considerados como custos indedutíveis, passíveis de tributação por adição ao lucro tributável do respectivo exercício.

Outrossim, em relação aos controles internos, cabe salientar que o documento apresentado como suporte ao referido registro contábil não está coberto das formalidades adequadas, pois é uma ata de encerramento de inventário datada de 19 de julho de 2018, a qual é apresentada a seguir, estando assinada por Jair Nunes e Viviane Martins, integrantes da Comissão Inventariante, contendo as divergências constatadas.

Considerando os valores envolvidos somos de opinião que os registros decorrentes deveriam receber também a chancela de alçadas suficientes para sua formalização, notadamente a assinatura da Diretoria Administrativa e da Superintendência de Suprimentos.

5.3 - Descrição dos controles internos

41



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA.
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

INVENTÁRIO 2018
ATA DE ENCERRAMENTO

Em cumprimento a exigências legais, em 19/07/2018, a COMISSÃO INVENTARIANTE, representada neste ATO pela comissão formada por: Débora Cristina Casuni – 168013, Fernando Sonko Da Silva Matrícula 163311, Teresinha Maria Steffen, Matrícula 126441, Jair Nunes – 142273 reuniu-se para o encerramento dos trabalhos do INVENTARIO nº 1134, 1144, 1145 e 1146, do ALMOXARIFADO DEMAT sito à CC nº 00932 TIPO: MANUTENÇÃO.

METODOLOGIA:

A contagem dos materiais foi realizada de forma individual, ou seja, peça por peça, seguindo a ordem dos códigos dos materiais.

O inventario foi efetuado concomitantemente a transferência física do material existente para o DEMAS, conforme acordado entre as superintendências. Após termino no inventario

A COMISSÃO apresenta as seguintes conclusões:

Devido a extensão do almoxarifado foram necessários a abertura de 4 Inventários por grupos de itens.

O valor total da divergência encontrada no almoxarifado foi de R\$ -R\$ 4.319.877,05 a menor.

Todos os materiais fora de carga encontrados foram lançados no valor de R\$ 474.190,99.

COMISSÃO INVENTARIANTE:

Débora Cristina Casuni _____

FERNANDO SONKO DA SILVA _____

Teresinha Maria Steffen _____

Jair Nunes _____

Viviane Martins _____

Porto Alegre , 19/07/2018

5.3 - Descrição dos controles internos

42

Cabe destacar que a adição para fins tributários foi efetuada quando da apuração do IRPJ e da CSLL a partir da competência de outubro de 2018.

Considerações da área / departamento:

Não tínhamos a Ata pertinente ao ajuste quando da apuração dos tributos referente a competência jul./18. Acreditávamos que neste documento constaria todos os detalhes das diferenças, porém após recebimento do documento constatamos que não consta o mínimo de informações quanto a diferença no estoque. Sendo assim, fizemos a adição em out/18, tendo como risco controlado a cobrança da Receita Federal da defasagem de 3 meses.

(16.6) INVENTÁRIO FÍSICO DOS ALMOXARIFADOS

Algumas constatações gerais nos inventários acompanhados.

a) Organização

Os produtos armazenados nos almoxarifados estavam devidamente separados, porém não estavam adequadamente identificados, o que dificultou nossa pronta identificação do item a ser contado, inclusive houve um caso de material de mesmo tipo, porém códigos diferentes.

b) Identificação

É importante que o código de identificação anotado no material a ser contado coincida com o que consta no relatório de itens em estoque.

c) Materiais obsoletos, avariados ou de baixa rotação

Os materiais nessas condições devem ser devidamente anotados para permitir a competente análise da administração, objetivando constituir a provisão para baixa.

5.3 - Descrição dos controles internos

43

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DAS MISSÕES (SURMIS)

(16.6.1) ALMOXARIFADO UNIDADE - SANTO ÂNGELO - RS

No início dos trabalhos de acompanhamento do inventário físico, recebemos Relatório denominado "Posição Físico-Financeira do Estoque - posição 08/nov./18, do qual selecionamos aleatoriamente itens para contagem.

Sobre o Almojarifado temos a destacar o que segue:

O Almojarifado é composto por estoque de peças, material de manutenção para concerto das redes e material de expediente para atender a área abrangida pela unidade de Santo Ângelo.

O colaborador responsável pelo Almojarifado Regional da Unidade é o Sr. Tiago Silva Barbosa.

Destacamos que o Almojarifado desta unidade fica situado na Rodovia RS 344 - KM 98, onde são recebidos diversos veículos para embarque e desembarque de peças e materiais de manutenção e de expediente.

- **Estoques Selecionados para os Testes de Auditoria**

Abaixo apresentamos as quantidades inventariadas conforme nossos testes de acompanhamento das contagens, confrontadas com a posição de controle dos estoques, a saber:

701 - Superintendência Regional da Missões - SURMIS
Relação de materiais selecionados para contagem

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	CONTROLE	AUDITORIA	DIVERGÊNCIAS
778	Cinto Seg. Eletrecista "G"	PÇ	12	12	0
885	Luva Alta Tensão Classe 0 1KV	PAR	46	46	0
103139	Kit B Completo	CJ	2	2	0
3219	CT FOFO FOFO/FC DN 100 X DNR 20 3/4"	PÇ	382	382	0
3511	Hidrante ferro Fundido 85 x 60MM Curva Longa	PÇ	2	2	0
4186	T FOFO 300MM FF	PÇ	1	1	0
4616	Tubo Ferro Fundido PBJE K7 Rede de Água NBR7675 DN300	M	24,00	24,00	0

5.3 - Descrição dos controles internos

44

5662	F FOFO 6"	PÇ	41	41	0
6571	Válvula Conectora DN 3/4"	PÇ	4	5	1
6619	Válvula Gaveta BB Fero Fundido, PVC DEFOFO Cabeçote Cubha Elástica DN300	PÇ	7	7	0
6920	Tubo PVC DEFOFO PB JEI/JERI Água DN 250 NBR 7665	M	2.580,00	2.592,00	12,00
9284	TE FOFO p/PVC c/B JE2GS DN 50 x DN 50	PÇ	23	22	(1)
9497	LVCR PVC DEFOFO JEI/JERI DN 300 (a)	PÇ	15	15	0
9746	X FOFO DUCTIL C/C JE2GS DN 350 x DN 200	PÇ	1	1	0
10520	LVCR PVC DEFOFO JE 300MM (a)	PÇ	0	3	3
10751	C FOFO DUCTIL p/PVC PBA JE2GS DN 75 x 90	PÇ	92	92	0
11253	Cap DEFOFO DUCTIL C/Bolsa p/PVC 6,3 DN 150MM	PÇ	38	38	0
12066	Junta FOFO AD Var Diam 129 a 159MM	PÇ	63	63	0
12107	Junta de Adaptação com variação de diâmetro de 225 a 275MM	PÇ	18	18	0
12339	Junta FOFO AD Var Diam 300 a 350MM	PÇ	7	7	0
12747	C FOFO DUCTIL p/PVC PBA JE2GS DN 100 x 45'	PÇ	5	5	0
12760	Ventos da FOFO Tríplice 75MM	PÇ	28	28	0
17601	Dispositivo Retentos para cano 3/4'	PÇ	23.170	23.075	(95)
103218	Curva Galvanizada 90° 4"	PÇ	25	25	0
109540	Válvula Borboleta BI-Excêntrica Flangeada Atuador Manual DN 400 PN10	UN	2	2	0
7447	Hidrômetro Velocímetro Multijato DN 3/4' QN 1,5 m ³ /h, Classe B	PÇ	3.228	3.240	12
17451	Lacre Antifraude p/Porca Hidrom. 19MM	PÇ	7.865	7.865	0
12568	Cartucho Tone TK-57	PÇ	25	25	0
17772	Toner Kyocera TK-352	PÇ	32	32	0
7931	Cc pvc je dn 150 X 45' PB raio longo esgoto	PÇ	65	65	0

(a) Mesmo item de estoque com códigos de cadastro diferente.

Do total dos estoques existentes na data da contagem no montante de R\$ 2.100.381,22, foram selecionados o total de 30 itens que representam 30,65% do total, no valor de R\$ 643.774,82, sendo que dos itens contados 16,67% apresentaram divergências.

Às diferenças apontadas não foram justificadas pelos responsáveis pelo almoxarifado inventariado, quando de nossa contagem.

Considerações da área / departamento:

O responsável pelo almoxarifado fez devidas correções e aplicações do material no sistema. Tomaremos medidas para aplicação imediata após uso do material reduzindo divergências nos itens.

5.3 - Descrição dos controles internos

45

(16.6.2) CONTAGEM FÍSICA - SANTO ÂNGELO - DEOB - PAC SURMIS

No mesmo local também está localizado o almoxarifado extraordinário de obras 90186, composto por materiais oriundos de recurso do PAC, referentes aos contratos de materiais 93/16 e 102/16.

Com exceção dos tubos de PVC DN 100 mm e 150 mm que foram depositados no pátio do ALMOXARIFADO REGIONAL SURMIS, o restante do material inventariado foi depositado no pátio da ETE Índia Lindóia.

- **Estoques Selecionados para os Testes de Auditoria**

90186 - PAC SANTO ÂNGELO

Relação de materiais selecionados para contagem - DEOB - PAC da SUMRIS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	CONTROLE	AUDITORIA	DIVERGÊNCIAS
7795	Cone CA 0,60 x 0,30 x 0,50 M	PÇ	38	35	(3)
7943	Tubo PVC JEI/JERI DN 100 Coletor Esgoto	M	3.468,00	1.700,00	(1.768,00)
7945	Tubo PVC JEI/JERI DN 150 Coletor Esgoto	M	4.074,00	1.680,00	(2.394,00)
12975	A N Prolong cx calç conc H=0,10M DN 400	PÇ	47	49	2
14111	Anel de concreto DN1,00M H=0,20M PB JEPA1	PÇ	37	31	(6)
100854	Caixa de Calçada com tampa anel de borracha DN400 H=0,70n	PÇ	450	86	(364)

Do total 21 itens de estoques existentes na data da contagem foram selecionados 6 itens que representam 28,95% do total, sendo que dos itens contados 100% apresentaram divergências.

Em 26 de novembro de 2018, recebemos a informação do almoxarife, sobre as diferenças nas barras de tubo de 100 mm e de tubo 150 mm, códigos 7943 e 7945 respectivamente, que o material foi usado, mas não foi feita a tramitação correta, que seria pelo formulário de transferência, e que quando finalizado o inventário será feita a tramitação e posterior transferência via sistema para o Almoxarifado Regional, que fará a aplicação na Obra.

Informou ainda, que houve falha no apontamento do material pela fiscalização de campo, o que ocasionou diferenças entre a quantidade medida e a quantidade real utilizada.

5.3 - Descrição dos controles internos

46

Analisando os boletins de medição foi constatado que material foi usado sem dar baixa na sua totalidade, e que o acerto está sendo feito no sistema de acordo com as medições, e ainda que o fiscal recebeu planilhas de material para apontamentos e orientações para não ocorrerem mais falhas nesse sentido.

Quanto às caixas de calçada código 100854, segundo o almoxarife, a diferença apontada de 364 peças refere-se à:

- 156 peças foram utilizadas e não baixas no GEM;
- 154 peças serão transferidas para o Regional para aplicação direta (não sabe em que obra);
- 44 peças devem ser transferidas para o contrato 25/18;
- 10 peças quebradas (obsoletas) não baixadas no sistema GEM.

Como é possível perceber pelo relato, os apontamentos e baixas no sistema não são efetuados, ou seja, quando da retirada do material não é indicado onde o mesmo será aplicado, esse procedimento é feito posteriormente pelo almoxarife, para fechamento dos estoques.

Com relação às outras diferenças apontadas, essas não foram justificadas pelo responsável do almoxarifado.

Considerações da área / departamento:

O responsável pelo almoxarifado fez as devidas correções e aplicações do material no sistema. Para evitar futuras distorções criou planilha para preenchimento diário pelo fiscal da obra para apropriação do material utilizado tendo assim efetivo controle do material utilizado.

(16.6.3) MATERIAIS OBSOLETOS OU SUCATEADOS - DEOB - PAC SURMIS

- **Materiais cobertos pela vegetação.**

Por ocasião de nossa contagem, conforme fotos abaixo, verificamos itens de estoques cobertos pela vegetação, o que dificultou uma qualquer contagem ou mesmo a identificação do tipo de material que ali se encontrava depositado.

5.3 - Descrição dos controles internos

47

Foto 1 - Material de não identificado - PAC



Foto 2 - Material de Manutenção - PAC



5.3 - Descrição dos controles internos

48

- **Materiais com aparência de obsoletos**

Por ocasião de nossa contagem, conforme fotos, também identificamos itens que pelo estado de conservação, parte deles, não poderão mais ser utilizados para manutenção das redes de esgoto da Companhia.

Foto 3 - Tubo de PVC JEI/JERI DN 100 Coletor de Esgoto



Face ao mencionado, bem como pelas evidências nas referidas fotos, recomendamos verificar o registro de tais materiais no sistema de controle dos estoques da Companhia, e se for o caso, providenciar na baixa ou então estimar uma provisão para perdas para os referidos estoques.

Cabe destacar que a mesma situação ocorre com o Tubo de PVC DN 150 Coletor de esgoto.

Considerações da área / departamento:

Foi realizado contato com o DESG (Departamento de Serviços Gerais) responsável pelo contrato de poda e limpeza externa de próprios da Corsan para realizar a efetiva limpeza das áreas. Após concluída será aberto inventário extraordinário para contagem do material nesse almoxarifado.

5.3 - Descrição dos controles internos

49

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL CENTRAL - (SURCEN)

(16.6.4) ALMOXARIFADO UNIDADE DE SANTA MARIA - RS

Para acompanhar a contagem do material em estoque nos almoxarifados da unidade localizada em Santa Maria-RS que, esperava-se, teria iniciado em 07/nov./18, conforme calendário, estivemos na citada unidade nos dias 08 e 09/nov./18.

Constatamos, entretanto, que a contagem ainda não havia iniciado.

Apesar de alegadas dificuldades de falta de pessoal, acompanhado por funcionário local iniciamos nossos trabalhos pelo almoxarifado de materiais sob os cuidados da SURCEN, tendo por referência o relatório da "Posição Físico-Financeira do Estoque em 08/nov./18" totalizando de R\$ 1.649.389,82.

De uma amostragem em que foram selecionados 29 itens com saldo individual superior a R\$ 12.000,00, o que corresponde à parcela de R\$ 723.749,87 do total listado, ou aproximadamente 44%, estamos relacionando a seguir apenas os 20 itens que apresentaram diferença na conciliação da quantidade informada no citado relatório com a respectiva quantidade encontrada em estoque pela contagem.

Pode-se observar, também, que de 29 itens selecionados para contagem, 20 itens, ou aproximadamente 69%, apresentaram diferença para mais ou para menos.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE			VALORES
			Relatório	Auditoria	Diferença	Total
000862	LUVA ALTA TENSÃO CLASSE 3/26,5 KV	Par	19	26	7	5.854,66
013321	FILTRO PART.SERIE 6000 REF. 2078 P2 3M	Par	541	544	3	84,93
002597	TUBO PEAD PE 100 AZUL RAMAL DN20 MM	M	8.600	7.700	(900)	(1.935,00)
002973	C FOFO JE 800 MM x 11'15 BB	Peça	20	16	(4)	(6.565,36)
003738	LVCR FOFO JUNTA MECÂNICA DN 300	Peça	19	10	(9)	(5.893,38)
003741	LVCR FOFO DUCTIL JUNTA MEC. DN 450	Peça	31	17	(14)	(17.959,48)
004139	TE SERV. INTEGR. ART. PPR DE 60 x 20 mm	Peça	965	923	(42)	(579,18)
006619	VÁLVULA GAVETA FERRO FUNDIDO DN 300	Peça	7	5	(2)	(4.382,98)
006920	TB PVC DE FOFO C/PB JEI/JERI DN 250	M	576	528	(48)	(3.910,08)
006921	TB PVC DE FOFO C/PB JEI/JERI DN 300	M	341	228	(113)	(13.636,84)
011582	TE FOFO C/B JE2GS DN 300 x DN 200	Peça	20	12	(8)	(5.181,60)
012145	JUNTA FOFO AD VAR DIAM 78 A 108 mm	Peça	63	69	6	1.476,42
012335	JUNTA DE ADAPT. COM VAR DIAM. 150 a 200	Peça	52	57	5	2.581,40
012336	JUNTA FOFO AD VAR DIAM 200 A 250 MM	Peça	23	33	10	8.104,90

5.3 - Descrição dos controles internos

50

012763	LV FOFO P/PVC PBA JE2GS DN	Peça	371	369	(2)	(73,78)
007447	JUNTA FOFO AD VAR DIAM 300 A 350 MM	Peça	1.137	1.140	3	183,66
012568	CARTUCHO TONER TK-57	Peça	48	49	1	274,80
007969	TB PVC JE 150 mm COLETOR ESG. ANEL	Peça	3.414	78	(3.336)	(46.637,28)
009357	CAIXA INSP. CALÇ. CA TP H=0,70M DN 400	Peça	267	115	(152)	(15.786,72)
012676	TAMPÃO ART.TRAV. AUTOM. ANTI-FURTO 600	Peça	36	45	9	3.853,44
SOMA			////////	////////	////////	(100.127,47)

Ainda sobre a demonstração acima, cabe ressaltar que, quanto à diferença apurada na contagem do item "007969 Tubos de PVC", tivemos a informação de que a falta constatada está relacionada a 3.356 m de Tubos de PVC transferidos do PAC de Cachoeira do Sul e entregue à engenheira Rosalina para aplicação em atividades de manutenção de obras na cidade de Santa Maria.

Também o material a que se refere o item "009357 Caixas de Inspeção", como acima demonstrado, informado como entregue à referida engenheira, permanecem aguardando a indicação da corresponde obra para fins da baixa do almoxarifado SURCEN.

Deixamos de efetuar a contagem do item 012232 LVCR PVC BB JE DN 300 COL. ESG., constando no relatório do almoxarifado a existência de 295 peças no montante de R\$ 22.559,19, em vista de estarem encobertos por vegetação que dificultava a execução do trabalho.

Na comparação com idêntico trabalho realizado em novembro de 2017, temos as seguintes situações:

- DESCRIÇÃO	VISITA EM 2018	VISITA EM 2017
- Relatório de material em almoxarifado	1.649.389,82	1.756.557,11
- Soma das diferenças apuradas	(100.127,47)	(251.423,92)
- Percentual de itens contados	6%	14%

Considerações da área / departamento:

No ano 2017 foi substituído o responsável pelo almoxarifado regional, todavia não tivemos o efeito esperado. No ano 2018 foi realizado um inventário extraordinário com objetivo dar confiança a informação do sistema. Vamos fazer ajustes corretivos no sistema. Imediatamente faremos formulário de advertência ao responsável pelo almoxarifado informando do procedimento de transferência de material entre almoxarifados, caso citado item 009357.

Redobrar atenção da SUSUP afim de assegurar confiabilidade das informações nesse almoxarifado em especial.

5.3 - Descrição dos controles internos

51

(16.6.5) CONTAGEM FÍSICA - SANTA MARIA - DEOB - PAC SURCEN

Para os trabalhos realizados na área do Almojarifado DEOB, recebemos do funcionário responsável pelo controle do respectivo estoque, o mesmo que nos acompanhou em todas as contagens que realizamos, relatórios discriminando materiais considerados como existentes destinados para "Obras-Santa Maria" e para "Obras-Camobi".

RELATÓRIO DE MATERIAIS PARA OBRAS-SANTA MARIA

Na contagem de cinco itens de materiais classificados como para "Obras-Santa Maria" no montante de R\$ 318.471,37, ou seja aproximadamente 85% do total de R\$ 374.263,26 somados no respectivo relatório, não foram encontradas diferenças a destacar.

RELATÓRIO DE MATERIAIS PARA OBRAS-CAMOBI

(**) Entretanto, no local tido como destinado ao material para "Obras-Camobi", na contagem do item "007965-TB PVC CL-20 150 mm COLETOR ESG" no valor de R\$ 230.963,17, constatamos a existência de apenas 11.490 metros dos 15.336 metros indicados no respectivo relatório, ou seja, 3.846 metros a menos.

De acordo com justificativas apresentadas pelo funcionário responsável, teria havido empréstimo ao almojarifado de manutenção - o CEMAM, mas já devolvida a quantidade de 650 tubos que medindo 6 metros cada um corresponde a 3.900 metros, o que faria sobrar 54 metros ou 9 tubos em relação à quantidade faltante.

Todavia, a referida quantidade estava em outro local, que segundo informações anteriormente obtidas, os tubos ali existentes estavam relacionados à falta anteriormente constatada em contagem no almojarifado SURCEN, à disposição da engenheira responsável pelos serviços de manutenção na cidade de Santa Maria.

Nos foram apresentados *e-mails* trocados entre os funcionários responsáveis pelos almojarifados do DEOB e CEMAN sobre a troca e devolução de 3.900 metros de tubos.

Procuramos a funcionária Fernanda, responsável pelo Almojarifado CEMAM, e fomos informados que a mesma não estava no trabalho naquele dia.

5.3 - Descrição dos controles internos

52

Portanto, resumindo, temos uma situação em que foi transferido 3.356 metros de tubos do PAC de Cachoeira do Sul e acolhido pelo Almojarifado SURCEM, porém não localizado na área desse almojarifado, mas também ainda não baixados por falta de indicação da obra correspondente. Junta-se a informação do responsável pelo Almojarifado DEOB que afirma lhe pertencer a parcela de 3.900 metros ou 650 tubos.

DESCRIÇÃO	VISITA EM 2018	VISITA EM 2017
- ALMOXARIFADO OBRAS-SANTA MARIA		
- Relatório de material em almojarifado	374.263,26	542.496,34
- Soma das diferenças apuradas	- 0 -	5.086,44
- ALMOXARIFADO OBRAS CAMOBI		
- Relatório de material em almojarifado	290.494,91	645.588,58
- Soma das diferenças apuradas	(**)	53.042,81
- Percentual de itens contados	84%	65%

Considerações da área / departamento:

Vamos tomar medidas de orientação ao responsável do almojarifado do procedimento correto de transferência de material. Fazer devidas adequações no sistema.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DOS SINOS (SURSIN)

(16.6.6) ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS

Os materiais estavam no pátio da unidade, e dentro do galpão do almojarifado, estando devidamente armazenado e em condições de uso.

Uma pequena parte de alguns itens com mostra e/ou visibilidade de sucateamento, pelo fato de estarem expostos ao sol e chuva.

5.3 - Descrição dos controles internos

53

(16.6.7) CONTAGEM FÍSICA - CANOAS - RS - SURSIN

Os testes por amostragem através dos maiores valores da contagem física foram efetuados por funcionário indicado pelo Departamento, Sr. Nelson Jair Flores, com nosso acompanhamento e com base no estoque de 26/nov./18, conforme listagem fornecida pela Corsan.

Abaixo relacionamos:

CÓDIGO-PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE NO RELATÓRIO	QUANTIDADE FÍSICA	DIFERENÇAS
6920 - Tubo PVC defofo PB JEI/JERI água DN 250 NBR 7665	M	2.142	2.112	30
6921 - Tubo PVC defofo PB JEI/JERI água DN 300 NBR 7665	M	8.442	8.376	66
9547 - Tubo PVC defofo PB JEI/JERI água DN 150 NBR 7665	M	180	168	12
9636 - Tubo PVC PBA JEI/JERI CL 15 água DN 100 NBR 5647	M	504	444	60
12663 - Hidrômetro Velocímetro Unuato DN 1"	PÇ	03	01	2
101079 - Hidrômetro Eletrônico Estático DN 1,1/2"	PÇ	01	00	1
101080 - Hidrômetro Eletrônico Estático DN 2"	PÇ	02	00	2
104115 - Hidrômetro Ultrassônico DN 3/4" Q3 2,5m3/H	PÇ	15	00	15
104115 - Hidrômetro Ultrassônico DN 3/4" Q3 4,0m3/H	PÇ	05	00	5
104115 - Hidrômetro Ultrassônico DN 1"	PÇ	06	00	6
104115 - Hidrômetro Ultrassônico DN 3"	PÇ	02	00	2
104115 - Hidrômetro Ultrassônico DN 4"	PÇ	02	00	2

A contagem no local onde estavam os hidrômetros foi também acompanhada pela funcionária Elaine Hauschild.

Às diferenças apontadas não foram justificadas pelos responsáveis pelo almoxarifado inventariado, quando de nossa contagem.

Considerações da área / departamento:

Foram feitas adequações no sistema e informado do processo para que não ocorram novas falhas.

5.3 - Descrição dos controles internos

54

COORDENADORIA ESPECIAL DE MANUTENÇÃO (CEMAN)

(16.6.8) ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS

Os materiais estavam dentro do galpão do almoxarifado, estando devidamente armazenado e em condições de uso.

(16.6.9) CONTAGEM FÍSICA - CANOAS - RS - CEMAN

Os testes por amostragem através dos maiores valores da contagem física foram efetuados por funcionário indicado pelo Departamento, Sr. Claudio Siqueira com nosso acompanhamento e com base no estoque de 26/nov./18, conforme listagem fornecida pela Corsan.

Abaixo relacionamos:

CÓDIGO-PRODUTO	UNID. ADE	QUANTIDADE NO RELATÓRIO	QUANTIDADE FÍSICA	DIFERENÇAS
0862 - Luva Alta Tensão 3/26,5KV	PAR	08	09	1
9012 - Junta adaptação diâmetros 378 410MM	PÇ	04	06	2
9252 - Válv. Bor. 250MM Wafer	PÇ	03	01	2
12145 - Junta fofo diam 78 a 108MM	PÇ	23	18	5
12339 - Junta fofo diam 300 a 350MM	PÇ	07	08	1
12793 - Junta fofo diam 429 a 480MM	PÇ	01	04	3
17819 - Válvula gaveta Flangeada DN 350 CL 300	PÇ	04	02	2

Às diferenças apontadas não foram justificadas pelos responsáveis pelo almoxarifado inventariado, quando de nossa contagem.

Considerações da área / departamento:

Foram feitas as devidas correções no sistema e tomadas medidas para que a falha no procedimento de baixa do material não se repita.

5.3 - Descrição dos controles internos

55

DEPARTAMENTO DE MATERIAS, SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA (DEMAS)

(16.6.10) ALMOXARIFADO UNIDADE - CANOAS - RS

No início dos trabalhos de acompanhamento do inventário físico, recebemos Relatório denominado "Posição Físico-Financeira do Estoque - posição 03/dez./18, do qual selecionamos aleatoriamente itens para contagem.

Sobre o Almojarifado temos a destacar o que segue:

O Almojarifado é composto por estoque de peças, material de manutenção para concerto das redes e material de expediente para atender todas as unidades da Corsan no Estado do Rio grande do Sul.

O colaborador responsável por este Almojarifado é o Sr. Marcos Vinicius Raymundo.

Destacamos que este Almojarifado fica situado na Rua Berto Círio, 511, Rodovia RS 344 - KM 98, onde são recebidos diversos veículos para embarque e desembarque de peças e materiais de manutenção e de expediente.

- **Estoques Selecionados para os Testes de Auditoria**

Abaixo apresentamos as quantidades inventariadas conforme nossos testes de acompanhamento das contagens, confrontadas com a posição de controle dos estoques, a saber:

930 - Departamento de Materiais, Suprimentos e Logística - DEMAS
Relação de materiais selecionados para contagem

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	CONTROLE	QUANTIDADE AUDITADA	DIVERGÊNCIAS
12955	DISCO CORTE 18"	PC	157	154	(3)
786	BOTA PVC CANO LONGO N.42	PAR	1.111	1.103	(8)
862	LUVA ALTA TENSAO CLASSE 3/26,5KV	PAR	92	19	(73)
103161	CREME PROTETOR SOLAR COM REPELENTE FPS 30	UN	16.265	16.264	(1)
13584	CABO COBRE FLEXIVEL 50 MM ² 750V	M	5.024	4.329	(695)
14739	CABO CHATO COBRE FLEXIVEL 3X35 MM ² 750V	M	3.274	3.170	(104)
14740	CABO CHATO COBRE FLEXIVEL 3X50 MM ² 750V	M	5.437	5.207	(230)
14835	CONTATOR TRIPOLAR MOTOR BLOCOS AUXILIARES - 750 A	PC	12	12	0

5.3 - Descrição dos controles internos

56

14961	DPS CLASSE I 440V - FASE	PC	30	6	(24)
15109	ROTOR BOMBA, 8LN10 D, BRONZEROTAÇÃO 1775	PC	3	3	0
15155	ROTOR BOMBA, RDL 250-500 A, BRONZEROTAÇÃO 1800	PC	5	2	(3)
101164	BASE FUSIVEL NH 05 - 2000 A	PC	45	45	0
102105	CHAVE SECCIONADORA DE POTÊNCIA 1250 A	PC	5	5	0
1906	ROLAMENTO 6208 C3	PC	8	8	0
80877	KIT MANCAL BOMBA KSB RDL 250-500	JG	4	5	1
2389	LVCR PVC JE DN 100	PC	11.020	11.123	103
2597	TUBO PEAD PE 100 AZUL RAMAL PREDIAL DN 20MM	M	186.800,000	194.500,000	7.700,000
3224	CT FOFO FOFO/FC DN 250 X DNR 20 (3/4)	PC	1.959	1.960	1
3511	HIDRANTE FERRO FUNDIDO 85 X 60MM CURVA LONGA	PC	445	449	4
4774	TUBO FERRO FUNDIDO K7 PONTA E BOLSA DN400, ÁGUA	M	247,500	247,500	0,000
6619	VALVULA GAVETA BB FERRO FUNDIDO, PVC DEFOFO CABEÇOTE CUNHA ELASTICA DN300	PC	17	17	0
6920	TUBO PVC DEFOFO PB JEI/JERI ÁGUA DN 250 NBR 7665	M	4.218,000	4.242,000	24,000
6921	TUBO PVC DEFOFO PB JEI/JERI ÁGUA DN 300 NBR 7665	M	1.218,000	1.302,000	84,000
9012	JUNTA ADAPTAÇÃO VARIAÇÃO DIAMETROS 378 410 MM	PC	78	78	0
9457	JUNTA ADAPTAÇÃO VARIAÇÃO DIAMETROS 138 A 168 MM	PC	343	344	1
9635	TUBO PVC PBA JEI/JERI CL-15 ÁGUA DN 75 NBR 5647	M	21.624,000	22.896,000	1.272,000
9636	TUBO PVC PBA JEI/JERI CL-15 ÁGUA DN 100 NBR 5647	M	18.826,000	19.912,000	1.086,000
10252	TUBO PVC PBA JEI/JERI CL-15 ÁGUA DN 50 NBR 5647	M	43.740,000	45.240,000	1.500,000
10950	LVCR FOFO DUCTIL JE2GS DN 250	PC	465	454	(11)
12066	JUNTA FOFO AD VAR DIAM 129 A 159MM	PC	828	828	0
12764	LV FOFO PVC PBA JE2GS DN100	PC	6.125	6.317	192
15776	JUNTA FOFO AD VAR DIAM 400 A 435MM	PC	59	47	(12)
101433	ROTOR BOMBA 6LG, BRONZE, ROTAÇÃO 1775	PC	3	3	0
108752	DP - 1135	UN	80	80	0
103124	CAVALETE FILTRANTE 3U	UN	19	17	(2)

(a) Item vencido.

Do total dos estoques existentes na data da contagem no montante de R\$ 22.218.653,63, foram selecionados o total de 35 itens que representam 27,60% do total no valor de R\$ 6.132,604,68, sendo que dos itens contados 65,71% apresentaram divergências, ou seja, 23 itens apresentaram diferenças.

Às diferenças apontadas foram justificadas pelo responsável do almoxarifado inventariado quando de nossa contagem, como sendo, divergências normais da operação.

5.3 - Descrição dos controles internos

57

Considerações da área / departamento:

Foi implementado um Checklist de recebimento e de expedição de material a fim de aprimorar os controles. Todos os veículos/caminhões são vistoriados documento fiscal para controle de saída e entrada.

Todas as correções foram efetuadas no sistema GEM.

(16.6.11) CONSIDERAÇÕES AO ARMAZENAMENTO

Por importante, cabe-nos recomendar que para fins de inventário físico dos estoques de materiais, armazenados em terrenos, esses locais sejam previamente estruturados (limpos) e os materiais alojados de forma a permitir sua adequada identificação.

Outro aspecto a ser analisado pela Administração da Companhia é quanto a possível existência de materiais obsoletos, a fim de proceder ao necessário registro da provisão.

(16.6.12) AJUSTES DE INVENTÁRIO

Na contagem física do inventário por nós acompanhados nas unidades relacionadas no quadro a seguir, indicamos o resumo dos valores das diferenças apontadas as quais representam 4,62% em relação ao total dos estoques indicado no relatório utilizado como base para nossa contagem física, sendo que tais valores podem sofrer alguma alteração em função da movimentação dos estoques ainda não contempladas na data da contagem.

UNIDADES	RELATÓRIO DA UNIDADE	CONTAGEM FÍSICA	DIFERENÇA	%
SURMIS - SANTO ÂNGELO-RS	837.263,20	722.549,05	(114.714,15)	-13,70
SURCEN - SANTA MARIA-RS	512.753,42	412.625,95	(100.127,47)	-19,53
SURSIN e CEMAN - CANOAS-RS	1.322.850,80	1.264.458,89	(58.391,91)	-4,41
DEMÁS - CANOAS-RS	6.132.604,68	5.999.128,50	(133.476,18)	-2,18
TOTAL	8.805.472,10	8.398.765,39	(406.709,71)	-4,62

(16.7) CIRCULARIZAÇÃO

Essa etapa dos nossos trabalhos também se constitui no cumprimento de um dos procedimentos básicos de auditoria, que é o de confirmar a exatidão dos saldos contábeis da Companhia em fontes externas.

5.3 - Descrição dos controles internos

58

Para isso, foi preparada circularização, abrangendo:

- Instituições Financeiras;
- Clientes;
- Fornecedores;
- Atuários; e
- Advogados.

Os formulários ficaram em poder da CORSAN, sendo que, depois de preparados e assinados pela administração serão devidamente expedidos.

Se as respostas da circularização efetuada vierem a nos oferecer alguma situação que se afigure como passível de informação, oportunamente voltaremos a tratar do assunto.

Considerações da área / departamento:

As circularizações foram realizadas conforme solicitado pela auditoria com as seguintes data-base:

Contas de Clientes - (Data-Base 30/09/18);

Contas de Fornecedores - (Data-Base 30/09/18);

Contas de Bancos - (Data-Base 31/12/18);

Informações de Processos Judiciais e outros - Advogados (Data-Base 31/12/18);

Informações dos Atuários (Data-Base 31/12/18);

Informação do fundo de pensão (Data-Base 31/12/18).

17 REVISÃO CONTÁBIL E CONTROLES INTERNOS BALANCETE-BASE DE 31/DEZ./18

(17.1) DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Saldo Contábil x Sistema Tedesco

Ao compararmos os controles internos do Departamento Jurídico (Sistema Tedesco), com a contabilidade da Companhia, identificamos uma diferença no saldo em 31 de dezembro de 2018, na ordem de R\$ 9.644.301,87, como demonstramos a seguir:

5.3 - Descrição dos controles internos

59

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1. Relatório de depósitos recursais	113.116.082,17
2. Relatório de depósitos judiciais	1.412.971.341,23
3. Relatório de alvarás (saques efetuados)	(1.137.119.224,01)
4. Saldo conforme sistema TEDESCO (1 + 2 - 3)	388.968.199,39
5. 11.361 - Depósitos dados em garantia	129.337.514,56
6. 12.361 - Depósitos dados em garantia	269.274.986,70
7. Saldo conforme registros contábeis (5 + 6)	398.612.501,26
8. Diferença entre TEDESCO e CONTABILIDADE (4 - 7)	(9.644.301,87)

b) Movimentação Contábil Anual x Movimentação Sistema Tedesco Anual

Quando comparada a movimentação anual dos registros efetuados no sistema de controle interno do Departamento Jurídico (Sistema Tedesco), e a movimentação contábil do ano, apura-se uma diferença no valor de R\$ 5.436.563,19, conforme demonstramos a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1. Depósitos Judiciais	198.271.792,85
2. Depósitos Recursais	22.811.663,57
3. Alvarás (saques efetuados)	(150.848.960,05)
4. Movimentação conforme sistema TEDESCO (1 + 2 - 3)	70.234.496,37
5. Movimentação Contábil	64.797.933,18
6. Diferença entre sistema TEDESCO e Contabilidade (4-5)	5.436.563,19

c) Registros no Sistema TEDESCO sem evidências

No encerramento do exercício de 2017, havíamos apurado uma diferença de saldo entre o sistema do controle interno do Departamento Jurídico (Sistema Tedesco), e a contabilidade na ordem de R\$ 10.536.605,49, conforme relatado no item 27.1, de nossa carta de recomendações do exercício de 2017, datada de 03 de abril de 2018. Atualmente conforme item 2.1.a, deste relatório a diferença de saldo, monta a quantia de R\$ 9.644.301,87.

Analisando as diferenças de saldos e de movimentações no ano de 2018, do sistema Tedesco e da contabilidade, surge uma diferença no valor de R\$ 4.544.259,57, sobre a qual não nos foi apresentada nenhuma evidência ou algum registro no sistema Tedesco, do motivo dessa diferença, conforme demonstramos a seguir:

5.3 - Descrição dos controles internos

60

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1. Diferença de saldo existente no sistema em dez./2017	10.536.605,49
2. Diferença entre movimentação em 2018 (Item 2.1.b)	5.436.563,19
3. Diferença de saldo em dez./2018 (Item 2.1.a)	9.644.301,87
4. Movimentação não identificada (1 - 2 - 3)	(4.544.259,57)

d) Saldo Contábeis x Extratos Bancários

Ao examinarmos os relatórios dos depósitos efetuados fornecidos pelas instituições financeiras, confrontando os mesmos com os saldos contábeis, apuramos uma diferença no montante de R\$ 2.126.249,64, em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstramos a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR - R\$
1. Banrisul	33.110.340,93
2. Banco do Brasil	100.582.626,39
3. CEF - Depósitos Recursais	62.801.292,67
4. CEF - Depósitos Judiciais	187.899.424,43
5. CEF Fat (1)	12.533,00
6. CEF Fat (2)	12.080.034,20
7. Total dos Depósitos conforme Instituições Financeiras	396.486.251,62
8. Saldo conforme registros contábeis	398.612.501,26
9. Diferença (7 - 8)	(2.126.249,64)

e) Saldos dos Depósitos por Processo

Ao examinamos os depósitos e saques de alvarás, registrados no sistema Tedesco, por processo, constamos o registro de saques em montante a maior do que o valor depositado, e em certos casos o registro de saques em processo onde não houve o registro do depósito, no referido sistema. Em consequência, o relatório de depósitos judiciais gerado pelo sistema Tedesco, apresenta em certos processos, saldos negativos de depósitos judiciais. Como exemplo, demonstramos alguns casos na tabela a seguir:

5.3 - Descrição dos controles internos

61

PROCESSO	RECLAMANTE	DEPÓSITO	SAQUE	SALDO
086/3.09.0001404-4	AIRTON CARVALHO DE FREITAS	-	2.969,83	(2.969,83)
0001190-35.2011.5.04.0241	ALEX SANDER CARDOSO	21.174,32	29.530,61	(8.356,29)
0000172-02.2012.5.04.0028	EDSON DA SILVA RODRIGUES	24.445,80	26.814,09	(2.368,29)
0000479-68.2015.5.04.0571	ELISANGELA MENDES DOS SANTOS	3.500,00	7.463,39	(3.963,39)
0000704-65.2012.5.04.0451	ELY CATARINO DE SOUZA	2.000,00	8.407,85	(6.407,85)
0000600-19.2012.5.04.0663	ESTEVAO LEO FABIANI	189.535,57	234.186,05	(44.650,48)
0020497-69.2017.5.04.0271	GELSON LUIS DE OLIVEIRA FERNANDES	-	10.000,00	(10.000,00)
0000057-18.2015.5.04.0111	LEILA TAVARES (SUCESSÃO)	-	12.713,50	(12.713,50)
83200-24.2005.5.04.0411	LEO ELIZEU DE ARRUDA OLIVEIRA	220.133,20	249.118,27	(28.985,07)
0020183-35.2014.5.04.0205	MARA REGINA DA SILVA	8.000,00	10.884,39	(2.884,39)
0030300-90.1990.5.04.0831	MARCO ANTONIO DE ALMEIDA ALVES	-	212,54	(212,54)
0028500-62.2006.5.04.0541	MARILDO JOSÉ TONIN	169.396,30	176.911,17	(7.514,87)
0000132-41.2014.5.04.0451	MARTA SELENCINA TRINDADE AJALA	13.459,63	17.445,15	(3.985,52)
0000681-85.2013.5.04.0451	NELSON NUNES DE SOUZA	-	9.652,43	(9.652,43)
0057100-62.1994.5.04.0461	NEPOMOCENO MACIEL DOS REIS	106.052,81	110.881,10	(4.828,29)
0000132-44.2014.5.04.0741	SELVINO MISSIO	52.434,02	52.434,10	(0,08)
0139800-56.2004.5.04.0102	SINDIÁGUA	3.497.983,13	3.534.446,40	(36.463,27)
0001027-57.2014.5.04.0271	UCILA BORGES DA SILVEIRA	-	6.011,98	(6.011,98)

f) Extratos de depósitos judiciais x Sistema Tedesco

Selecionamos alguns processos e confrontamos o saldo de depósitos judiciais registrado no sistema Tedesco, com o extrato fornecido pela instituição financeira e constatamos que o saldo registrado no sistema Tedesco, é maior do que o existente na instituição financeira, conforme demonstramos a seguir:

5.3 - Descrição dos controles internos

62

PROCESSO	RECLAMANTE	TEDESCO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		DIFERENÇA
0020550-18.2013.5.04.0521	LUIZ ANTONIO BARFKNECHT	317.152,52	CEF	259.865,82	57.286,70
0000840-56.2013.5.04.0571	NILSON LUIZ HEFLER	52.719,39	BB	43.994,70	8.724,69
0001157-63.2010.5.04.0020	CARLOS AURELIO F. DIAS	271.543,86	CEF	153.303,25	118.240,61
0000673-34.2013.5.04.0023	JAIRO ROBERTO SCHUH	45.187,37	BB	16.997,58	28.189,79
0000876-06.2013.5.04.0731	CLAITON R. DO NASCIMENTO	325.123,31	CEF	312.796,07	12.327,24
0004500-93.2009.5.04.0831	GILBERTO SCHOFFEN	537.866,20	CEF	519.417,16	18.449,04
0000519-47.2014.5.04.0551	EGON ROBERTO TIETZ	272.992,37	CEF	254.804,18	18.188,19

g) Mapa de Contingenciamento x Sistema Tedesco

Ao examinarmos o mapa de provisão das contingências passivas, e confrontarmos com o sistema Tedesco, identificamos diversos processos, existentes no sistema Tedesco, com a indicação de depósitos judiciais, os quais não estão relacionados no mapa de provisão de contingências. Todas as contingências passivas da Companhia, devem estar devidamente, relacionadas, identificadas e quantificadas no mapa de provisão, com a opinião do departamento jurídico quanto a sua probabilidade de êxito. A seguir, apresentamos a título de exemplo alguns processos nesta situação.

PROCESSO	RECLAMANTE	DEPÓSITO
023/1.11.0009108-9	AMANDA MARQUES	32.236,09
0088000-45.2007.5.04.0211	CLAUDIO FERNANDO ALVES DE FARIAS	45.316,76
0020407-26.2013.5.04.0522	GILCEU SIMONETTI	28.386,83
0000025-74.2015.5.04.0802	JOÃO CARLOS DA SILVA LOPES	36.640,71
027/1.15.0005427-5	MARMORES E GRANITOS ALVORADA LTDA.	30.000,00
0000540-77.2011.5.04.0761	MIGUEL ZELOMAR DOS SANTOS	55.755,79
0060000-53.2001.5.04.0661	OLDAIR RABELLO RIBEIRO	51.809,68
0020628-24.2017.5.04.0601	TADEU ATANAGILDO DOS SANTOS	30.000,00

h) Comentários Gerais

Com base nos problemas e diferenças relatados, nos itens de letras "a" a "g", temos os seguintes comentários:

5.3 - Descrição dos controles internos

63

- 1 - Não é procedida pela Companhia a conciliação entre o sistema Tedesco e a contabilidade, tendo em vista as diferenças relatadas nos itens "a" a "c";
- 2 - Também não é procedida a conciliação entre a contabilidade e as posições bancárias, conforme item "d";
- 3 - Nem todas as movimentações dos processos, são registradas no sistema Tedesco, conforme itens "e" a "f"; e
- 4 - Nem todas as contingências da Companhia estão relacionadas no mapa de provisão, o que indica que pode existir falta de provisão para passivos contingentes.

Diante da situação constatada, cabe-nos recomendar seja procedida uma revisão geral no processo de controle e gestão das contingências da Companhia, bem como seja adotada a rotina de realizar as devidas conciliações da posição contábil com a posição dos controles do Departamento Jurídico da Companhia, procedendo-se aos ajustes que se fazem necessários.

Considerações da área / departamento:

A Companhia iniciará ainda no 2º trimestre/19, a migração de dados para um novo sistema jurídico, que contemplará, entre outros assuntos, um módulo somente para controle dos Passivos Contingenciais. O atual sistema não passa mais por atualizações e seu controle é precário, o que demanda grandes esforços para um resultado minimamente aceitável.

Para o controle das garantias, vamos proceder alteração quanto ao controle dos depósitos e baixas judiciais, que passarão a contemplar a instituição bancária originária da informação. O "start" será dado com os depósitos relativos a 2019 e posteriormente iremos avançando nos períodos anteriores. Com isto pretendemos mitigar, em um primeiro momento, os saldos havidos entre o contábil e os estoques judiciais. Deixamos claro que os próprios estoques apresentam variações estranhas ao seu saldo, como depósitos de terceiros que não a Corsan bem como valores atualizados demonstrados pelos bancos, em especial a Caixa Econômica Federal.

Quanto ao item 'e' a SUPEJ começou a segregar os depósitos efetuados em processos de terceiros onde ela é arrolada como solidária. Na hora dos filtros do TEDESCO estes depósitos não foram selecionados, constando os valores negativos apontados.

5.3 - Descrição dos controles internos

64

Nos mapas de contingenciamento a falha decorre dos processos que não deverão mais possuir movimentação, a não ser financeiros, e que a SUPEJ reclassifica como baixas provisórias. Foi levado ao conhecimento do Superintendente da área para averiguarmos quanto à mudança de procedimentos para estas baixas ou se deveremos considerar nos relatórios também os arquivos com este status, juntamente com os já ativos.

Quanto as baixas mais antigas e que possam estar destoando TEDESCO x Estoque das Contas, a SUPEJ vem solicitando a carga destes processos para verificar se a baixa realmente deve ser contemplada, pois poderá ocorrer casos do agente bancário ter efetuado saque em conta indevida, ou o próprio sistema bancário "sumir" com os valores do saldo final. É certificado se este valor realmente possa ser baixado, o que acaba dispendendo tempo em relação ao momento da efetiva baixa com o que supostamente esteja constando no extrato judicial.

(17.2)PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

Examinamos os cálculos das provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, e apuramos uma diferença de R\$ 3.841.747,68, a maior no saldo contábil registrado em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro a seguir:

CÓDIGO	CONTA	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	PROVISÃO	SALDO CONTÁBIL	DIFERENÇA
22.811.001	IRPJ s/reserva de reavaliação	61.177.315,58	25	15.294.328,90	17.209.945,07	(1.915.616,17)
22.811.002	CSLL s/reserva de reavaliação	61.177.315,58	9	5.505.958,40	6.186.940,28	(680.981,88)
22.821.001	IRPJ Diferido RTT	245.358.076,97	25	61.339.519,24	61.339.523,88	(4,64)
22.821.002	CSLL Diferido RTT	231.523.151,47	9	20.837.083,63	22.082.228,62	(1.245.144,99)
TOTAIS				102.976.890,17	106.818.637,85	(3.841.747,68)

5.3 - Descrição dos controles internos

65

Levamos o assunto ao responsável pela área, o qual não soube explicar o motivo de tais diferenças, porém concordou com o novo cálculo. Conforme informações, ajustes serão efetuados no primeiro trimestre de 2019.

Considerações da área / departamento:

Primeiramente, a diferença apontada na conta 22.821.002 (CSLL Diferido RTT) de R\$ 1.245.144,99 não foi localizada por nós. O valor que temos como base de cálculo é de R\$ 245.358.121,37 e não R\$ 231.523.151,47 que foi apontado no relatório de recomendações.

Com relação as demais diferenças, fizemos os ajustes em fevereiro/19 conforme demonstrado abaixo, os valores das contas controlados na parte B do LALUR e valores que constam nas contas de diferido, em anexo a este relatório enviamos o arquivo Excel (CORSAN -rh3774-16 - 31-12-18_SUCONT_DEFISC) com esta conciliação:

IRPJ			CSLL		
TOTAL DIFERIDO	saldo dez/18	diferença	TOTAL DIFERIDO	saldo dez/18	diferença
IRPJ Ativo (12711001)	483.740.401,68	- 0,10	CSLL Ativo (12711002)	174.146.544,66	- 0,02
IRPJ Passivo (22.811007)	71.330.297,60	- 0,02	CSLL Passivo (22.811008)	26.629.406,24	- 0,02
IRPJ Passivo (22.821.001)	60.719.018,68	- 0,04	CSLL Passivo (22.821.002)	21.858.846,76	- 0,02
IRPJ Diferido Reavaliação (22811001)	15.302.214,50	- 0,33	CSLL Diferido Reavaliação (22811002)	5.508.797,22	- 0,12
IRPJ Ajuste de Avaliação Patrimonial (22811005)	1.347.669,30	- 0,44	CSLL Ajuste de Avaliação Patrimonial (22811006)	485.161,05	- 0,26
diferença		- 0,01	diferença		- 0,16
	Saldo Diferido	25%		Saldo Diferido	9%
IRPJ Ativo (12711001)			CSLL Ativo (12711002)		
Provisão s/Questões Fiscais	10.562.097,33	2.640.524,33	Provisão s/Questões Fiscais	10.562.097,33	950.588,76
COFINS e PASEP DIFERIDOS RTT	7.432.035,89	1.858.008,97	COFINS e PASEP DIFERIDOS RTT	7.432.035,89	668.883,23
PPR	4.244.002,36	1.061.000,59	PPR	4.244.002,36	381.960,21
Provisão Benefício Pós-Emprego	789.585.016,28	197.396.254,07	Provisão Benefício Pós-Emprego	789.585.016,28	71.062.651,47
Provisão Benefício Pós-Emprego PL	193.278.721,90	48.319.680,48	Provisão Benefício Pós-Emprego PL	193.278.721,90	17.395.084,97
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	3.786.240,88	946.560,22	Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	3.786.240,88	340.761,68
Provisão s/ Questões Cíveis	153.853.025,14	38.463.256,29	Provisão s/ Questões Cíveis	153.853.025,14	13.846.772,26
Provisão s/ Questões Trabalhistas	670.465.939,85	167.616.484,96	Provisão s/ Questões Trabalhistas	670.465.939,85	60.341.934,59
Provisão depósitos judiciais	9.610.249,62	2.402.562,41	Provisão depósitos judiciais	9.610.249,62	864.922,47
Ajuste a Valor Presente - AVP	3.629.493,54	907.373,39	Ajuste a Valor Presente - AVP	3.629.493,54	326.654,42
Provisão reclamações Novo Hamburgo	88.514.784,34	22.128.696,09	Provisão reclamações Novo Hamburgo	88.514.784,34	7.966.330,59
TOTAL	1.934.961.607,13	483.740.401,78	TOTAL	1.934.961.607,13	174.146.544,64
IRPJ Passivo (22.811.007)			CSLL Passivo (22.811008)		
Despesa c/ Depreciação CMC	-	-	Despesa c/ Depreciação CMC	- 10.561.101,47	- 950.499,13
Encargos Financeiros s/ Obras Andamento	- 155.322.680,95	- 38.830.670,24	Encargos Financeiros s/ Obras Andamento	- 155.322.680,95	- 13.979.041,29
Encargos Financeiros s/ Obras Andamento 2015	- 84.203.545,10	- 21.050.886,28	Encargos Financeiros s/ Obras Andamento 2015	- 84.203.545,10	- 7.578.319,06
Varição Cambial - Pró-Guaíba	1.310.642,06	327.660,52	Varição Cambial - Pró-Guaíba	1.310.642,06	117.957,79
Margem Construção - ativo intangível	- 17.382.015,16	- 4.345.503,79	Margem Construção - ativo intangível	- 17.382.015,16	- 1.564.381,36
Precatório Novo Hamburgo	- 29.723.591,16	- 7.430.897,79	Precatório Novo Hamburgo	- 29.723.591,16	- 2.675.123,20
	- 285.321.190,31	- 71.330.297,58		- 295.882.291,78	- 26.629.406,26
IRPJ Passivo (22.821.001)			IRPJ Passivo (22.821.002)		
22 - RTT - cota mensal / relatório RTT	242.876.074,88	60.719.018,72	22 - RTT - cota mensal / relatório RTT	242.876.074,88	21.858.846,74
IRPJ Diferido Reavaliação (22811001)			IRPJ Diferido Reavaliação (22811001)		
TRIBUTOS S/ RESERVA REAVALIAÇÃO	101.784.882,62		TRIBUTOS S/ RESERVA REAVALIAÇÃO	101.784.882,62	
RTT-Depr. Reavaliação	- 40.576.023,31		RTT-Depr. Reavaliação	- 40.576.023,31	
Total (1 - 2)	61.208.859,31	15.302.214,83	Total (1 - 2)	61.208.859,31	5.508.797,34
IRPJ Ajuste de Avaliação Patrimonial (22811005)			IRPJ Ajuste de Avaliação Patrimonial (22811005)		
Ajustes de Avaliação Patrimonial CIEL (24.511.001)	5.390.675,44	1.347.668,86	Ajustes de Avaliação Patrimonial CIEL (24.511.001)	5.390.675,44	485.160,79

5.3 - Descrição dos controles internos

66

(17.3) RENDIMENTO SIAC - CAIXA ÚNICO

Em 20/dez/18 foi efetuado o saque desse rendimento no montante de R\$ 6.899.841,46, rendimento este referente ao período de 22/set./16 a 19/dez./18, o qual foi contabilizado a crédito da conta 42311003 - Rendimento de Aplicações de Liquidez Imediata, quando o correto é a contabilização a crédito da conta 12.111.001 Rendimentos SIAC - Caixa Único no ativo circulante, pois os rendimentos já foram contabilizados mensalmente pelo regime de competência.

Face ao exposto recomendamos proceder o respectivo ajuste.

Salientamos que conforme informações dos responsáveis, tal ajuste será feito em janeiro de 2019.

Considerações da área / departamento:

Os ajustes foram realizados no Primeiro Trimestre de 2019.

Foram tomadas medidas de controles para evitar que esta situação volte a se repetir.

(17.4) ÁREA DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENT

(17.4.1) CONTRATAÇÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS

O mês de dezembro de 2018 foi encerrado com o total de 5.904 empregados, sendo que 233 destes enquadram-se como Deficientes Físicos, quando deveriam ser no mínimo 295 colaboradores.

O artigo 141 do Regulamento da Previdência Social-RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, estabelece que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois por cento a cinco por cento de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até duzentos empregados, dois por cento;
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;
- III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento;
- IV - mais de mil empregados, cinco por cento.

Para efeito da aferição dos percentuais dispostos acima, será considerado o número de empregados da totalidade dos estabelecimentos da empresa.

5.3 - Descrição dos controles internos

67

O parágrafo 1º do citado artigo determina que, a dispensa de empregado na condição estabelecida neste artigo, quando se tratar de contrato por tempo superior a noventa dias e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

Na seleção de empregados, com deficiência ou não, não podem ser usados critérios pessoais. Somente os necessários ao exercício da atividade podem ser exigidos. Se os requisitos não forem estritamente técnicos, a empresa incorre em infração trabalhista e até penal por discriminação (art. 373A, I, II, V, da CLT, c/c art. 1º da Lei nº 9.029/95).

Os postos do Sistema Nacional de Empregos (SINE) mantêm cadastro de candidatos com deficiência para inserção no mercado de trabalho. Os reabilitados podem ser encontrados nos Centros e Unidades Técnicas de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As escolas e entidades representativas das pessoas com deficiência também dispõem de cadastros de seus associados. No Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa

Portadora de Deficiência (SICORDE), há uma relação de instituições que atuam na área de atenção à pessoa portadora de deficiência.

O empregado com deficiência física pode ter um horário flexível e reduzido, com proporcionalidade de salário, quando tais procedimentos forem necessários em razão do seu grau de deficiência. Para atender, por exemplo, a necessidades especiais, como locomoção, tratamento médico etc. (art. 35, § 2º, do Decreto nº 3.298/99).

Há alegações de empregadores que não encontram profissionais capacitados para exercer as atividades na empresa, o que, por si só, não justificaria a não contratação, já que pela intrínseca responsabilidade social da empresa, o treinamento e a capacitação da mão de obra, se faz presente.

Uma das formas de se evitar o pagamento de multas é fazer acordo com o MPT, determinando prazos para cumprir a cota estabelecida em relação ao número de empregados efetivos.

5.3 - Descrição dos controles internos

68

Durante o prazo estabelecido (ou a qualquer tempo) é prudente que a empresa mantenha todos os registros e tentativas oferecidas na busca de suprir os profissionais, pois caso o acordo não seja cumprido no prazo por falta de mão de obra, por exemplo, a empresa terá argumentos e provas suficientes para se eximir de uma ação judicial.

Recomendamos adequar-se à legislação vigente com brevidade, evitando possíveis sanções da fiscalização do Ministério do Trabalho.

Considerações da área / departamento:

A contratação de empregados da CORSAN se dá via concurso público, onde são disponibilizadas vagas para PCD conforme determina a legislação.

A CORSAN sempre cumpre com as admissões, via concurso público, observando rigorosamente as vagas PCD.

(17.4.2) EXAME MÉDICO ADMISSONAL DE ESTAGIÁRIO

Não está sendo realizado o exame médico admissional dos estagiários que prestam serviço na Companhia.

De conformidade com o item 85 da Nota Técnica nº 111/2014/CGNOR/DENOP/SEGEF/MP, com a finalidade de garantir a correta aplicabilidade da norma, não será exigida a apresentação de exame médico para a contratação de estágio, uma vez que esse se destina à comprovação de aptidão em caso de exame admissional, o que não se configura no caso de estágio.

Destacamos que a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu artigo 14, determinou que a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho também deve ser aplicada aos estagiários, cabendo a unidade concedente do estágio cumprir as normas de higiene, medicina e segurança do trabalho para evitar danos à saúde física e mental dos trabalhadores e de todos os que prestam serviços em suas dependências, inclusive estagiários e terceiros, sob pena de responder civilmente pelos danos causados.

A legislação sobre estágio não esclarece qual o alcance da aplicação da legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho aos estagiários, se todas as normas que tratam dessa matéria na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego ou somente parte delas.

5.3 - Descrição dos controles internos

69

Essa indefinição causa incerteza jurídica, posto que a legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho tem abrangência bem definida (empregados e trabalhadores, sendo que a lei do estágio é genérica (estagiário)).

Como a intenção do legislador ordinário foi o de proteger a saúde dos estagiários, temos que as normas regulamentares constantes da Portaria 3.214/78, que não forem incompatíveis com a condição do estagiário, deverão ser aplicadas, inclusive quanto aos exames admissional, periódicos e demissional (Norma Regulamentadora 7).

Isto porque tais exames visam identificar a existência de doenças causadas pelas condições de trabalho, possibilitando a sua prevenção.

Se o estagiário, ao iniciar o estágio em uma empresa, não se submete a exame médico admissional e, posteriormente, quando do término do estágio, se verifica que é portador de uma doença, será mais difícil à unidade concedente do estágio demonstrar que a doença não derivou das atividades de estágio na empresa.

Por esse motivo, a importância do exame admissional no contrato de estágio, que poderá acusar a preexistência de alguma doença e evitar que o estagiário seja colocado em situação que pode agravá-la.

Recomendamos revisar a prática atual.

Considerações da área / departamento:

Estaremos analisando e ajustando os procedimentos conforme legislação.

(17.4.3) ESTAGIÁRIOS

Identificamos divergências na contratação de Estagiários pela companhia, conforme demonstrado a seguir:

Thiago Merode Bujak
Estudante de Engenharia Civil

Atividades do Estágio - Atendimento ao público interno e externo, recebimento e encaminhamento de correspondências, elaboração de documentos e relatórios, apoio na introdução de expedientes, entrega de documentos.

5.3 - Descrição dos controles internos

70

Rafaela Cristina de Oliveira
Estudante de Engenharia Hídrica

Atividades do Estágio - Atendimento ao público interno e externo, recebimento e encaminhamento de correspondências, elaboração de documentos e relatórios, apoio na introdução de expedientes, entrega de documentos.

Thuane da Silva Dias
Estudante de Ciências Econômicas

Atividades do Estágio - Auxiliar no acompanhamento dos processos administrativos, da documentação das empresas terceirizadas, confecção de ofícios e memorandos.

As situações acima podem caracterizar o desvio da finalidade e das normas legais do estágio do estudante.

De conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 11.788/08, Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O artigo 2º dessa Lei, estabelece que o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo 1º - Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisita para aprovação e obtenção de diploma.

Parágrafo 2º - Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

De acordo com o artigo 3º, o estágio, tanto na hipótese do parágrafo 1º do artigo 2º desta Lei, quanto na prevista no parágrafo 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados alguns requisitos, sendo dentre eles:

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso;

5.3 - Descrição dos controles internos

71

O descumprimento de qualquer dos incisos do artigo 3º ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Recomendamos revisar estas situações, que poderão acarretar futuros transtornos com a fiscalização da Previdência Social e a Justiça Trabalhista.

Considerações da área / departamento:

Na mudança de Agente de Integração devido a Licitação, as atividades ficaram genéricas para todos os cargos, por um lapso ficou a atividade de nível médio para este cargo. Estaremos adequando as atividades, quando da renovação dos contratos.

(17.4.4) HORAS EXTRAS

Identificamos divergências nos cálculos das horas extras efetuados pela companhia, conforme exemplificado a seguir, tendo como base o mês de dezembro de 2018.

Douglas Elias Carvalho

Salário	5.490,74
Avanços	549,07
Grat. Est. TE.	541,76
Com. Normativo	104,89
Total	6.686,46
CÁLCULO DA EMPRESA	CÁLCULO CORRETO
18h extras 100% - 1.087,17	18h extras 100% - 1.203,56

João Paulo Flores dos Santos

Salário	12.584,86
Compl. Salário	1.957,54
Avanços	9.029,11
Grat. Est. TE.	541,76
Comp. Normat.	446,85
FG Incorporada	3.831,71
Total	28.391,83
CÁLCULO DA EMPRESA	CÁLCULO CORRETO
18h extras 100% = 4.932,58	18h extras 100% = 5.110,53

5.3 - Descrição dos controles internos

72

Eduardo Martins Nunes

Salário	2.145,45
Avanços	858,18
Comp. Normat.	78,52
Total	3.082,15
CÁLCULO DA EMPRESA	CÁLCULO CORRETO
81h10 extras 50% - 1.828,46	81h10 extras 50% - 1.874,72
16h extras 100% - 480,58	16h extras 100% - 493,15

Daniela Silva de Carvalho

Salário	2.145,45
Avanços	214,55
Insalubridade	699,58
Comp. Normat.	46,99
Total	3.106,57
CÁLCULO DA EMPRESA	CÁLCULO CORRETO
7h44 extras 50% - 177,46	7h44 extras 50% - 181,26
8h extras 100% - 244,77	8h extras 100% - 248,52

A Companhia não está incluindo na base de cálculo para as horas extras os adicionais Grat. Est. TE. e Comp. Normativo.

De acordo com o Enunciado nº 264 do Tribunal Superior do Trabalho - TST, a remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

A situação atual expõe o empregador a possíveis reclamações trabalhistas, bem como a autuações por parte da fiscalização da Previdência Social.

Considerações da área / departamento:

A não tributação está prevista em cláusula de Acordo Coletivo negociado com os sindicatos. Segue clausula abaixo:

Cláusula 1.5 – GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO TÉCNICO (GET)

1.5.1 – Somente aos empregados classificados como técnico-científicos, a partir da assinatura do presente acordo, a CORSAN pagará mensalmente uma gratificação **R\$ 541,76 (quinhentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos)** a título de Gratificação de Estímulo Técnico desde que não estejam contemplados com a Gratificação de Responsabilidade Técnica.

1.5.2 – A presente Gratificação não se incorporará ao salário e sobre a mesma não incidirão outras vantagens, não sendo base de cálculo de avanços trienais, horas extras, insalubridade, periculosidade,

5.3 - Descrição dos controles internos

73

ascensão, PPLR, PDV ou qualquer outra verba.

I.5.3 – A continuidade ou não da presente GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO TÉCNICO, bem como sua progressão, será objeto de deliberação no âmbito das discussões e revisão dos níveis salariais e progressão do Plano de Classificação de Empregos e Salários ou de outros instrumentos de pactuação.

I.5.4 - Para os Técnico-Científicos fica extinto a partir de 01 de janeiro de 2014 o Prêmio Assiduidade-Anual.

Cláusula III.3 – COMPLEMENTO NORMATIVO

A CORSAN respeitará o direito ao recebimento do percentual de 1,31% (um vírgula e trinta e um por cento) do valor do salário de participação dos empregados/empregadas vinculados à Fundação CORSAN, que aderiram ao Plano de Benefícios BD01 até 30 de abril de 2015, na forma disposta na Cláusula IV.3 do Acordo Coletivo 2014/2015. Por expressa disposição das partes este percentual não terá caráter salarial para qualquer efeito, nem será incorporado à matriz salarial.

III.3.1 – O percentual definido no Caput passará a ser pago sob a denominação de Complemento Normativo.

III.3.2 – A partir de 01 de maio de 2015, o benefício denominado Complemento Normativo será extinto para novos participantes do Plano de Benefício da FUNCORSAN.

18 CONCLUSÃO DO PRESENTE RELATÓRIO

Em se tratando dos trabalhos realizados nesta oportunidade, exceto quanto ao mencionado nos itens precedentes, nada constatamos nas demais análises realizadas, no período sob exame e nas amostras selecionadas, que pela sua relevância devêssemos destacar no presente relatório, não elidindo outras revisões e novas amostragens.

15 de maio de 2019.

AudiLink & Cia. Auditores



Roberto Bianchessi

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Código de Conduta Ética Profissional da Corsan, Política de Integridade e Conformidade e Canal de Denúncias.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Comissão de Ética, Departamento de *Compliance*, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade Estatutário e Auditoria Interna.

* A Comissão de Ética é o órgão colegiado responsável pela coordenação da aplicação e guardião do cumprimento do Código de Conduta Ética Profissional da Corsan. Compete à Comissão de Ética: I. Coordenar e atuar como guardião do cumprimento do Código de Conduta Ética. II. Atuar como órgão consultivo à Direção da Empresa. III. Orientar e aconselhar, quando solicitada, os empregados nas questões relativas à interpretação e aplicação do Código de Conduta Ética da Corsan. IV. Receber, analisar as denúncias e fatos e deliberar sobre eles, encaminhando-os às unidades competentes para apuração ou comunicando a quem de direito sobre a não apuração. V. Acompanhar a apuração, visando à observância dos princípios e valores éticos da Corsan. VI. Analisar o resultado das apurações, propor medidas e procedimentos para deliberação da direção da empresa. VII. Avaliar e deliberar sobre qualquer violação e descumprimento do Código de Conduta Ética da Corsan. VIII. Instaurar de imediato, processo sobre fato ou ato que considerar passível de constituir infringência a princípio ou regra ético-profissional. IX. Desenvolver ações para divulgação, disseminação e atualização do Código de Conduta Ética da Corsan. X. Deliberar a respeito de denúncias anônimas, inclusive no que se refere à necessidade de identificação de sua origem.

* Ao Departamento de *Compliance* compete: I. Controlar e monitorar a atualização dos normativos internos, assegurando a respeitabilidade às regulamentações externas e internas e a efetiva divulgação de procedimentos, atribuições e responsabilidades, através de canais de comunicação adequados. II. Acompanhar, juntamente com a Suplag, a legislação dos órgãos reguladores, com o objetivo de que todos os itens requeridos sejam prontamente divulgados e atendidos nas áreas de aplicação, evitando penalidades.

5.4 - Programa de Integridade

III. Manter a atualização dos normativos da Companhia. IV. Certificar-se de que as linhas de negócios estejam em conformidade com as boas práticas comerciais da Administração Pública. V. Elaborar os relatórios relacionados às atividades de conformidade. VI. Revisar e manter atualizado o Manual de Organização da Corsan.

* O Comitê de Auditoria Estatutário, criado na esteira da Lei das Estatais, é responsável por: I. Opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente. II. Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Corsan. III. Supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Corsan. IV. Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das

Informações e medições divulgadas pela Corsan. V. Avaliar e monitorar exposições de risco da Corsan, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a: a. Remuneração da Administração. b. Utilização de ativos da Corsan. c. Gastos incorridos em nome da Corsan VI. Avaliar e monitorar, em conjunto com a Administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas. VII. Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre si e a Administração e/ou a auditoria independente em relação às demonstrações financeiras. VIII. Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Corsan.

* A elegibilidade dos membros da Administração será homologada pelo Comitê de Elegibilidade Estatutário, colegiado investido de competência para verificar a conformidade do processo de indicação e avaliação dos membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, e o propósito de auxiliar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul na verificação de habilitação dos indicados para tais funções, com base nos requisitos e vedações constantes na lei federal nº 13.303/2016 e no Estatuto Social da Corsan. §1º São componentes do Comitê de Elegibilidade Estatutário os seguintes empregados da Companhia: I. O superintendente Jurídico. II. O superintendente de Gestão Estratégica de Pessoas. III. O superintendente de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance. §2º São atribuições do Comitê de Elegibilidade Estatutário as seguintes: I. Opinar de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento de requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições. II. Verificar a conformidade no processo de avaliação dos administradores e de conselheiros fiscais. §3º O Comitê de Elegibilidade Estatutário deliberará por maioria de votos, com registro em ata, que deverá ser lavrada, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas. §4º O Comitê de Elegibilidade Estatutário deverá opinar, no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de recebimento do processo (elaborado nos termos detalhados no §5º), sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito. §5º O prazo aludido no

5.4 - Programa de Integridade

§4º aplica-se nos casos em que houverem sido observadas as tramitações preliminares ao recebimento – por parte do Comitê de Elegibilidade Estatutário – de despacho subscrito pelo titular da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (com o formulário padronizado (previsto em vigente normativa interna da Corsan), devidamente preenchido pelo candidato selecionado e acompanhado dos documentos comprobatórios), após abertura do respectivo processo administrativo para o qual constitui requisito a aprovação prévia indicações propostas pelo acionista majoritário junto à Secretaria da Casa Civil (ressalvados os casos de indicações de membros independentes realizadas pelos acionistas minoritários e pela Famurs, circunstâncias em que também deverá ser preenchido pelos proponentes o formulário padronizado e colacionados os documentos comprobatórios, para que parecer decorrente de análise do Comitê de Elegibilidade Estatutário e subsequente decisão da Procuradoria-Geral do Estado (nos termos do §6º), sendo imprescindível, em qualquer hipótese, a ciência da Secretaria da Casa Civil quanto ao resultado). §6º Após a manifestação do Comitê de Elegibilidade Estatutário, o processo administrativo deverá ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado, para decisão final acerca do preenchimento dos requisitos e da ausência de vedações. §7º Ocorrendo a aprovação da indicação nos aspectos analisados pela Procuradoria-Geral do Estado, o processo retornará à Corsan para realizar a eleição perante o órgão competente: I. Conselheiros fiscais ou de administração: pela Assembleia Geral de Acionistas. II. Diretores: pelo Conselho de Administração. §8º Nos casos em que houver a reprovação da indicação pela Procuradoria-Geral do Estado, o processo será encaminhado à Secretaria da Casa Civil, para que seja avaliada a substituição da indicação. §9º Na indicação do representante eleito dos empregados, também deverá ser preenchido o formulário padronizado e colacionados os documentos comprobatórios, com a análise do Comitê de Elegibilidade Estatutário da Corsan e da Comissão Eleitoral (esta, instituída conforme norma própria elaborada de acordo com a legislação aplicável), e subsequente decisão da Procuradoria-Geral do Estado, sendo imprescindível, em qualquer hipótese, a ciência da Secretaria da Casa Civil quanto ao resultado.

* A Auditoria Interna é uma unidade de caráter executivo e de assessoramento, vinculada organizacionalmente ao Conselho de Administração, cujos objetivos e atribuições são: I. Planejar e realizar, de forma contínua, sistemática e periódica, as atividades de auditoria interna dos atos de gestão das diretorias da Companhia e suas unidades organizacionais. II. Auditar a existência, o cumprimento, a eficácia e a suficiência das políticas, normas, planos e procedimentos vigentes, com base na análise de riscos. III. Auditar os riscos estratégicos e de negócio da organização. IV. Atender às disposições, atribuições e determinações estabelecidas pelo diretor-presidente e pelo Conselho de Administração. V. Elaborar o Plano Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Auditoria, a ser encaminhado ao diretor-presidente e ao Conselho de Administração. VI. Subsidiar, periodicamente, os Conselhos de Administração e Fiscal e o diretor-presidente com análises e recomendações acerca das atividades examinadas, ajudando no aprimoramento e na correção de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. VII. Auditar a Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, de que a Companhia é patrocinadora. VIII. Assessorar e coordenar trabalhos multissetoriais que envolvam a análise de temas afetos ao patrocínio dos planos de benefícios da Fundação Corsan,

5.4 - Programa de Integridade

podendo contar com apoio de empresa técnica especializada. IX. Atender e acompanhar os órgãos de fiscalização, assessorando às suas solicitações nas auditorias in loco ou por sistemas de informação, em especial ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), e auditorias independentes. X. Estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de denúncias e informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Corsan, além de regulamentos e normas internas, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. XI. Supervisionar o funcionamento do canal de denúncias e criar mecanismos de recebimento de reclamações e denúncias. XII. Prestar serviços de avaliação e consultoria com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da Companhia. XIII. Assessorar a Administração da Companhia no trabalho de prevenção de fraudes e erros. XIV. Promover a inspeção ordinária do cumprimento das diretrizes pertinentes ao controle das jornadas de trabalho, nos termos de Resolução vigente acerca de tal fim. XV. Subsidiar o diretor-presidente, nos casos de consultas de órgãos de auditoria e controle federais ou estaduais (excetuadas situações previstas neste Regimento ou em resolução), como a Vigilância Sanitária (especificamente, em casos de fiscalização e notificações decorrentes das mesmas), o Ministério Público de Contas, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, a Controladoria Geral da União, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. XVI. Auditar, supervisionar e monitorar a qualidade, a integridade, o cumprimento e a eficácia dos mecanismos de controles internos, gestão de riscos e compliance e suas respectivas políticas institucionais, recomendando melhorias nas políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias, manifestando-se ao Conselho de Administração. XVII. Utilizar o Plano Anual de Gestão de Riscos Corporativos como subsídio ao Plano Anual de Auditoria Interna. XVIII. Prestar apoio ao Conselho Fiscal, quando solicitado. XIX. Recomendar, à Diretoria, a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. XX. Outras atividades específicas e correlatas de serviços de auditoria. §3º Ao auditor-chefe da Corsan, compete coordenar a Comissão Eleitoral instituída, quando aplicável, para fins de escolha do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

· se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Sim

· se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Em atendimento ao art. 17 §4º da Lei 13.303/2016 foi oferecido aos administradores treinamento que envolveu, dentre outros assuntos, àqueles relacionados à ética e integridade. Este treinamento abordou de forma geral o assunto, porém, não especificou o

5.4 - Programa de Integridade

código de ética da organização. Para o ano de 2019 está prevista a disseminação deste instrumento para todas as partes envolvidas.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

As sanções estão dispostas no Regulamento Disciplinar da Corsan.

· órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Código de Conduta Ética Profissional da Corsan, aprovado pelo Conselho de Administração em 25.02.2016. Pode ser consultado: <http://www.corsan.com.br/governanca-corporativa>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

· se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Atualmente a CORSAN possui dois canais de denúncia internos, por meio do Call Center e pelo site (fale conosco); e um externo, que é o canal de denúncias do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

· se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Ambos os canais estão abertos para o recebimento de denúncias de empregados, sendo que o Canal do Governo do Estado disponibiliza tratamento de denúncias contra empregados, atendendo ao disposto na legislação estadual.

· se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Os canais de denúncia garantem o anonimato, porém somente o Canal do Governo do Estado garante proteção ao denunciante de boa-fé

· órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não

5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Todas as regras apresentadas nas questões acima estão em vigor, porém, o Procedimento Administrativo de Responsabilização – PAR, em que pese esteja elaborado, ainda está em fase de aprovação pela Administração.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos”

Não houve alteração significativa nos principais riscos a que o emissor está exposto.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	21/12/1965
Forma de Constituição do Emissor	Empresa de Economia Mista - Sociedade Anônima.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	19/12/1997

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico do emissor

Os primeiros sistemas públicos de abastecimento de água do Rio Grande do Sul surgiram na segunda metade do século XIX. É a fase precursora do saneamento, iniciando-se por Porto Alegre (1864), Rio Grande (1877) e Pelotas (1913). Nova etapa seria marcada com a entrada do Estado no equacionamento dos problemas sanitários por meio da criação, em 1917, da Comissão de Saneamento vinculada à Secretaria das Obras Públicas. A sua finalidade era orientar, coordenar e fiscalizar a implantação de sistemas de água e esgotos pelos municípios. Destaca-se a contratação de diversos projetos junto ao sanitarista Saturnino de Brito, que realizou os estudos para o abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários de Dom Pedrito, Santa Maria, Uruguaiana, Alegrete, Itaquí, Jaguarão, Cachoeira do Sul e São Leopoldo.

Em 1936, a antiga Comissão de Saneamento foi transformada em Diretoria de Saneamento e Urbanismo da Secretaria das Obras Públicas. Pela primeira vez, as prefeituras, por meio de convênios, concediam ao órgão estadual a responsabilidade direta pela ampliação dos sistemas existentes ou a implantação do serviço. Como consequência, teve início o planejamento do saneamento em nível estadual com a determinação de prioridades, resolvendo, desta forma, muitos problemas críticos de falta de água.

A Companhia Riograndense de Saneamento foi criada em 21 de dezembro de 1965 e oficialmente instalada em 28 de março de 1966, sendo esta a data oficial de sua fundação. O desafio de proporcionar ao Rio Grande do Sul e sua população melhor qualidade de vida foi enfrentado pela empresa que surgia. E a imagem do aguadeiro, que precariamente abastecia as populações no início do século, ficou definitivamente na história.

Atualmente a Corsan abastece mais de 7 milhões de gaúchos, o que corresponde a dois terços da população do Estado.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 296 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 295 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de março de 2019, há 11 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa. A Administração prevê que os contratos em andamento, resultarão em novos contratos ou prorrogações (termos aditivos de prorrogação de prazo), afastando o risco da descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve pedido de falência.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo, a juízo da Diretoria, instalar sucursais, filiais, agências e outros serviços, onde convier.

Poderá constituir subsidiária, conforme autorização legislativa, para atuação municipal ou regional ou, ainda, participar de sociedades de economia mista, constituídas por ente da Federação, para realizar seu objeto social, mediante autorização prévia do Conselho de Administração.

O objeto social da CORSAN, é o de realizar estudos, projetos, construção e operação de serviços de saneamento básico, comercializar esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrem de seus empreendimentos, em todo o território nacional, respeitada a autonomia municipal, quando for o caso.

a) realizar o projeto, a construção, a operação, a ampliação de instalações e a exploração mercantil, concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais, seus produtos, e a drenagem e manejo de águas pluviais.

b) poderá prestar serviços de consultoria e assistência técnica nas áreas de sua atuação, inclusive estudos, pesquisas, desenvolvimento de projetos e comercialização dos mesmos.

c) realizar pesquisas e projetos, operação, manutenção e comercialização de energia elétrica, para si ou para terceiros e, ainda, de outros serviços e produtos afins e correlatos permitidos em lei, inclusive, de recursos hidrominerais ou que derivem do uso de seus ativos produtivos e créditos de carbono.

Com a finalidade de realizar seu objeto social, a CORSAN poderá participar de convênios, parcerias, sociedades, consórcios nacionais ou internacionais, nos termos da legislação específica vigente e, mediante autorização do Poder Executivo, acionista majoritário da Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a) interesse público que justificou sua criação:

Criada na década de 1960 com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida da população, a Corsan tem como norte preservar os recursos hídricos para assegurar o fornecimento de água potável às comunidades, seja para consumo humano, seja para atividade econômica. A vocação para cuidar da água do início ao fim de seu ciclo sintetiza a atividade fim da Companhia: prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para residências, empresas e órgãos públicos.

b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”;

No que tange aos programas governamentais, a Corsan está inserida no Plano Plurianual do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para o quadriênio 2016-2019 - PPA 2016-2019 (Plano Plurianual do Estado), com metas estabelecidas no Eixo de Infraestrutura e Ambiente, com 11 produtos agrupados em 03 ações:

Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas			
			2016	2017	2018	2019
Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	Capacidade instalada de tratamento de água ampliada	m ³	79.786.080	28.382.400	2.207.520	54.557.280
	Volume de reservação ampliado	m ³	12.660	1.000	5.100	5.770
	Economias atendidas	Unidade	52.794	53.850	54.927	56.026
	Redes de água assentadas/substituídas (metros)	metros	498.447	498.986	501.166	493.609
	Índice de Perda de Faturamento	%	41,67%	40,69%	39,71%	38,73%
Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário	Volume de esgoto tratado ampliado	m ³	11.198.106	18.892.892	20.986.034	23.377.219
	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m ³	2.522.880	6.004.454	6.937.920	41.859.940
	Economias disponibilizadas com SES	Unidade	58.873	117.745	117.745	58.873
	Redes de esgoto assentadas	metros	416.706	833.412	833.412	416.706
Promoção de Medidas Institucionais	Hidrômetro Instalado/Substituído	Unidade	383.323	383.323	383.323	383.325
	Índice de Satisfação do Cliente	nota		8		8

Além disso, o PPA é monitorado através de quatro indicadores, cujas metas foram projetadas até o final do período, conforme segue:

Indicador	Meta 2019
Nível de Universalização de Água - NUA	99,18%
Nível de Universalização de Esgoto Conectados - NUE-C	25,69%
Nível de Universalização de Esgoto Disponibilizado - NUE-D	32,11%
Índice Regularidade Contratos	100,00%

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições;

O programa de investimentos da Corsan destina-se a melhorar e expandir seus sistemas e aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto.

Os investimentos realizados no período de 2016 a 2018 em água, esgoto e desenvolvimento, entre recursos próprios e financiados (CEF e BNDES), foram:

PROGRAMAS	2018	2017	2016
Abastecimento de Água	100.246	143.529	134.595
Esgotamento Sanitário	203.403	170.882	154.390
Desenvolvimento	60.476	40.917	29.938
Total	364.125	355.328	318.922

em milhares

Os investimentos para o próximo quadriênio com suas respectivas fontes de financiamento já contratadas, estão evidenciados no quadro abaixo:

Agente Financeiro	2019	2020	2021	2022
BNDES	73.846	80.838	79.575	71.686
CEF	56.514	90.184	126.459	119.329
OGU	52.382	68.256	65.199	87.897
FOCEM	3.600	3.469	1.184	-
CAF	10.000	10.000	10.512	6.000
Fundo de Gestão Compartilhada	22.559	21.496	14.831	9.244
Sitel	673	-	-	-
OGU FUNASA	30.180	30.480	16.960	2.290
PRÓPRIOS	193.587	120.823	37.680	3.447
Total	443.340	425.546	352.399	299.893

em milhares

Os pleitos, cujo recursos estão com captação em andamento são:

- PROSASUL BID: Programa de Melhoramento dos Serviços de Saneamento do Rio Grande do Sul: o objetivo principal do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, mantendo a cobertura dos serviços de abastecimento de água, preservando o meio ambiente, aumentando a segurança hídrica e assegurando o fortalecimento da gestão operacional e institucional da Corsan.
- Avançar Cidades: Programa Avançar Cidades - Saneamento para Todos: recursos federais (FAT/FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como controle de perdas de água, em diversos municípios.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

- FINEM BNDES: Financiamento Empresa: recursos do FAT, contratados para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, telemetria e renovação do parque de hidrômetros.
- **estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.**

Considerando as políticas públicas no que se referem à universalização dos serviços, as metas de investimento para a expansão do sistema de esgotamento, atender a Lei 11.445/07 que prevê a eficiência e a sustentabilidade econômico-financeira dos prestadores de serviços, e também atender a instrução CVM nº 371/02 fundamentando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, para os próximos 10 anos, a Corsan alinhada ao seu Planejamento Estratégico, realiza periodicamente, o seu planejamento econômico-financeiro de curto e longo prazo.

O planejamento econômico-financeiro estabelece as diretrizes e metas a serem alcançadas em um determinado período, de forma a possibilitar não apenas uma análise mais consistente quanto às decisões de financiamento e investimento de capital, mas a visualização de situações adversas e a oportunidade de adoção de medidas corretivas, tão logo sejam necessárias. Não obstante, pode-se admitir a sua importância como uma ferramenta imprescindível ao desenvolvimento da organização, principalmente no tocante à tomada de decisão garantindo a sustentabilidade econômico-financeira da empresa.

c) processo de formação de preços aplicáveis à fixação de tarifas

De acordo com a Lei do Saneamento, os usuários têm o direito de pagar uma tarifa justa e de receber o serviço nos níveis de qualidade estabelecidos na legislação aplicável e no contrato de concessão ou de programa. Por outro lado, o prestador do serviço que atua com eficiência e prudência tem o direito de obter uma receita que cubra os custos operacionais eficientes, que propicie uma remuneração adequada sobre o capital prudentemente investido e que possa fazer frente às características do negócio regulado e aos riscos assumidos na condução desse negócio. Com base nessas premissas, desde 2008 a CORSAN elabora estudos para a definição dos reajustes e revisão tarifária, necessários para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços e a realização de investimentos, observando sempre a modicidade tarifária.

A CORSAN realizou a primeira revisão tarifária em 2009 e a segunda no ano de 2014. A próxima revisão ocorrerá no ano de 2019, sendo que, no intervalo entre as revisões, têm sido aplicados os devidos reajustes tarifários.

Desde 2011 o reajuste da tarifa baseia-se no Índice de Reajuste Tarifário - IRT, cuja metodologia de cálculo consta da Nota Técnica 001/2015 emitida pela AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul. As demais agências reguladoras não estabeleceram, até o momento, metodologias e regramentos sobre os processos de revisão e reajuste de tarifas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Os pedidos de revisões e reajustes de tarifas, acompanhados de todos os elementos e informações necessários, são encaminhados com antecedência pela CORSAN às Agências Reguladoras, as quais procedem à avaliação e aprovação ou denegação, integral ou parcial.

Desde a primeira revisão tarifária, a CORSAN toma por base os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei do Saneamento, adotando uma metodologia que abrange:

- Cálculo da receita unitária média requerida para cobrir os custos envolvidos no serviço, compostos basicamente de despesas de exploração, depreciações, provisões, amortizações e remuneração adequada da Base de Ativos Regulatória - BAR;
- Cálculo da receita unitária média verificada;
- Cálculo do reajuste necessário para alinhar a tarifa unitária média verificada à tarifa unitária média requerida, visando à cobertura dos custos.

Dessa forma, a metodologia aplicada para a determinação do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, no âmbito de atuação da CORSAN, está alicerçada na Composição da Estrutura de Custos da Companhia, resultante do último Processo de Revisão Tarifária.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que o capital de giro com valor negativo apresentado em 2018 refere-se, principalmente, ao financiamento de parte da expansão dos seus ativos com recursos de curto prazo originários de sua operação.

(Valores expressos em milhares de reais)			
	2018	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	637.436	602.429	564.378
PASSIVO CIRCULANTE	753.818	754.557	691.031
CAPITAL DE GIRO	(116.382)	(152.128)	(126.653)

A tabela a seguir indica os montantes de caixa, disponibilidades e aplicações financeiras, endividamento oneroso de curto e longo prazo e estrutura de capital da CORSAN.

	2018	2017	2016
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	136.634	143.494	99.169
Total Endividamento Oneroso de Curto Prazo	110.846	115.655	97.910
Empréstimos e Financiamentos	65.811	56.793	53.164
Debêntures	9.232	9.146	9.089
Parcelamento de Impostos e Contribuições	14.471	13.260	0
Dívidas com Fundação CORSAN	21.332	36.456	35.657
Total da Dívida por Espécie de Moeda	110.846	115.655	97.910
Total Dólar	14.763	12.878	12.921
Total Real	96.083	102.777	84.989
Total Endividamento Oneroso de Longo Prazo	621.514	511.217	502.948
Empréstimos e Financiamentos	545.261	386.995	402.527
Debêntures	13.924	22.644	31.092
Parcelamento de Impostos e Contribuições	43.415	53.039	0
Dívidas com Fundação CORSAN	18.914	48.539	69.329
Total da Dívida por Espécie de Moeda	621.514	511.217	502.948
Total Dólar	14.139	24.140	35.674
Total Real	607.375	487.077	467.274
Patrimônio Líquido	2.142.477	2.014.000	1.908.907
Capital Social	1.635.145	939.148	939.148
Reserva de Capital	17.148	17.148	17.148
Reservas de Lucros	499.554	1.035.607	785.418
Outros Resultados Abrangentes	-56.553	-9.814	147.863
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	47.183	31.911	19.330

em milhares

O endividamento oneroso de curto e longo prazo é apresentado pelo somatório dos respectivos principais, juros e encargos.

O passivo oneroso corresponde a 34,18%, 31,13% e 31,48% do patrimônio líquido em 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A composição do passivo oneroso total é evidenciada na tabela abaixo:

Composição do Passivo Oneroso Total	Total		
	2018	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	83,44%	70,79%	75,84%
Debêntures	3,16%	5,07%	6,69%
Parcelamento de Impostos e Contribuições	7,90%	10,58%	0,00%
Dívidas com Fundação CORSAN	5,50%	13,56%	17,47%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%

Em relação ao passivo oneroso total, a parte relativa à dívida de longo prazo representava 84,86%, 81,55% e 83,70% em 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

Composição do Passivo Oneroso de Longo Prazo	Total		
	2018	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	74,45%	61,73%	66,99%
Debêntures	1,90%	3,61%	5,17%
Parcelamento de Impostos e Contribuições	5,93%	8,46%	0,00%
Dívidas com Fundação CORSAN	2,58%	7,74%	11,54%
Total Geral	84,86%	81,55%	83,70%

b) estrutura de capital

A Diretoria entende que, não obstante o capital de giro apresente valor negativo, a estrutura de capital da empresa, na relação entre capital próprio e exigibilidades, ainda está adequada às atividades desenvolvidas pela CORSAN e ao setor onde atua.

Entende ainda que a atual estrutura de capitais, medida pela dívida líquida em relação ao capital total (próprio e terceiros), apresenta níveis de alavancagem de 27,81%, considerando que 84,86% do endividamento estão concentrados no longo prazo.

O Patrimônio Líquido da empresa em 31/12/2017 era de R\$ 2,01 bilhões e em 31/12/2018 passou para R\$ 2,14 bilhões. Tal acréscimo se deve, ao aumento do capital social no montante de R\$ 695,9 milhões, o qual provém da conta de Reserva de Retenção de Lucros destinado para aumento de capital, em atendimento ao art. 199 da Lei nº 6404/76. Já na conta Reserva de Lucros, além da transferência mencionada anteriormente, houve a constituição de reservas no montante de R\$ 159,9 milhões. Também contribuiu positivamente, para o aumento do patrimônio líquido a variação positiva do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor R\$ 15,3 milhões. Já a conta Outros Resultados Abrangentes afetou negativamente, diminuindo R\$ 46,7 milhões, sendo que esse valor deriva principalmente do aumento de R\$ 45,1 milhões nas perdas atuariais.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores, com base na análise de indicadores de desempenho e na geração operacional de caixa, entendem que a CORSAN tem plenas condições de honrar com suas obrigações de curto e médio prazo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo mostra a evolução da relação entre a dívida líquida e o EBITDA, dos três últimos exercícios sociais:

	2018	2017	2016
Total da Dívida	732.360	626.872	600.858
Disponibilidades	136.634	143.494	99.169
Dívida Líquida	595.726	483.378	501.689
EBITDA	472.579	583.757	316.130
Índice Dívida Total / EBITDA	1,55	1,07	1,90
Índice Dívida Líquida / EBITDA	1,26	0,83	1,59

em milhares

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos não circulantes utilizadas

As fontes utilizadas em 2018 para expansão dos ativos estão subdivididas em fontes com recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. Os recursos reembolsáveis têm como origem o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (agente financeiro CAIXA) e o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (agente financeiro BNDES). Os recursos não reembolsáveis têm como fonte o OGU - Orçamento Geral da União e o FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL. Os recursos do FGTS, FAT e OGU foram disponibilizados pelo Governo Federal através do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e Avançar Cidades.

Já as fontes para as necessidades operacionais e para o serviço da dívida são advindas dos recursos de caixa gerados pela operação da companhia.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A companhia pode acessar os mercados financeiros e de capitais do Brasil para atender suas eventuais necessidades de liquidez, principalmente por meio de refinanciamento de suas dívidas. Os instrumentos disponíveis são empréstimos internos e emissão de debêntures, no mercado interno.

No exercício de 2018, a Companhia contratou junto ao BNDES uma operação de capital de giro no montante de R\$ 100 milhões.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Os principais indicadores de estrutura de capitais, no período 2016 a 2018, analisados, uma evolução positiva, conforme evidenciado a seguir.

Indicadores de Estrutura de Capital						
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unid.	Sentido	2018	2017	2016
Participação de Capitais de Terceiros Sobre Capitais Próprios	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	índice	↑	1,44	1,38	1,24
Participação de Capitais de Terceiros Sobre Recursos Totais	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	índice	↑	0,59	0,58	0,55
Participação de Dívidas de Curto Prazo Sobre o Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	índice	↓	0,25	0,27	0,29
Participação de Dívidas de Curto Prazo Sobre o Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	índice	↓	0,35	0,37	0,36
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	índice	↓	0,70	0,73	0,81

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Cabe salientar que o setor de saneamento recebeu tratamento especial com relação à oferta de linhas de crédito, obtendo taxas subsidiadas, devido principalmente à sua importância social. Assim, considerando as taxas de juros percebidas pela Corsan, o custo de capital de terceiros tende a ser consideravelmente menor que o custo de capital próprio. Dessa forma, um aumento na participação de capital de terceiros é vantajoso para a companhia, visto que representa uma parcela pequena do capital total.

Parcelamento de Impostos e contribuições:

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Curto Prazo			Longo Prazo		
			2018	2017	2016	2018	2017	2016
COFINS	Selic	abr-22	7.137	6.540	-	21.414	26.161	-
PASEP	Selic	abr-22	1.550	1.420	-	4.649	5.680	-
Contribuição Social	Selic	abr-22	741	679	-	2.223	2.716	-
Imposto de Renda	Selic	abr-22	5.043	4.621	-	15.129	18.482	-
Total			14.471	13.260	-	43.415	53.039	-

Dívida Consolidada com Fundação CORSAN:

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Curto Prazo			Longo Prazo		
				2018	2017	2016	2018	2017	2016
Contrato 1298	INPC	6% a.a.	31/03/18	-	1.259	3.720	-	-	754
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a.	21/12/20	21.194	19.861	19.434	18.914	34.937	50.075
Contrato 122005	(*)		01/09/19	138	15.336	12.503	-	13.602	18.500
Total				21.332	36.456	35.657	18.914	48.539	69.329

*atualizado anualmente por cálculo atuarial

Contratos de empréstimos e financiamentos:

Instituição	Indexador	Encargos Financeiros*	Último vencimento	Curto Prazo			Longo Prazo		
				2018	2017	2016	2018	2017	2016
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP/IPCA/SELIC	8,70%	15/07/29	38.944	34.982	30.968	321.673	173.493	187.070
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US Dólar	20,66%	26/07/20	14.763	12.878	12.921	14.139	24.140	35.674
Caixa Econômica Federal				9.977	6.844	7.047	189.778	168.169	157.256
Caixa Econômica Federal	UPR	8,34%	15/07/38	9.977	6.844	7.047	189.778	168.169	156.459
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,07%	31/03/17	-	-	-	-	-	797
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	8,99%	06/05/30	144	146	146	784	838	882
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	8,62%	04/08/30	1.637	1.594	1.733	16.384	17.552	18.560
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	9,31%	05/04/28	346	349	349	2.503	2.803	3.085
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	8,20%	16/05/22	2.099	2.108	2.116	2.823	5.129	7.366
Debêntures 2ª Emissão	IPCA	7,91%	25/04/23	4.172	4.085	4.042	7.910	11.422	14.805
Debêntures 3ª Emissão	TJLP	8,20%	15/01/24	2.961	2.953	2.931	3.191	6.093	8.921
Total				75.043	65.939	62.253	559.185	409.639	433.619

*Taxa de juros efetiva, incluindo taxas de administração, risco e variações monetárias embutidas.

O grau de subordinação entre as dívidas obedecem aos preceitos estabelecidos na legislação vigente.

Os contratos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas. De acordo com cláusula contratual a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Covenants para os contratos de financiamento:

Índices contrato 08.2.0251.1 e 09.2.0953.1 BNDES	Metas	Realizado 2018	Garantia
Dívida líquida / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,0	1,42	
Cobertura do serviço da dívida (Investimentos - aportes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 18%	2,14 14%	R\$6.323
Índices contrato 14.2.0430.1 BNDES	Metas	Realizado 2018	Garantia
Dívida líquida / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	1,42	
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	2,14	R\$252
Índices contrato 11.2.0801.1 BNDES	Metas	Realizado 2018	Garantia
Endividamento líquido total / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	1,42	
Índice de cobertura do serviço da dívida total (Investimentos - ajustes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 26%	2,14 14%	R\$1.407
Índices contrato 12.2.0524.1 BNDES	Metas	Realizado 2018	Garantia
Dívida Líquida total / EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	1,42	
Índice de cobertura do serviço da dívida total Margem / EBTIDA	Igual ou superior a 1,9 Igual ou superior a 20%	2,14 19%	R\$5.291
Índices contrato 18.2.0259.1 BNDES	Metas	Realizado 2018	Garantia
Dívida líquida + outras dívidas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 4,0	3,51	
Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)	Igual ou superior a 1,5	2,14	sem garantia

Covenants para os contratos de debêntures:

Índices	Metas	Realizado 2018	Garantia
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	1,42	
Índice de cobertura do serviço da dívida total Investimentos/receita líquida	Igual ou superior a 1,9 Igual ou inferior a 26%	2,14 15%	R\$3.406

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os financiamentos contratados são, em sua maioria, provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), divididos em recursos não onerosos e onerosos. Os valores constantes na tabela infra não incluem os valores de contrapartidas da CORSAN.

Financiamentos Contratados e Realizados			
Tipo de Recurso	Financiado	Realizado	% Utilizado
Oneroso*	1.858.226	717.319	38,60%
Não Oneroso**	958.189	324.464	33,86%
Total	2.816.415	1.041.782	36,99%

* Fontes: FGTS (CAIXA) e FAT (BNDES)

** Fonte: OGU (CAIXA) e FUNASA

em milhares

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com o Exercício de 2017 e 2016:

(Valores expressos em milhares de reais)									
ATIVO	Nota Explicativa	2018	AV	2017	AV	AH	2016	AV	AH
CIRCULANTE		637.436	12,22%	602.429	12,59%	5,81%	564.378	13,21%	6,74%
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.164	1,27%	79.703	1,67%	-16,99%	43.669	1,02%	82,52%
Contas a receber de clientes	6	342.051	6,56%	326.980	6,83%	4,61%	299.631	7,01%	9,13%
Estoques	7	82.261	1,58%	76.457	1,60%	7,59%	95.115	2,23%	-19,62%
Impostos a recuperar	8.c	9.775	0,19%	2.646	0,06%	269,44%	10.263	0,24%	-74,22%
Depósitos Judiciais	20	129.338	2,48%	109.135	2,28%	18,51%	108.686	2,54%	0,41%
Outros créditos	9	7.847	0,15%	7.508	0,16%	4,51%	7.014	0,16%	7,04%
NÃO CIRCULANTE		4.579.828	87,78%	4.183.301	87,41%	9,48%	3.706.916	86,79%	12,85%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.255.532	24,06%	1.234.608	25,80%	1,69%	987.795	23,13%	24,99%
Contas a receber de clientes	6	7.285	0,14%	3.409	0,07%	113,70%	4.499	0,11%	-24,23%
Aplicações financeiras	5	63.555	1,22%	59.968	1,25%	5,98%	55.343	1,30%	8,36%
Aplicações no caixa único do Estado	23.a	6.915	0,13%	3.823	0,08%	80,88%	157	0,00%	2335,03%
Depósitos em garantia	15	3.410	0,07%	3.341	0,07%	2,08%	3.109	0,07%	7,46%
Créditos fiscais diferidos	8.a	454.428	8,71%	403.498	8,43%	12,62%	284.409	6,66%	41,87%
Depósitos judiciais	20	259.420	4,97%	218.494	4,57%	18,73%	163.556	3,83%	33,59%
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	365.781	7,01%	458.612	9,58%	-20,24%	402.336	9,42%	13,99%
Indenização por desapropriação		87.877	1,68%	76.605	1,60%	14,72%	67.505	1,58%	13,48%
Outros créditos	9	6.861	0,13%	6.858	0,14%	0,05%	6.881	0,16%	-0,33%
INVESTIMENTOS		923	0,02%	923	0,02%	-0,01%	923	0,02%	0,00%
IMOBILIZADO	11	121.625	2,33%	104.196	2,18%	16,73%	92.400	2,16%	12,77%
INTANGÍVEL	12	3.201.748	61,37%	2.843.574	59,42%	12,60%	2.625.798	61,48%	8,29%
TOTAL ATIVO		5.217.264	100,00%	4.785.730	100,00%	9,02%	4.271.294	100,00%	12,04%

(Valores expressos em milhares de reais)									
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2018	AV	2017	AV	AH	2016	AV	AH
CIRCULANTE		753.818	14,45%	754.557	15,77%	-0,10%	691.031	16,18%	9,19%
Empréstimos e financiamentos	14	65.811	1,26%	56.793	1,19%	15,88%	53.164	1,24%	6,83%
Debêntures	15	9.232	0,18%	9.146	0,19%	0,94%	9.089	0,21%	0,63%
Fornecedores	16	113.736	2,18%	118.284	2,47%	-3,84%	126.344	2,96%	-6,38%
Impostos e contribuições		53.321	1,02%	49.184	1,03%	8,41%	82.170	1,92%	-40,14%
Impostos e contribuições - parcelamentos	17	14.471	0,28%	13.260	0,28%	9,13%	-	0,00%	0,00%
Dívidas com Fundação CORSAN	23.i	21.332	0,41%	36.456	0,76%	-41,49%	35.657	0,83%	2,24%
Ordenados, férias e encargos a pagar		72.593	1,39%	69.888	1,46%	3,87%	67.589	1,58%	3,40%
Provisões para riscos trabalhistas	20	144.596	2,77%	117.882	2,46%	22,66%	104.310	2,44%	13,01%
Participação nos resultados		25.727	0,49%	31.051	0,65%	-17,15%	31.994	0,75%	-2,95%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.a	222.613	4,27%	241.196	5,04%	-7,70%	169.362	3,97%	42,41%
Outros débitos	18	10.386	0,20%	11.417	0,24%	-9,03%	11.352	0,27%	0,57%
NÃO CIRCULANTE		2.320.969	44,49%	2.017.173	42,15%	15,06%	1.671.356	39,13%	20,69%
Empréstimos e financiamentos	14	545.261	10,45%	386.995	8,09%	40,90%	402.527	9,42%	-3,86%
Debêntures	15	13.924	0,27%	22.644	0,47%	-38,51%	31.092	0,73%	-27,17%
Fornecedores LP	16	-	0,00%	136	0,00%	-100,00%	-	0,00%	0,00%
Impostos e contribuições - parcelamentos LP	17	43.415	0,83%	53.039	1,11%	-18,15%	-	0,00%	0,00%
Dívidas com Fundação CORSAN	23.i	18.914	0,36%	48.539	1,01%	-61,03%	69.329	1,62%	-29,99%
Contratos de repasse	19	21.331	0,41%	9.232	0,19%	131,06%	9.232	0,22%	0,00%
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	687.753	13,18%	560.216	11,71%	22,77%	445.574	10,43%	25,73%
Provisão para benefício pós-emprego	21	982.864	18,84%	928.411	19,40%	5,87%	700.506	16,40%	32,53%
Débitos fiscais diferidos	8.b	7.507	0,14%	7.961	0,17%	-5,70%	13.096	0,31%	-39,21%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.095.294	40,16%	1.982.089	41,42%	5,71%	1.889.577	44,24%	4,90%
Capital social	22.a	1.635.145	31,34%	939.148	19,62%	74,11%	939.148	21,99%	0,00%
Reservas de capital		17.148	0,33%	17.148	0,36%	0,00%	17.148	0,40%	0,00%
Reservas de lucros	22.e	499.554	9,58%	1.035.607	21,64%	-51,76%	785.418	18,39%	31,85%
Outros resultados abrangentes	22.c	(56.553)	-1,08%	(9.814)	-0,21%	476,25%	147.863	3,46%	-106,64%
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.f	47.183	0,90%	31.911	0,67%	47,86%	19.330	0,45%	65,09%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		2.142.477	41,07%	2.014.000	42,08%	6,38%	1.908.907	44,69%	5,51%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.217.264	100,00%	4.785.730	100,00%	9,02%	4.271.294	100,00%	12,04%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu no último ano R\$ 35 milhões, ou seja, 5,81 %, passando de R\$ 602,4 milhões para R\$ 637,4 milhões entre os anos de 2017 e 2018. Destaca-se dentro do ativo circulante o aumento nas contas a Receber de Clientes (4,61%) e Depósitos Judiciais (18,51%). A representatividade do grupo no ativo total foi de 13,21% em 31/12/2016, 12,59% em 31/12/2017 e passou a ser 12,22% em 31/12/2018.

Ativo Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo prazo em 2018 é de R\$ 1,26 bilhão, aumentando 1,69% em relação a 2017 que foi de R\$ 1,23 bilhão. Em 2016 seu montante foi de R\$ 987,8 milhões. Destacam-se as movimentações observadas nas contas: Depósitos Judiciais cujo montante em 2018 é de R\$ 259,4 milhões frente a R\$ 218,5 milhões registrados em 2017 e em 2016 R\$ 163,5 milhões; Créditos Fiscais Diferidos passou de R\$ 403,5 milhões em 2017 para R\$ 454,4 milhões em 2018, o que representa um aumento de 12,62%; e Ativos financeiros - contratos de concessão que diminuiu 20,24%, passando de R\$ 458,6 milhões em 2017 para R\$ 365,8 milhões em 2018, no ano de 2016 registrou o montante de R\$ 402,3 milhões. Em relação ao ativo total o grupo que representava 23,13% em 2016, 25,80% em 2017, passou a representar 24,06% em 2018.

Intangível

O ativo intangível cresceu em 2018 R\$ 358,2 milhões, ou seja, 12,6% em relação a 2017 atingindo o valor de R\$ 3,2 bilhões. Esta rubrica já havia apresentado crescimento de 8,29% quando se compara 2017 em relação a 2016.

Em relação ao ativo total o grupo representava 61,48% em 2016, 59,42% em 2017, passou a representar 61,37% em 2017.

Passivo

Passivo Circulante

O passivo circulante decresceu R\$ 739 mil, ou seja, 0,1% em 2018 enquanto que havia crescido R\$ 63,5 milhões, ou seja, 9,19% em 2017. Dentro do circulante destacam-se as movimentações observadas nas contas: Dívidas com Fundação CORSAN que reduziu 41,49% em 2018 passando de R\$ 36,5 milhões em 2017 para R\$ 21,3 milhões em 2018; a conta Provisões para Riscos Trabalhistas aumentou 22,66%, passando de R\$ 117,9 milhões em 2017 para R\$ 144,9 em 2018, no ano de 2016 o saldo foi de R\$ 104,3 milhões; a conta Empréstimos e financiamentos passou de R\$ 56,8 milhões em 2017 para R\$ 65,8 milhões em 2018, variando 15,88%; Por fim, destaca-se o decréscimo de 7,70% na conta Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio que era R\$ 241,2 milhões em 2017 e passou para R\$ 222,6 milhões em 2018.

O grupo que representava, em relação ao passivo total, 16,18% em 2016, 15,77% em 2017, passou a representar 14,45% em 2018.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante teve um aumento de 15,06% em 2018, passando de R\$ 2,0 bilhões em 2017 para R\$ 2,3 bilhões em 2018 e em 2016 seu valor era de R\$ 1,7 bilhões. Este aumento pode ser observado em algumas contas do grupo, tais como: Empréstimos e financiamentos que aumentou de R\$ 386,9 milhões em 2017 para R\$ 545,3 milhões em 2018, o que implica em um aumento de 40,90%; Provisão para Benefício Pós-emprego aumentou 5,87%, passando de R\$ 928,4 milhões em 2017 para R\$ 982,9 milhões em 2018; Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas passou de R\$ 445,6 milhões em 2016 para R\$ 560,2 milhões em 2017 e no ano de 2018 o montante registrado é de R\$ 687,7 milhões. Já as contas de Dívidas com Fundação CORSAN, Debêntures e Débitos Fiscais Diferidos, sofreram um decréscimo na ordem de 61,03%, 38,51% e 5,70%, respectivamente, quando comparado o ano de 2018 em relação a 2017.

Em termos percentuais do passivo total o grupo que representava 39,13% em 31/12/2016, 42,15% em 31/12/2017, passou a representar 44,49% em 31/12/2018.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da CORSAN aumentou em R\$ 128,5 milhões, ou seja, 6,38% no ano de 2018, passando de R\$ 2,0 bilhões em 2017 para R\$ 2,1 bilhões. Em 2016, seu montante era de R\$ 1,9 bilhão.

A representação do grupo no passivo total era de 44,69% em 31/12/2016, 42,08% em 31/12/2017 e passou a representar 41,07% em 31/12/2018.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

- descrição de quaisquer componentes importantes da receita;
- fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

(Valores expressos em milhares de reais)									
	Nota Explicativa	2018	AV	2017	AV	AH	2016	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	24	2.693.600	100,00%	2.565.181	100,00%	5,01%	2.324.008	100,00%	10,38%
Custos das vendas e serviços e custos de construção	25	(1.781.746)	66,15%	(1.585.867)	61,82%	12,35%	(1.520.411)	65,42%	4,31%
LUCRO BRUTO		911.854	33,85%	979.314	38,18%	-6,89%	803.597	34,58%	21,87%
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(567.828)	-21,08%	(513.855)	20,03%	10,50%	(592.910)	-25,51%	-13,33%
Despesas comerciais	25	(131.361)	4,88%	(111.940)	4,36%	17,35%	(105.741)	4,55%	5,86%
Despesas administrativas	25	(490.147)	18,20%	(420.688)	16,40%	16,51%	(523.194)	22,51%	-19,59%
Outras receitas operacionais	25	79.911	2,97%	46.352	1,81%	72,40%	51.800	2,23%	-10,52%
Outras despesas operacionais	25	(26.231)	0,97%	(27.579)	1,08%	-4,89%	(15.775)	0,68%	74,83%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	26	43.646	1,62%	40.460	-1,58%	7,87%	44.097	1,90%	-9,25%
Receitas financeiras		104.198	3,87%	116.330	4,53%	-10,43%	119.633	5,15%	-2,76%
Despesas financeiras		(60.552)	2,25%	(75.870)	2,96%	-20,19%	(75.536)	3,25%	0,44%
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		387.672	14,39%	505.919	19,72%	-23,37%	254.784	10,96%	98,57%
Contribuição social e imposto de renda - Corrente	8.a	(123.287)	4,58%	(162.005)	6,32%	-23,90%	(121.254)	5,22%	-33,61%
Contribuição social e imposto de renda - Diferido	8.a	27.702	1,03%	38.764	1,51%	-28,54%	74.342	3,20%	-47,86%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		292.087	10,84%	382.678	14,92%	-23,67%	207.872	8,94%	84,09%

Em 2018, a receita líquida de serviços apresentou um incremento da ordem de R\$ 128,4 milhões, 5,01%, passando de R\$ 2,6 bilhões em 31/12/2017 para R\$ 2,7 bilhões em 31/12/2018.

É relevante ressaltar que a receita de construção, a qual compõe a receita de serviços, não faz parte da exploração do sistema de água e esgoto, e em 2018 o seu montante foi de R\$ 252,9 milhões.

Custo das vendas e serviços

O custo das vendas e serviços no global em 2018 apresentou um acréscimo de 12,35%. Salienta-se que em contrapartida às receitas de construção, estão reconhecidos neste grupo os custos com construção no montante de R\$ 249,7 milhões em 31/12/2018. Desta forma, analisando somente o custo das vendas e serviços da operação, houve um acréscimo de 12,81%, passando de R\$ 1,4 bilhão em 31/12/2017 para R\$ 1,5 bilhão em 31/12/2018.

Lucro Bruto

O lucro bruto em 2018 apresentou queda de R\$ 67,5 milhões, ou seja, 6,89%, passando de R\$ 979,3 milhões em 31/12/2017 para R\$ 911,8 milhões em 31/12/2018. No ano de 2016 o lucro bruto registrado foi de R\$ 803,6 milhões.

Despesas comerciais

As despesas comerciais apresentaram acréscimo de R\$ 19,4 milhões em 2018, ou seja, aumento de 17,35% comparando com o exercício de 2018.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas apresentaram um acréscimo de R\$ 69,5 milhões, ou seja, 16,51%, passando de R\$ 420,7 milhões em 2017 para R\$ 490,2 milhões em 2018.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Outras receitas/despesas operacionais líquidas

As outras receitas/despesas operacionais líquidas apresentaram no ano corrente, um acréscimo na ordem de 34,9 milhões representando 185,9%, quando comparado com o resultado do ano anterior.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido teve um aumento de R\$ 3,2 milhões em 2018 representando 7,87%, quando comparado ao exercício anterior de 2017.

Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda

Como resultado dos fatores acima descritos, foi registrado em 2018 um lucro antes da contribuição social e do imposto de renda no montante de R\$ 387,7 milhões, representando um decréscimo de 23,37% quando comparado aos R\$ 505,9 milhões registrados em 2017.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício diminuiu R\$ 90,6 milhões, passando de R\$ 382,7 milhões registrado em 2017 para R\$ 292,1 milhões em 2018.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional;
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;
- c) eventos ou operações não usuais.

Alíneas não aplicáveis, pois não houve eventos com efeitos relevantes dessa natureza.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 – Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada à natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não fez reapresentação de informações comparativas pois não produziu efeitos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A administração da Companhia analisou as suas operações (nota 2.14) e não identificou impactos.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente. Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento, estão sendo feitas com auxílio de especialista externo à Companhia

Tais análises e modificações estão em processo de finalização na data da emissão destas Demonstrações Financeiras.

O valor a ser reconhecido que impactará no aumento do Ativo e do Passivo, trará reflexos no Resultado Econômico e acarretará em alteração do EBITDA da Companhia. A Companhia possui 177 contratos e estima um impacto em torno de R\$53.880, no Balanço Patrimonial na data de adoção inicial, em 01 de janeiro de 2019.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 11 de março de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer do auditor referente ao exercício de 2018 foi apresentado sem ressalvas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

- arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando seus respectivos passivos;
- contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- contratos de construção não terminada;
- contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, pois todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, pois todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, pois todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;
- fontes de financiamento dos investimentos;
- desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Investimentos:

O programa de investimentos da CORSAN destina-se a melhorar e expandir seus sistemas e aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto.

O programa de investimentos da CORSAN compreende quatro metas específicas com relação aos municípios atendidos:

- a) Continuar a atender à demanda máxima por água tratada;
- b) Implantar novos sistemas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- c) Expandir a quantidade de residências conectadas ao sistema de coleta de esgotos da CORSAN;
- d) Aumentar a eficiência operacional e reduzir a perda de água.

No quadro abaixo se demonstra os investimentos realizados em água, esgoto e desenvolvimento nos anos de 2016 a 2018.

PROGRAMAS	2018	2017	2016
Abastecimento de Água	100.246	143.529	134.595
Esgotamento Sanitário	203.403	170.882	154.390
Desenvolvimento	60.476	40.917	29.938
Total	364.125	355.328	318.922

em milhares

Ampliação nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário:

A Companhia ampliou o atendimento de água potável a 62.212 novas economias, totalizando 2.889.146 economias ao final do período de 2018. A coleta e o tratamento de esgoto foram ampliados em 21.902 novas economias, verificando-se ao final do período o atendimento a 413.270 economias. Para adequar-se às demandas de saneamento, realizaram-se investimentos com recursos próprios tendo como objetivo à saúde pública e a manutenção do meio-ambiente.

10.8 - Plano de Negócios

Investimentos previstos:

Demonstra-se a seguir os valores destinados a obras em andamento e as obras previstas bem como outros investimentos, distribuídos por programa:

Programas	A Realizar							Totais
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Abastecimento de Água	96.926	96.940	49.882	16.581	8.746	6.211	58.051	333.337
Esgotamento Sanitário	204.601	272.803	290.117	283.246	208.676	211.795	286.720	1.757.957
Desenvolvimento	141.813	55.803	12.400	66	168	341	592	211.182
Total	443.340	425.546	352.399	299.893	217.589	218.346	345.363	2.302.476

em milhares

Do montante de investimentos de R\$ 2,3 bilhões previstos para o próximo quadriênio, R\$ 333,3 milhões (14,48%) serão aplicados na melhoria dos sistemas de abastecimento de água, R\$ 1,75 bilhão (76,35%), serão aplicados em implantação/ampliação de sistemas de esgotamento sanitário. Os demais R\$ 211,2 milhões (9,17%) serão utilizados no desenvolvimento comercial, empresarial e operacional.

No que se refere às fontes de financiamento, segue síntese das operações contratadas e em contratação.

Recursos em utilização:

- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento: recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados a implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção.
- FOCEM – Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul: recursos internacionais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Aceguá.
- IN 14 MCIDADES – Instrução Normativa do Ministério das Cidades Nº 14/2014: recursos do FGTS contratados para ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Todos os pleitos contemplados estão contratados.
- FINEM BNDES: Financiamento Empresa: recursos do FAT, contratados para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, telemetria e renovação do parque de hidrômetros.

Pleitos de recursos em andamento:

- PROSASUL BID: Programa de Melhoramento dos Serviços de Saneamento do Rio Grande do Sul: o objetivo principal do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, mantendo a cobertura dos serviços de abastecimento de água, preservando o meio ambiente, aumentando a segurança hídrica e assegurando o fortalecimento da gestão operacional e institucional da Corsan.
- Avançar Cidades: Programa Avançar Cidades - Saneamento para Todos: recursos federais (FAT/FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como controle de perdas de água, em diversos municípios. A Fase 1 foi contratada no ano de 2018, restando em análise a Fase 2.

10.8 - Plano de Negócios

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Alínea não aplicável.

b) novos produtos e serviços, indicando:

- descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- projetos em desenvolvimento já divulgados;
- montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Alíneas não aplicáveis.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. As projeções devem identificar:

a) objeto da projeção

Indicadores operacionais (economias ativas de água e esgoto) e investimentos previstos, conforme descritos no item 11.1 (d).

b) período projetado e prazo de validade da projeção

As projeções indicadas no item 11.1 (d) foram divulgadas para o período 2019-2028, sendo válidas por um ano.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções divulgadas baseiam-se no plano de investimentos da empresa, delineados por sua administração, considerando principalmente:

- Condições macroeconômicas nacionais, taxas de inflação e taxas de juros;
- Disponibilidades de recursos para financiamento do setor de saneamento básico e captações via mercado de capitais;
- Crescimento demográfico;
- Obtenção de licenças ambientais necessárias;
- Condições climáticas

Todas as premissas acima elencadas escapam do controle da administração da empresa. Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções estarão sujeitas a sofrer revisões.

d) valores dos indicadores que serão objeto da previsão

O número de economias ativas de água e esgoto, realizado em 2017 e 2018, e, ainda o projetado para o período 2019-2028, segue abaixo:

Economias Ativas	Realizado		Projetado									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Água	2.638.752	2.692.207	2.755.875	2.806.493	2.860.695	2.916.934	2.965.422	3.013.305	3.061.666	3.110.233	3.159.446	3.211.249
Esgoto	372.375	393.453	430.609	626.525	725.917	819.252	882.347	920.890	957.490	995.713	1.029.680	1.064.567

O orçamento plurianual de investimentos para o período de 2019-2028 prevê o montante de R\$ 2,4 bilhões.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os três últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário.

Não se aplica.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, compara os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não se aplica.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não se aplica.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, órgão de deliberação máximo da CORSAN, será composto por sete membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Os mandatos unificados serão de dois anos, sendo permitidas até três reconduções consecutivas.

Será assegurada a participação de representantes dos acionistas minoritários.

Será assegurada a participação de um representante dos empregados da CORSAN na composição do Conselho de Administração, nos moldes da Lei nº 12.353/2010, observadas as seguintes condições para sua escolha e atuação:

I - Escolha por meio de eleição, a partir do voto direto dos empregados, organizada pela CORSAN em conjunto com as entidades sindicais com representatividade em seu quadro funcional ativo.

II - Comprovar, pelo menos, dez anos de efetivo vínculo empregatício ativo com a CORSAN, e cumprimento de todos os critérios e exigências, para o cargo, previstos em Lei e no presente Estatuto Social, previamente, comprovados no ato da inscrição para a eleição.

III - Será vedada a participação deste representante em discussões e deliberações pertinentes a relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, sem prejuízo da vedação à intervenção dos administradores em qualquer operação social na qual se configure conflito de interesse com o da CORSAN.

IV - Seus direitos e deveres observarão, quanto aos requisitos e impedimentos, além do disposto na legislação sobre conflitos de interesse, subsidiariamente, o disposto na Lei federal nº 6.404/1976.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente ou por maioria simples de seus membros, lavrando-se ata em livro próprio.

As reuniões do Conselho de Administração só serão instaladas com a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente ou ao seu substituto, em caso de empate, o voto adicional de qualidade.

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições expressamente previstas em lei:

- analisar e, se for o caso, aprovar as dotações para auxílios e subvenções à Fundação CORSAN - dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, esta mantida pela Empresa, ou para quaisquer entidades congregadoras ou representativas de Servidores da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição das ações, dentro do limite de aumento do capital autorizado;
- deliberar sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio, conforme dispõe a Lei de Sociedades Anônimas;
- examinar e aprovar, previamente, a respectiva celebração de todo e qualquer ato obrigacional a ser contratado, cujo valor exceda a 0,5% (meio por cento) do Capital Social Integralizado da Companhia.
- discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;
- implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a CORSAN, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da CORSAN;
- avaliar anualmente o desempenho coletivo e individual dos administradores e dos membros de comitês, considerando os quesitos mínimos: a exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa, contribuição para o resultado do exercício, consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo;
- promover, anualmente, a publicidade das conclusões decorrentes de análise de atendimento de metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, com exceção das informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da CORSAN, informando-as à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, sob pena, de seus integrantes responderem por omissão em caso de descumprimento;
- aprovar e fiscalizar a assunção de compromissos com metas e os resultados específicos a serem alcançados pela diretoria;
- deliberar sobre a destituição do Superintendente de Controles Internos e Gestão de Riscos e dos gestores de unidades organizacionais vinculadas hierarquicamente a este. O Conselho de Administração terá seu presidente eleito entre seus pares, bem como, o substituto em suas faltas ou impedimentos eventuais ou temporários. Os diretores da CORSAN não poderão ser eleitos à presidência do Conselho de Administração.

Compete ao presidente do Conselho de Administração:

- I - Coordenar as atividades do Conselho de Administração, assegurando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de seus membros, estabelecendo objetivos e programas;
- II - Fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração;
- III - Convocar, instalar e presidir as reuniões, organizar e coordenar a agenda;
- IV - Coordenar e supervisionar as atividades dos demais conselheiros, atribuindo responsabilidades e prazos e monitorando o processo de avaliação do Conselho de Administração, à luz dos princípios da boa governança corporativa;
- V - Garantir que os conselheiros recebam informações completas e tempestivas para o exercício dos seus mandatos;
- VI - Convocar e instalar as Assembleias Gerais dos Acionistas;
- VII - Tomar decisões de caráter urgente, de competência do Conselho de Administração, "ad referendum" deste.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho de Administração, em sua composição, deverá conter, no mínimo, dois membros independentes, doravante denominados como conselheiros independentes.

No cômputo referido no caput não serão considerados os conselheiros eleitos pelos empregados. Deverá ser considerado aquele que houver sido eleito pelos acionistas minoritários. O outro membro independente será indicado pelos municípios que a CORSAN se relaciona;

O conselheiro independente caracteriza-se por:

I - não ter qualquer vínculo com a CORSAN, exceto participação de capital;

II - não receber outra remuneração da CORSAN além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital;

III - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da CORSAN;

IV - não ter mantido, nos últimos três anos, vínculo de qualquer natureza com a CORSAN ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;

V - não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da CORSAN ou de sua sociedade controlada, coligada ou subsidiária;

VI - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da CORSAN, de modo a implicar perda de independência;

VII - não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à CORSAN, de modo a implicar perda de independência.

O Conselho de Administração não possui Regimento Interno Próprio.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário:

I - Opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da CORSAN;

III - Supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da CORSAN;

IV - Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela CORSAN;

V - Avaliar e monitorar exposições de risco da CORSAN, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) Remuneração da Administração;

b) Utilização de ativos da CORSAN;

c) Gastos incorridos em nome da CORSAN;

VI - Avaliar e monitorar, em conjunto com a Administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

VII – Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre si e a Administração e/ou a auditoria independente, em relação às demonstrações financeiras;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

VIII - Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como, o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela Fundação CORSAN.

O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à CORSAN, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

O Comitê de Auditoria Estatutário deverá se reunir quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

A CORSAN deverá divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário.

Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da CORSAN, divulgará apenas o extrato das atas.

A restrição prevista acima não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo.

O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O Comitê de Auditoria Estatutário será integrado por três membros em sua maioria independentes.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário serão indicados, escolhidos, eleitos e destituídos, diretamente, pelo Conselho de Administração, observados os critérios mínimos para o cargo.

São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:

I - Não ser ou ter sido, nos doze meses anteriores à nomeação para este Comitê:

a) Diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal da CORSAN ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;

b) Responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na CORSAN.

II - Não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I.

III - Não receber qualquer outro tipo de remuneração da CORSAN, ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário.

IV - Não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da CORSAN, nos doze meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.

Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da CORSAN pelo prazo mínimo de cinco anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensalmente, os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário farão jus a uma remuneração equivalente à noventa por cento dos membros efetivos do Conselho de Administração, deliberada em Assembleia Geral de Acionistas.

O Comitê de Auditoria Estatutário teve seu regimento interno homologado pelo Conselho de Administração em 27/08/2018.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Regimento Interno está divulgado em www.cvm.gov.br.

O Comitê de Auditoria Estatutário atende parcialmente aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto (está aderente em 90% das exigências da Instrução CVM 308/99).

AUDITORIA INTERNA – AUDIT

A Auditoria Interna – AUDIT é uma unidade de caráter executivo e de assessoramento, vinculada organizacionalmente ao Conselho de Administração, com subordinação administrativa ao Diretor-Presidente, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Aferir a adequação dos mecanismos de controle interno;
- II - Avaliar a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança;
- III - Aferir a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Diretoria da Presidência - DP

É a unidade organizacional responsável pela liderança da Diretoria Colegiada, sendo-lhes subordinadas todas as demais diretorias estatutárias da Companhia.

Compete à Diretoria da Presidência:

- I. Convocar e presidir reuniões da Diretoria Colegiada;
- II. Criar e extinguir cargos, após a devida aprovação do Conselho de Administração, bem como admitir, promover, readaptar ou demitir servidores e prover quaisquer funções ou cargos de confiança, e;
- III. Tomar qualquer decisão de caráter urgente e ad referendum da Diretoria Colegiada.
- IV. Assegurar a aplicação das diretrizes da Política de Governança Corporativa, assegurando que e o processo de gerenciamento da estrutura de governança, de controles internos e riscos corporativos identifique, mensure, monitore, controle, mitigue e comunique os riscos associados à Companhia às instâncias diretivas e aos órgãos reguladores.
- V. Atender ao órgão regulador, nos quesitos das recomendações e apontamentos que dispõem sobre governança, controles internos e os riscos corporativos.

Diretoria Administrativa - DA

Compete ao diretor administrativo a gestão das atividades de apoio no que se refere aos materiais e aos serviços, à administração e ao desenvolvimento dos recursos humanos, celebrar contratos e atos de regularização não onerosa de imóveis a favor da Companhia, bem como, em conjunto com o diretor da área demandante, autorizar a aquisição e promover a celebração de contratos de compra de imóveis cujo valor da operação não ultrapasse 0,025% do Capital Social Integralizado da CORSAN, e a gestão patrimonial.

Diretoria Financeira e de Relações com Investidores - DFRI

Compete ao diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a gestão das atividades econômico-financeiras, contábeis e de administração da política acionária.

À luz da Política de Divulgação de Informações, compete ao diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- I. Divulgar informações e políticas de boas práticas de governança corporativa.
- II. Divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a bolsa de valores e/ou entidade de balcão organizado em que são negociados os valores mobiliários emitidos, todo e qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Corsan.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

III. Submeter à deliberação da Diretoria Colegiada as informações que possam configurar ato ou fato relevante, imediatamente após seu conhecimento.

IV. Avaliar o conteúdo da comunicação de ato ou fato relevante à CVM, Bolsas de Valores e ao público em geral e decidir pela preservação de sigilo em defesa de interesses legítimos da Corsan.

V. Comunicar ao Conselho de Administração quais as informações relevantes que devem ser enviadas ao poder público e órgãos reguladores.

VI. Zelar pela ampla e imediata disseminação de ato ou fato relevante em todos os mercados onde os valores mobiliários da Corsan sejam negociados.

VII. Supervisionar eventuais vazamentos de informação na mídia que possam afetar a negociação dos valores mobiliários da Companhia.

VIII. Inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Corsan.

Diretoria de Expansão - DEXP

Compete ao diretor de Expansão a gestão dos projetos, das obras, dos recursos hídricos e meio ambiente e da hidrogeologia.

Diretoria de Operações - DOP

Compete ao Diretor de Operações as atividades de gestão e acompanhamento operacional e de suporte técnico nas atividades desenvolvidas nas unidades de saneamento, bem como, suporte técnico-normativo à área operacional.

Diretoria de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade – DIRS

Compete ao diretor de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade funções superiores e diretivas de análise, planejamento e desenvolvimento no âmbito da normatização, políticas, a gestão de projetos, processos, recursos materiais, financeiros e humanos, acompanhamento e supervisão das atividades e suporte às unidades orgânicas a si subordinadas nas atividades de relacionamento com o cliente (mantendo processos permanentes de monitoria e de desenvolvimento e melhoria dos serviços junto às unidades organizacionais), suporte à governança de tecnologia de informação e comunicação (pressupondo a melhor utilização dos recursos e a promoção de soluções alinhadas às diretrizes estratégicas e necessidades de negócio), suporte às atividades de desenvolvimento de novos negócios, desenvolvimento tecnológico, metodológico e inovação e de governança de ordem socioambiental orientando a definição dos negócios e operação.

Diretoria Comercial - DC

Compete ao diretor comercial, a normatização das políticas tarifárias, assim como, a gestão e o acompanhamento das atividades comerciais.

As Diretorias não possuem Regimento Interno Próprio.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
JEAN CARLO FLORES BORDIN	12/04/1977	Pertence apenas à Diretoria	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	2
927.259.530-49	Administrador	19 - Outros Diretores	02/01/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.		Diretor de Inovação, Relacionamento e Sustentabilidade			
JULIO ELOI HOFER	09/01/1967	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2019	Mandato até 02/01/2021	0
394.598.880-20	Bacharel em Ciências Contábeis	19 - Outros Diretores	06/05/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor		Diretor de Expansão			
ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR	06/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	30/09/2019	Mandato até 02/01/2021	0
665.005.240-04	Engenheiro Civil e de Segurança no Trabalho	19 - Outros Diretores	16/10/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor		Diretor de Operações			
FABIANO SIQUEIRA	10/11/1982	Pertence apenas à Diretoria	10/07/2019	Mandato até 02/01/2021	0
830.609.360-72	Tecnólogo em Gestão Pública	19 - Outros Diretores	11/07/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor		Diretor Administrativo			
JORGE LUIZ COSTA MELO	13/09/1956	Pertence apenas à Diretoria	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	1
149.304.120-72	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	02/01/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
AUGUSTO ARNOLD FILHO	23/10/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	2
208.414.260-15	Procurador do Estado - Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	02/01/2019	Sim	96.72%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
JOSE LUIZ AMARAL MACHADO	08/12/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	2
055.392.770-15	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/01/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
LUIZ GUSTAVO DE SOUZA	24/09/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	2
256.306.010-91	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/01/2019	Não	100.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA	20/12/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	1
406.658.280-04	Servidor Público Estadual	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/01/2019	Não	90.00%
Funcionário do emissor desde 1984.					
GIOVANNI FIORESE	04/08/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/01/2019	Mandato até 02/01/2021	1
758.351.500-91	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/01/2019	Não	80.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
MARIO ENGLER PINTO JUNIOR	07/06/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2019	Até a próxima AGO	0
988.910.818-68	Professor Universitário Doutor em Direito Comercial	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor.					
ROBERTO CORREA BARBUTI	26/08/1968	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	06/05/2019	Mandato até 02/01/2021	0
076.238.618-59	Bacharel em Administração	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	06/05/2019	Sim	0.00%
Foi eleito como conselheiro de administração, tomando posse na data de 30/07/2019.					
KEVIN CHAVES KRIEGER	08/07/1972	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a proxima AGO	0

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
659.901.960-91	Tecnólogo em Gestão Pública	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
MARIA BETÂNIA BRAUN	18/06/1977	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a próxima AGO	0
926.660.600-63	Advogada	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ	20/08/1964	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a próxima AGO	2
422.148.310-53	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2019	Não	51.72%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA	22/07/1969	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a próxima AGO	0
474.895.700-00	Bacharel/Licenciado em História	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
FELIPE HENRIQUE GIARETTA	23/08/1988	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a próxima AGO	2
006.222.360-75	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2019	Não	60.47%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR	06/05/1980	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a próxima AGO	0
824.222.220-72	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
JEAN CARLO FLORES BORDIN - 927.259.530-49					

O Sr. Jean Carlo Bordin é formado em Administração de Empresas pela Universidade do Paraná (2014).

Experiência Profissional: funcionário da CORSAN desde 2001. Diretor do Departamento de Habitação - DESAN da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (08/2017 a 07/2018); Assessor da Presidência (08/2017); gestor da Coordenadoria Especial de Camobi (06/2016 a 08/2017); gestor da Unidade de Saneamento de Camobi em dois períodos: de 11/2008 a 04/2013, e de 04/2016 a 06/2016; gestor da Unidade de Saneamento de Santa Maria (04/2013 a 04/2015).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

JULIO ELOI HOFER - 394.598.880-20

O Sr. Julio Hofer é pós-graduado (MBA) em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (1998/2001). Participações: Emerging Leaders Program Gestão pela USP – University of Virginia (2007); Programa de Desenvolvimento de Líderes, Talentos e Sucessores In Company pela FIA – Fundação Instituto de Administração (2008); Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Livre pela Universidade Mackenzie (2010); Gestão de Negócios – Green Belt Seis Sigma DMAIC pela APEX – AES Brasil (2011). Atuou sempre voltado a resultados, com ampla vivência de gestão nas áreas Comercial, Operacional, Administrativa e Financeira. Tem experiência na definição e implementação de modelos de gestão, na reengenharia de processos com foco em melhoria de performance e a visão da importância de valorizar e desenvolver pessoas. Experiência Profissional: Atualmente é conselheiro fiscal da Procompa desde Janeiro de 2019; Secretário Adjunto de Serviços Urbanos na Prefeitura de Porto Alegre (Junho/2018 a Abril/2019); Conselheiro de Administração na empresa TSLE (Abril/2017 a Dezembro/2018); Diretor de Distribuição da CEEE (Fevereiro/2015 a Maio/2018); Managing Partner na empresa HDR Associados (Junho/2014 a Janeiro/2015); Superintendente Comercial na empresa Enersul (Janeiro/2012 a Abril/2014); atuou na empresa AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (Agosto/1998 a Dezembro/2011); Controller na empresa Capital Corporation Agenciamento de Cargas Nacionais e Internacionais Ltda (Janeiro/1998 a Junho/1998); Auditor Interno no Grupo Ouro e Prata (Janeiro/1997 a Dezembro/1997); e Auditor Sênior na empresa Nardon Nasi Auditores & Consultores (Janeiro/1993 a Dezembro/1996).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR - 665.005.240-04

O Sr. André Beltrão Finamor é graduado em Engenharia Civil, pela UFRGS; e em Ciências Jurídicas e Sociais, pela PUCRS; é pós-graduado Lato Sensu em Engenharia do Saneamento – UNISINOS; é pós-graduado Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho – UNIRITTER; é pós-graduado Lato Sensu em Direito Público – UFRGS; é pós-graduado Lato Sensu em Direito Ambiental – PUCRS; é pós-graduado Lato Sensu em Direito do Saneamento – Instituto de Brasiliense de Direito Público – IDP.

É funcionário da CORSAN desde 2004 tendo atuado em várias áreas da empresa.

Experiência Profissional: Funcionário da CORSAN (desde 2004); Engenheiro de Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Municípios da Fronteira Oeste do Estado em que a Companhia presta serviços (2004-2006); Chefe do Departamento de Concessão de Serviços, vinculado a Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão (2006-2008); Superintendente de Apoio Gerencial da Diretoria de Operações (2008); Assessor do Presidente da CORSAN (2008-2009); Superintendente de Relações Institucionais (2009-2019).

Perito Judicial de Engenharia pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (1999-2004);

Engenheiro residente na empresa Finamore Construções LTDA (2000-2004); Engenheiro na empresa Marco Projetos e Construções Ltda. (1998-2000).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

FABIANO SIQUEIRA - 830.609.360-72

O Sr. Fabiano Siqueira é formado em Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Pitágoras UNOPAR (2019).

Experiência Profissional: funcionário da CORSAN desde 2010. Gestor Interino da Coordenadoria de Esgoto – Canoas (2013 a 2015), Gestor do Departamento Administrativo Metropolitano – DEAD/MET (04/2015 a 07/2019).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

JORGE LUIZ COSTA MELO - 149.304.120-72

O Sr. Jorge Melo é Economista formado pela UFRGS (1991) e especialista em Finanças Públicas pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF (1997); participou do curso “Gestão Pública Moderna” pela FDRH/Escola de Governo (2008). Tem grande experiência na área financeira, tendo atuado em várias empresas/entidades públicas e privadas ao longo de sua carreira. Experiência Profissional: funcionário do Bannisul no cargo de Analista Sênior desde 1992; Coordenador geral-Adjunto na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (desde 2012); Presidente da JUCERGS (2007-2011); Diretor Executivo de Finanças Sport Club Internacional (2011-2012); Diretor Financeiro e de Relação com Investidores CORSAN (2003-2007); Coordenador Geral FAMURS (2002); Assessor da Presidência na Confederação Nacional dos Municípios (1999-2001); Assessor Técnico na Junta Coordenação Financeira na Secretaria da Fazenda - RS (1993-1998); BADESUL, escriturário (1982-1992). Outras informações: Vice-presidente da ACPA/Federasul, Gestão 2014/2016; Conselheiro do CORECON/RS, 2004/2006, 2008/2010, 2011/2013 e 2015/2017; Conselheiro Fiscal da Caixa da Administração da Dívida Pública RS (1997/1998); Conselheiro Fiscal da Companhia União de Seguros (1998); Palestrante em diversos seminários realizados no país sobre interpretação e implantação da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Palestrante em seminários destinados a prefeitos e servidores municipais tendo como tema a Receita Pública Municipal e Reforma Tributária; Instrutor no Curso de Finanças Públicas (Orçamento) destinado a vereadores e servidores municipais, realizado no City Hotel, em Porto Alegre (Out/1999). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

AUGUSTO ARNOLD FILHO - 208.414.260-15

O Sr. Augusto Arnold Filho é advogado graduado pela UFRGS (1981), especialista em Processo Civil pela ULBRA (2003), Especialista em Direito Administrativo Aplicado pela UCS (2014). Experiência Profissional: Procurador do Estado do RS desde 1993, atua desde 2016 como Secretário Adjunto da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação; atuou como Procurador do município de Canoas (1986-1988 e 1993). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

JOSE LUIZ AMARAL MACHADO - 055.392.770-15

O Sr. José Luiz Amaral Machado é bacharel em Ciências Econômicas pela PUCRS (1971). Sua experiência profissional está concentrada em microeconomia, voltada para estudo e análise empresarial, envolvendo custos, formação de preços, avaliação econômica de empresas, formas de associação econômica entre empresas, política e planejamento estratégico empresarial, reorganização societária e patrimonial, fusão, incorporação, cisão, transformação de empresas, planejamento tributário, análise de investimento e elaboração de projetos de viabilidade econômico-financeira, desenvolvimento e análise de cálculos econômicos e financeiros em atividade empresarial. Experiência Profissional: Diretor e economista responsável técnico pela empresa Gerencial Auditoria e Consultoria S/S (desde 1979); Atuou como economista assessor de planejamento e projetos e controladoria na empresa Cia Madal - Caxias do Sul/RS (1977-1978); Atuou como consultor econômico financeiro e gerente do Departamento de elaboração de projetos de viabilidade econômico-financeira do SISTEMA CEBRAE (atualmente SEBRAE) (1973-1977). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA - 256.306.010-91

O Sr. Luiz Gustavo é graduado em Administração pela UNIASSELVI (2012) e Tecnólogo em Processos Industriais. Experiência Profissional: Superintendente Técnico e de Relações Institucionais da FAMURS (desde 2018); Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do RS (2017-2018); Diretor Presidente da FUNDERGS (2016-2017); Diretor Técnico da Fundação de Esporte e Lazer do RS (FUNDERGS) (2015-2016); Diretor Administrativo e Financeiro e Superintendente da Superintendência dos Portos e Hidrovias do RS (AMZOP) (2011-2014); Presidente da Associação dos Municípios da Zona de Produção RS (AMZOP) (2004); Vice Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau) (2003-2004); Conselheiro Titular do Conselho Estadual do Pronaf (2002-2004); Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai – CIMAU (2001-2004); Prefeito Municipal de Pinhal/RS (2001-2004); Assessor na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do RS (1995-1998); Fundador da Cooperativa dos Agricultores da cadeia produtiva do leite e derivados de Pinhal (Coapil) (1995); Presidente Fundador da Associação Comercial Industrial Agropecuária e Serviços de Pinhal (Aciaspi); Secretário Municipal da Agricultura do Município de Pinhal/RS (1993-1996). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA - 406.658.280-04

O Sr. Paulo Roberto Monschau Berta é formado em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade de Cruz Alta. Participou dos cursos: Curso de Formação Gerencial pela ABES; Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS; Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade – PGQP; e Prêmio Qualidade RS – PQRS. Tem significativa experiência e conhecimento da estrutura organizacional da empresa e seus processos internos, experiência nas inserções junto à sociedade civil, domínio da importância das relações com os Poderes Concedentes (Municípios) e sólida vivência nos processos de reestruturação administrativa. Experiência Profissional: funcionário da CORSAN desde julho/1984. Ao longo da carreira na empresa ocupou funções de chefia, Superintendente Regional, Superintendente Regional Adjunto; Gestor do Departamento de Administração e de Materiais; Gestor do Departamento Administrativo, Financeiro e Comercial e Gestor de Unidade de Saneamento. Outras experiências: Conselheiro Deliberativo eleito da FUNDAÇÃO CORSAN; Conselheiro Fiscal eleito da FUNDAÇÃO CORSAN; Preposto da CORSAN para tratativas com os Municípios nas renovações de contratos; Conselheiro Deliberativo do Fundo de Gestão Compartilhada em Passo Fundo, Erechim, Vacaria e Carazinho; diversos cursos internos nas áreas de gestão pessoal e comercial. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

GIOVANNI FIORESE - 758.351.500-91

O Sr. Giovanni Fiorese é graduado em Engenharia Civil pela UFRGS (1994-1999) e tem mestrado parcial em Infraestrutura em Meio Ambiente pela UPF (2004 a 2006).

Experiência Profissional: Beck de Souza Engenharia Ltda - Engenheiro Civil - Supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras rodoviárias e infraestrutura (Desde Ago/2014); Prefeitura Municipal de Carazinho - Engenheiro Civil – Projeto, fiscalização e gerenciamento de obras de infraestrutura; Responsável Técnico pelo setor de licenciamento ambiental (Desde Mai/2001); Magna Engenharia Ltda - Engenheiro Civil - Supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras e infraestrutura; Fiscalização, supervisão e consultoria a Regional 17º DAER – Palmeiras das Missões para execução de pavimentação asfáltica de acessos municipais (Ago/2010 – Ago/2014); Melnick/Even Construções Ltda - Engenheiro Civil - Gerenciamento de obras de incorporações e prestação de serviços – Edificações, Condomínios Alto Padrão (Ago/2000 – Mai/2001); Petrossul/Retrosul - Engenheiro Civil - Gerenciamento e execução de obras de infraestrutura (Jan/2000 – Ago/2000); Engenhosul Ltda - Engenheiro Civil - Gerenciamento e execução de obras.(Jun/1999 – Nov/1999).

Participação em Publicações/Artigos: “Projeto de uma Barreira Impermeável para contenção de resíduos sólidos do Aterro Sanitário de Carazinho – RS”; “Capacidade de Atenuação do solo de fundo da lagoa de estabilização de lixiviado do Aterro Sanitário do Município de Carazinho”.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR - 988.910.818-68

O Sr. Mario Engler Pinto Junior é professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP) e coordenador do programa de mestrado profissional. Gradou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1979, tendo posteriormente obtido o título de doutor em Direito Comercial. Atuou 40 anos como Advogado e 30 anos como Procurador do Estado, assessorando o Governo de São Paulo em assuntos relacionados com privatizações, reorganizações societárias, finanças públicas, operações estruturadas, mercados de capitais e projetos de infraestrutura. Foi Diretor Presidente da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), onde mantém atualmente assento no conselho de administração. É também presidente do conselho de administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e membro do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (CODEC). Integra o colégio de árbitros da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 e já participou de mais de uma dezena de arbitragens sobre disputas societárias, projetos de infraestrutura, contratos de construção e operações de fusão e aquisição de empresas, algumas delas envolvendo entidades do setor público. O seu livro Empresa Estatal: Função Econômica e Dilemas Societários encontra-se na segunda edição. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

ROBERTO CORREA BARBUTI - 076.238.618-59

O Sr. Roberto Correa Barbuti é Bacharel em Administração, com foco em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FGV; Bacharel em Direito com foco na área empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; e MBA concentrado em Finanças e Empreendedorismo pela INSEAD - Fontainebleau, França. Consultor Sênior e Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC/CCI desde Janeiro/2019; Head de Originação de Investment Banking no Banco Safra (Março/2015 a Fevereiro/2018); Co-head of Brazilian Investment no Bank of America Merrill Lynch (Julho/2011 a Janeiro/2015); Head de Corporate Finance no banco Santander Global (Fevereiro/2007 a Julho/2011); Managing Director no banco UBS Investment Bank/UBS Pactual (Junho/1997 a Fevereiro/2007); Associate na empresa IVP (Agosto/1995 a Junho/1997); Associate no banco Patrimônio (1992 a 1994); e Business Analyst na empresa McKinsey & Co (1990 a 1992). Outras certificações/cursos: OXFORD/SAID BUSINESS SCHOOL–Oxford Blockchain Strategy Programme (2018); CVM – Administrador de Carteiras (2009); OAB/SP – Exame da Ordem/Advogado (1992). Idiomas: Português (nativo), Inglês (fluido), Italiano e Espanhol (intermediário), Francês (básico). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

KEVIN CHAVES KRIEGER - 659.901.960-91

O Sr. Kevin Krieger é Tecnólogo em Gestão Pública (2017).

Experiência Profissional: Secretário de Relações Institucionais e Articulação Política (Janeiro/2017 a Maio/2017); Vereador eleito Câmara de Vereadores de Porto Alegre em três períodos (Fevereiro/2014 a Dezembro/2016, Abril/2012 a Dezembro/2012, e Abril/2008 a Dezembro/2008); Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC em dois períodos (Janeiro/2013 a Janeiro/2014, e Janeiro/2009 a Abril/2012); Secretário de Direitos Humanos e Segurança Urbana (Janeiro/2005 a Março/2008); Vice-presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas para Juventude (Janeiro/2003 a Dezembro/2003);

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

MARIA BETÂNIA BRAUN - 926.660.600-63

A Srª. Maria Betânia Braun é graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UNISINOS em 2006 e pós-graduada em Direito Administrativo pelas Faculdades Signorelli.

Experiência Profissional: Servidora do Quadro Analista de Projetos e Políticas Públicas do Estado desde Outubro/2010, no momento lotada no Gabinete da Casa Civil do Estado.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ - 422.148.310-53

O Sr. Francisco Gonzalez é graduado em Direito pela Faculdade de Santo Ângelo (1989).

Experiência Profissional: Advogado na empresa SICREDI (desde 2002); atuou como Advogado do Banco do Brasil (1995-2012); atuou como Juiz Leigo das Pequenas Causas Cíveis (1995-2000); Assessor Jurídico do Município de Quaraí – concursado (desde 2002);

Procurador Jurídico do Município de Quaraí (1997-2002); Assessor Jurídico do Município de Quaraí (1993-1996); Advogado Autônomo (desde 1991); Sargento de Carreira do Exército (1984-1990).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA - 474.895.700-00

O Sr. Paulo Roberto Dias Pereira é bacharel/licenciado em História e cursa MBA em Gestão de Projetos na Fundação Getúlio Vargas.

Experiência Profissional: Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura desde Janeiro/2019; Membro do Conselho Fiscal da empresa TESB (Março/2017 a Janeiro/2019); Membro do Conselho Fiscal da empresa Ventos de Vera Cruz S.A. (Março/2017 a Fevereiro/2018); Membro do Conselho Fiscal da empresa Ventos de Povo Novo S.A. (Março/2017 a Fevereiro/2018); Membro do Conselho Fiscal da empresa Ventos de Sucupira S.A. (Março/2017 a Fevereiro/2018); Assessor Superior da Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança (Fevereiro/2015 a Dezembro/2018); Assessor Superior Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do RS (Março/2011 a Janeiro/2015); Diretor do Departamento de Orçamento do Estado (Outubro/2006 a Dezembro/2010); Diretor-adjunto do Departamento de Orçamento do Estado (Setembro/2005 a Outubro/2006); e Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria do Planejamento, Gestão e Governança desde dezembro/1998.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

FELIPE HENRIQUE GIARETTA - 006.222.360-75

O Sr. Felipe Giaretta é Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, Núcleo Universitário de Guaporé/RS.

Experiência Profissional: Assessor jurídico do Poder Executivo do Município de Muçum/RS (desde 2013) e Advogado na empresa Giaretta Advocacia.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR - 824.222.220-72

O Sr. Artur José de Lemos Junior é advogado formado pela PUCRS, tem especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho e pós-MBA em Governança Corporativa e Gestão de Risco na Unisinos.

Cursou Politics and Economics of International Energy, pela Sciences Po, em 2016.

Experiência Profissional: Atualmente atua como Secretário de Meio Ambiente Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul; de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, foi secretário adjunto da Secretaria de Minas e Energia, sendo secretário de 2017 a abril de 2018; ocupou o cargo de diretor administrativo e presidente da Fundação Zoobotânica (2006-2011).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
JEAN CARLO FLORES BORDIN - 927.259.530-49 N/A	
JULIO ELOI HOFER - 394.598.880-20 N/A	
ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR - 665.005.240-04 N/A	
FABIANO SIQUEIRA - 830.609.360-72 N/A	
JORGE LUIZ COSTA MELO - 149.304.120-72 N/A	
AUGUSTO ARNOLD FILHO - 208.414.260-15 N/A	
JOSE LUIZ AMARAL MACHADO - 055.392.770-15	

N/A

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA - 256.306.010-91

N/A

PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA - 406.658.280-04

N/A

GIOVANNI FIORESE - 758.351.500-91

N/A

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR - 988.910.818-68

N/A

ROBERTO CORREA BARBUTI - 076.238.618-59

N/A

KEVIN CHAVES KRIEGER - 659.901.960-91

N/A

MARIA BETÂNIA BRAUN - 926.660.600-63

N/A

FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ - 422.148.310-53

N/A

PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA - 474.895.700-00

N/A

FELIPE HENRIQUE GIARETTA - 006.222.360-75

N/A

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR - 824.222.220-72

N/A

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

Luiz José Nogueira de Lima	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/1954	02/07/2018	3 anos
105.113.855-87		Administrador		20/06/2018	1	0.00%

Não exerce outro cargo ou função no emissor.

Marco Antônio Mayer Foletto	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	24/03/1970	02/07/2018	3 anos
480.083.380-91		Contador		20/06/2018	1	0.00%

Não exerce outro cargo ou função no emissor.

Nilton Santos	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	14/09/1962	02/07/2018	3 anos
066.128.348-89		Administrador		20/06/2018	1	0.00%

Não exerce outro cargo ou função no emissor

Experiência profissional / Critérios de Independência

Luiz José Nogueira de Lima - 105.113.855-87

Marco Antônio Mayer Foletto - 480.083.380-91

Nilton Santos - 066.128.348-89

Tipo de Condenação

Luiz José Nogueira de Lima - 105.113.855-87

N/A

Marco Antônio Mayer Foletto - 480.083.380-91

N/A

Nilton Santos - 066.128.348-89

N/A

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	422.411,99	1.990.277,84	67.887,69	2.480.577,52
Benefícios direto e indireto	0,00	117.902,40	0,00	117.902,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	170.838,13	0,00	170.838,13
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	422.411,99	2.279.018,37	67.887,69	2.769.318,05

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	279.899,26	2.379.527,86	64.795,47	2.724.222,59
Benefícios direto e indireto	0,00	181.620,42	0,00	181.620,42
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	164.921,03	0,00	164.921,03
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	279.899,26	2.726.069,31	64.795,47	3.070.764,04

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	267.768,04	1.521.686,58	59.260,32	1.848.714,94
Benefícios direto e indireto	0,00	86.721,60	0,00	86.721,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	144.672,50	0,00	144.672,50
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	267.768,04	1.753.080,68	59.260,32	2.080.109,04

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	205.829,56	1.507.954,67	50.223,15	1.764.007,38
Benefícios direto e indireto	0,00	87.379,13	0,00	87.379,13
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	108.122,79	0,00	108.122,79
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	205.829,56	1.703.456,59	50.223,15	1.959.509,30

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Nº de membros remunerados
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

Observação

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2018	2017	2016
Conselho da Administração	8,11%	12,87%	3,01%
Diretoria Estatutária	88,77%	84,28%	86,93%
Conselho Fiscal	2,12%	2,85%	2,56%
Total	100%	100%	100%

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos e indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

14.5 - Outras informações relevantes

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Governo do Estado do Rio Grande do Sul						
87.934.675/0001-96	Brasileira-RS	Não	Sim	28/12/2011		
Não						
	306.756.796	99,999%	306.756.796	99,999%	613.513.592	99,999%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
	20	0,001%	20	0,001%	40	0,001%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	306.756.816	100,000%	306.756.816	100,000%	613.513.632	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	9
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

ACIONISTA	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA			Capital Total %	Capital Votante %
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Ações		
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018%	99,99999348018%
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996%	0,00000162996%
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,0000097797%	0,0000097797%
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,0000065198%	0,0000065198%
Prefeitura Municipal Muçum	2	2	4	0,0000065198%	0,0000065198%
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,0000065198%	0,0000065198%
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,0000065198%	0,0000065198%
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,0000065198%	0,0000065198%
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,0000065198%	0,0000065198%
Totais	306.756.816	306.756.816	613.513.632	1,00000000000%	1,00000000000%

b. principais controladas e coligadas do emissor

A Corsan não possui controladas e coligadas

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Corsan não tem participação significativa em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Participações descritas em a.

e. principais sociedades sob controle comum

A Corsan faz parte do rol de empresas estatais controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul

15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Não houve operações societárias relevantes.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A CORSAN, sociedade de economia mista controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, presta serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgotos em 317 localidades no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo órgãos da administração estadual.

Também é cliente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE, da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS.

Além dessas operações, também mantém contratos de confissão de dívida com a Fundação CORSAN, entidade fechada de previdência complementar, da qual é patrocinadora.

Todas essas operações decorrem de transações comerciais de produtos e serviços, pactuados em condições normais de mercado para operações de natureza semelhantes.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	6.565.682,25	18.217.470,04
Aplicações no caixa único do Estado	6.915.030,40	3.823.355,68
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*)	(222.612.736,99)	(230.926.161,89)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado (*)	-	(10.270.232,76)

(*) Nota Explicativa 22.d

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul em 2018 foi R\$50.851.598,96 (R\$46.784.088,78 em 2017).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL

O valor pago pelo serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso durante o ano de 2018 foi R\$6.407.004,39 (R\$ 5.607.391,74 em 2017).

c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se a compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da CORSAN. O valor contratado durante o ano de 2018 foi R\$53.280.129,06 (R\$40.013.398,75 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.448.080,92 (R\$3.457.607,19 em 31 de dezembro de 2017).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor contratado durante o ano de 2018 foi R\$45.180.726,71

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

(R\$35.026.853,91 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$3.054.118,46 (R\$3.116.663,42 em 31 de dezembro de 2017).

e) Fundação CORSAN

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	-	1.259.239,00	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	21.193.925,06	19.860.514,51	18.914.466,51	34.936.860,21
Contrato 122005	(*)		01/09/20	137.613,84	15.336.468,65	-	13.602.094,63
				21.331.538,90	36.456.222,16	18.914.466,51	48.538.954,84

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	18.914.466,51
Total	18.914.466,51

f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da CORSAN. O valor pago durante o exercício de 2018 foi R\$14.981.109,07 (R\$13.126.753,99 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.233.655,60 (R\$3.857.308,57 em 31 de dezembro de 2017).

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Operações com partes relacionadas descritas no item 16.1.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não houve conflito de interesses e não aplicável.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/03/2018	1.635.145.665,74		306.756.816	306.756.816	613.513.632
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/03/2018	1.635.145.665,74		306.756.816	306.756.816	613.513.632
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/03/2018	1.635.145.665,74		306.756.816	306.756.816	613.513.632
Tipo de capital	Capital Autorizado				
16/12/2013	2.657.350.608,00		0	0	0

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantia real - 3ª série
Data de emissão	16/12/2014
Data de vencimento	15/01/2021
Quantidade (Unidades)	35
Valor total (Reais)	20.128.020,85
Saldo Devedor em Aberto	6.152.157,09
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Amortização: A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizada mediante amortização do saldo devedor decorrente das debêntures subscritas e integralizadas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantia real - 1ª série
Data de emissão	16/04/2012
Data de vencimento	15/01/2021
Quantidade (Unidades)	28
Valor total (Reais)	16.211.880,91
Saldo Devedor em Aberto	4.921.725,67
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Amortização: A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizada mediante amortização do saldo devedor decorrente das debêntures subscritas e integralizadas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantia real - 1ª série
Data de emissão	25/03/2013
Data de vencimento	15/01/2021
Quantidade (Unidades)	30

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total (Reais)	17.252.589,30
Saldo Devedor em Aberto	12.082.555,62
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Amortização: A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES, deverá ser realizada mediante amortização do saldo devedor decorrente das debêntures subscritas e integralizadas.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	2	0

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:

B3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor, controladores e sociedades coligadas e controladas não efetuaram negociações em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor, controladores e sociedades coligadas e controladas não efetuaram ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica.

18.12 - Outras informações relevantes

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.